

ADDITAMENTO ÀS DECISÕES

190

GOVERNO PROVISÓRIO

DO

REPUBLICA

DOS

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL



RIO DE JANEIRO
IMPrensa NACIONAL

1895

INDICE DAS DECISÕES

de

MINISTERIO DA JUSTIÇA

	PÁGS.
N. 1 — Em 1 de julho de 1890 — Resolve duvidas sobre os termos de casamentos civis.....	1
N. 2 — Em 1 de julho de 1890 — Sobre impedimentos de quatro juizes de paz.....	1
N. 3 — Em 7 de julho de 1890 — Acerca do tempo de exercicio dos juizes de paz.....	2
N. 4 — Em 7 de julho de 1890 — Competencia para criação de officios de justiça nos Estados.....	2
N. 5 — Em 16 de julho de 1890 — Dá prova de idade para o casamento civil.....	2
N. 6 — Em 17 de julho de 1890 — Competencia dos juizes de paz para presidirem aos actos do casamento civil.....	3
N. 7 — Em 25 de julho de 1890 — Dos livros para proclamas e assentos dos casamentos civis.....	3
N. 8 — Em 25 de julho de 1890 — Sobre o registro do casamento religioso sem o civil, e das garantias deste e do registro de nascimentos e obitos.....	4
N. 9 — Em 28 de julho de 1890 — Acerca dos registros dos casamentos anteriores a 24 de maio de 1890.....	5
N. 10 — Em 1 de agosto de 1890 — Declara qual o fôro da justificação da idade para casamentos civis e quaes os emolumentos a que obrigam.....	5
N. 11 — Em 2 de agosto de 1890 — Sobre o destino de livros e papéis de qualificação de guardas nacionaes.....	6

	Págs.
N. 12 — Em 16 de agosto de 1890 — Resolve, á vista da nova legislação, sobre os casos em que é applicavel o art. 49 do antigo Código Criminal.....	6
N. 13 — Em 22 de agosto de 1890 — Sobre assentos de casamento civil e primeiro fornecimento dos livros....	8
N. 14 — Em 22 de agosto de 1890 — Resolve duvidas sobre embaracos na execução da lei de casamento civil.....	8
N. 15 — Em 22 de agosto de 1890 — Reprodiz a decisão do aviso de 16 de julho de 1890, sobre prova de idade para o casamento civil, e confirma o selo dos papéis respectivos.....	9
N. 16 — Em 11 de setembro de 1890 — Declara extinta a tributação, creada pelo decreto n. 3059, de 1863, de dispensar impedimentos para casamentos acatholicos....	9
N. 17 — Em 11 de setembro de 1890 — Trata dos casamentos acatholicos, dos seus effeitos e registro.....	10
N. 18 — Em 11 de setembro de 1890 — Trata dos consentimentos necessarios para os casamentos de menores e de menores e orphãos.....	11
N. 19 — Em 13 de setembro de 1890 — Relativo aos attestados de polbreza para isenção do selo das licenças e dispensas de impedimentos para casar.....	13
N. 20 — Em 13 de setembro de 1890 — Prohibe a pratica de se avaliarem, na transmissão de propriedades agricolas e industriaes, moveis e semoventes separadamente, de que devam ser considerados immoveis.....	14
N. 21 — Em 30 de setembro de 1890 — Remove duvidas a respeito da intelligencia e applicação dos decretos ns. 506 de 5 de julho e 763 de 19 de setembro de 1890.....	14
N. 22 — Em 1 de outubro de 1890 — Resolve duvidas sobre a substituição do juiz dos casamentos.....	15
N. 23 — Em 1 de outubro de 1890 — Refere-se á competencia do juiz de direito dos casamentos para effectua-los quando os nubentes não residem em sua comarca.....	15
N. 24 — Em 6 de outubro de 1890 — Sobre uma hypothese em que ao juiz de paz compete presidir nos actos de casamentos.....	16
N. 25 — Em 6 de outubro de 1890 — Da nomeação de escrivão de paz.....	16
N. 26 — Em 7 de outubro de 1890 — Confirma ao juiz de paz em exercicio a faculdade de deixar de fazer os casamentos nos lugares designados pelos contrahentes.....	17
N. 27 — Em 7 de outubro de 1890 — Declara que o art. 2º do decreto n. 9886, de 7 de março de 1888, não é applicavel quanto á circumscripção do registro civil, aos assentos de casamentos.....	17
N. 28 — Em 9 de outubro de 1890 — Não pôde ser negada a transference de marca já registrada de commercio ou industria sob pretexto de não estarem approvados os respectivos productos pela Inspectoria de Hygiene.....	18

	Pag.
N. 29 — Em 10 de outubro de 1890 — A substituição dos desembargadores podem ser chamados os juizes de direito auditores e os privativos de casamentos.....	19
N. 30 — Em 13 de outubro de 1890 — E' vedado o casamento de padrasto com enteada.....	19
N. 31 — Em 13 de outubro de 1890 — Nomeação de escrivão de paz.....	20
N. 32 — Em 17 de outubro de 1890 — Refere-se ao voto na eleição de deputados e suplentes da Junta Commercial.....	20
N. 33 — Em 31 de outubro de 1890 — Dos effeitos do decreto n. 774, de 20 de setembro de 1890, que aboliu as penas perpetuas e a de galés.....	21
N. 34 — Em 6 de novembro de 1890 — Sobre a designação de official do registro de hypothecas.....	21
N. 35 — Em 21 de novembro de 1890 — O juramento dos juizes de sentença póde ser substituido por promessa solemne.....	22
N. 36 — Em 21 de novembro de 1890 — Do termo em que começa a vigorar o novoCodigo Penal.....	22
N. 37 — Em 21 de novembro de 1890 — Maior de 21 annos, na livre administração de sua pessoa, não carece de consentimento de outra para casar-se.....	23
N. 38 — Em 9 de dezembro de 1890 — Podem os governadores crear districtos de paz nas colonias militares e nucleos colonias.....	24
N. 39 — Em 31 de dezembro de 1890 — Incompatibilidade do juiz de paz, por parentesco com os nubentes, para presidir aos respectivos casamentos.....	24

MINISTERIO DA JUSTIÇA

N. 1 — EM 1 DE JULHO DE 1890

Resolve duvidas sobre os terminos de casamentos civis.

Ministerio dos Negocios da Justiça—2ª Secção—Rio de Janeiro,
1 de julho de 1890.

Communico-vos, para o fazer constar ao juiz dos casamentos dessa Capital, que as duvidas propostas pelos escrivães de paz das freguezias suburbanas e constantes do seu officio de 3 do mez findo, estão resolvidas pelos avisos de 9 do dito mez publicados no *Diario Official* de 11, os quaes declaram:

Que os termos de casamentos podem ser lançados nos livros anteriormente fornecidos para o registro em virtude do art. 4º do decreto n. 9886 de 7 de março de 1888;

Que, *ex-vi* das disposições dos arts. 1, 2 e 13 das instrucções de 27 de fevereiro ultimo, cessou o registro civil dos casamentos pelo modo de que trata o decreto citado de 7 de março de 1888.

Saude e fraternidade.— *M. Ferraz de Campos Salles.*—
Sr. Governador do Estado de S. Paulo.



N. 2 — EM 1 DE JULHO DE 1890

Sobre impedimento de quatro juizes de paz.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 2ª Secção—Rio de Janeiro,
1 de julho de 1890.

Fica approvedo o acto pelo qual, conforme consta do officio de 14 de maio ultimo, declarastes, sobre consulta da Intendencia Municipal de S. José, que, achando-se impedidos por molestia os quatro juizes de paz da respectiva parochia, devia aquella Intendencia, *ex-vi* do art. 6º das instrucções de 13 de dezembro de 1832 e avisos ns. 200 de 3 de agosto de 1835 e 38 de 13 do julho de 1843, juramentar um dos mais votados e que, uma vez juramentado, podia este exercer as funcções de juiz dos casamentos durante o impedimento dos quatro referidos.

Saude e fraternidade.— *M. Ferraz de Campos Salles.*—
Sr. Governador do Estado de Santa Catharina.



N. 3 — EM 1 DE JULHO DE 1890

Acerca do tempo de exercício dos juizes de paz.

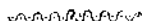
Ministerio dos Negocios da Justiça.—2ª Secção.—Rio de Janeiro,
1 de julho de 1890.

Declaro-vos, com referencia ao telegramma de 8 do mez findo :

1º Que, segundo o disposto no art. 191 do regulamento n. 8213 de 13 de agosto de 1881, o quadriennio dos juizes de paz deve findar a 7 de janeiro e não a 30 de junho.

2º Que, de accordo com o aviso n. 4 de 5 de janeiro de 1877 e art. 231 do regulamento citado, os juizes de paz do quadriennio anterior são obrigados a servir enquanto não forem eleitos e empossados os novos juizes.

Saude e fraternidade.— *M. Ferraz de Campos Salles*.—
Sr. Governador do Estado de Santa Catharina.



N. 4 — EM 7 DE JULHO DE 1890

Competencia para criação de officios de justiça nos Estados.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—2ª Secção.—Rio de Janeiro,
7 de julho de 1890.

Com referencia ao telegramma de 19 do mez findo, declaro-vos que, em vista do art. 2º do decreto n. 7 de 20 do novembro de 1889, compete aos governadores dos Estados até á definitiva Constituição dos Estados Unidos do Brazil a criação dos officios de justiça, cuja facultade pertencia ás extintas assembleas provinciaes e no numero dos quaes se acha o officio de escrivão do ausentes.

Saude e fraternidade.— *M. Ferraz de Campos Salles*.—
Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Sul.



N. 5 — EM 16 DE JULHO DE 1890

Da prova de idade para o casamento civil.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 16 de julho de 1890.

Declaro-vos, para o fazer constar ao juiz de paz da freguezia do Laranjal, em resposta ao officio de 7 do corrente, quanto á difficuldade que encontram as pessoas que se pretendem casar,

em obter certidão de idade, que, em casos urgentes, ou prova n.º do a parte que não pôde obter certidão do seu nascimento, poderá ser esta supprida não só por justificação de idade com testemunhas perante o juiz dos casamentos, o juiz de paz do districto, ou qualquer juiz do civil, mas também com algum dos documentos mencionados no aviso n.º 88 de 22 de fevereiro de 1881.

Saude e fraternidade.— *M. Ferraz de Campos Salles*.—
Sr. Governador do Estado de Minas Geraes.



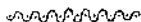
N. 6 — EM 17 DE JULHO DE 1890

Competencia dos juizes de paz para presidirem aos actos do casamento civil.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 17 de julho de 1890.

Fica approvedo o acto constante do vosso officio de 28 de maio ultimo, pelo qual declarastes, sobre consulta do 1º supplente dos juizes de paz da cidade de S. José, que, na conformidade do art. 110 do decreto n.º 181 de 24 de janeiro de 1890, compete ao 1º juiz de paz presidir os actos do casamento civil e no seu impedimento aos que lhe seguirem na ordem da votação, nos termos dos avisos ns. 357 e 100, de 22 de agosto de 1862 e 11 de abril de 1870.

Saude e fraternidade.— *M. Ferraz de Campos Salles*.—
Sr. Governador do Estado de Santa Catharina.



N. 7 — EM 25 DE JULHO DE 1890

Dos livros para proclamas e assentos dos casamentos civis.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 25 de julho de 1890.

Tomando em consideração a materia do vosso officio sob n.º 345 de 30 de junho ultimo, declaro :

1º Que o livro que o art. 12 das instrucções de 27 de fevereiro ultimo exige sejam fornecidos aos escrivães de paz, além do que já tinham para registro dos casamentos e cujo aproveitamento autorizam esse artigo e o seguinte, emquanto não forem creados no logar officiaes privativos do registro, é o de proclamas a que se referem os arts. 6 e 121 do decreto n.º 181 de 24 de janeiro do corrente anno.

2º Que tendo sido adoptado para os assentos do casamento civil o mesmo modelo do primitivo livro do registro de casamentos, nada impede que este seja aproveitado, estando rubricado pelo juiz de direito da comarca, ou pelo juiz municipal, na conformidade do art. 5º do decreto n. 9886 de 7 de março de 1888, visto não haver sido revogada a competência para essa rubrica, posto que o tinham o juiz de direito primitivo na respectiva comarca, e o juiz de paz nos districtos fora das Capitães, para os novos livros que houverem de ser fornecidos, nem importando que no dorso do livro primitivo esteja inscripto — Registro, em vez de — Assento dos casamentos, uma vez que os novos assentos se conformem com a lei de 21 de janeiro, pois constituem desde 21 de maio o unico registro dos casamentos.

3º Que, não obstante, nenhuma irregularidade ha em que os assentos tenham sido e continuem a ser feitos em novos livros fornecidos pelos governadores, de conformidade com o modelo anexo ás referidas instrucções, devendo nesse caso ser encerrados os do primitivo registro, que não continuarem a ser aproveitados.

4º Que os primeiros fornecimentos dos livros de que trata o citado art. 12 são feitos por este Ministerio no Districto Federal e pelos governadores nos Estados, á custa dos respectivos serventuarios, conforme já foi declarado em aviso de 9 de junho ultimo, pelos mesmos motivos que determinaram igual providencia quanto aos livros do registro hypothecario.

Saude e fraternidade.— *Provincia Gliceria*.— Sr. Governador do Estado de S. Paulo.

Assinado

N. 8 — EM 25 DE JULHO DE 1890

Sobre o registro do casamento religioso, e o civil, e das exigencias deste e do registro de nascimentos e obitos.

Ministerio dos Negocios da Justica. — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 25 de julho de 1890.

Do officio n. 128 de 16 do mez findo e papeis a elle juntos consta que, sobre consulta do vigario da freguezia do Curralinho, resolvestes:

1º, que a partir de 24 de maio ultimo, segundo o disposto no decreto n. 181 de 21 de janeiro anterior, não podem os catholicos que repellem o casamento civil registrar o acto religioso sobre o matrimonio, que por si só não tem effeito legal;

2º, que, estando as garantias sobre casamentos consubstanciadas nas disposições do mencionado decreto n. 181 e sobre nasci-

mentos e obitos nas do de n. 9886, que nesta parte continha em vigor, não ha razão para suppor estejam ellas abolidas no novo regimen.

Approvando estas decisões declaro-vos, entretanto, que depois da publicação do decreto n. 521 de 26 de junho findo, o casamento civil deve preceder a quaesquer cerimoniaes religiosas com que aprouver aos nubentes solemnisa-lo.

Saude e fraternidade. — *Francisco Glicerio*. — Sr. Governador do Estado de Goyaz.



N. 9 — EM 28 DE JULHO DE 1890

Acerca dos registros dos casamentos anteriores a 24 de maio de 1890.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 28 de julho de 1890.

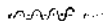
Em officio n. 48 de 29 de maio ultimo submettestes ao conhecimento deste Ministerio a decisão dada á seguinte consulta do juiz de paz da villa de Tijuca:

1º Si os casamentos celebrados de janeiro ultimo a 23 de maio findo podiam ser registrados pagando multa;

2º Si, em face do art. 13 das instrucções de 27 de fevereiro do corrente anno, devia mandar registrar os casamentos na conformidade do art. 23 do regulamento baixado com o decreto n. 9886 de 7 de março de 1888.

Declaro-vos, em resposta, que pelos avisos de 9 de junho publicados na *Diaria Official* de 11 o preceito 5º da circular de 11 do mesmo mez, ficou resolvida aquella consulta.

Saude e fraternidade. — *Francisco Glicerio*. — Sr. Governador do Estado de Santa Catharina.



N. 10 — EM 1 DE AGOSTO DE 1890

Declaro qual o foro da justificação da idade para casamentos civis e quos os emolumentos a que obrigam.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1890.

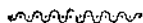
Declaro-vos, com referencia ao telegramma de 24 do mez findo:

1º Que a justificativa suppletoria da certidão de idade pôde ser dada perante o juiz dos casamentos, o juiz de paz, ou qual-

quer juiz do civil, conforme decidiu o aviso de 16 do mesmo mez, publicado a 18;

2º Quo os juizes dos casamentos, além dos emolumentos fixados no art. 122 do decreto n. 181 de 24 de janeiro ultimo, pela assistência e condução, percebem pelos demais actos, na forma do art. 124, os que estiverem taxados no regimento de custas e no decreto n. 9886 de 7 de março de 1888, nada percebendo, porém, quando se tratar de pessoas notoriamente pobres.

Saude e fraternidade. — *Francisco Glicerio*. — Sr. Governador do Estado do Paraná.



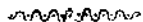
N. 11 — EM 2 DE AGOSTO DE 1890

Sobre o destino de livros e papeis de qualificação de guardas nacionais.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 3ª Secção — Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1890.

Approvo a vossa decisão constante do officio n. 3, de 16 de junho (lido), e pelo qual declarastes ao tenente-coronel commandante do 9º batalhão de infantaria da Guarda Nacional da comarca do Recife, que, embora tenha sido elevada a comarca a freguezia de S. Lourenço da Matia, onde é organizado o dito batalhão, devem ser remetidos ao commandante superior da Capital os livros e papeis relativos à qualificação da mesma guarda.

Saude e fraternidade. — *Francisco Glicerio*. — Sr. Governador do Estado de Pernambuco.



N. 12 — EM 16 DE AGOSTO DE 1890

Resolvo, á vista da nova legislação, sobre os casos em que é applicavel o art. 49 do antigo Codice Criminal.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 3ª Secção — Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1890.

Em officio de 17 de junho ultimo informastes haver na cadeia ou penitenciaria dessa Capital um grande numero de sentenciados a prisão com trabalho, remetidos de diversos lugares desse

Estado e aos quaes se impoz o acrescimo da sexta parte do tempo das respectivas penas, segundo o disposto do art. 49 doCodigo Criminal, sem que haja uniformidade de procedimento para com elles, porque os dous juizes de direito, conforme dizeis, interpretam diversamente a citada disposição, sustentando um delles a inapplicabilidade do dito acrescimo de tempo desde que o réo é remettido á penitenciaria, embora neila não seja admittido por falta de logar, e manifestando o outro dos juizes uma opinião contraria.

Cingindo-me á legislação criminal e pratica geralmente seguida, cumpre-me declarar-vos, em resposta, que, por ser a pena de prisão simples menos intensa do que a de prisão com trabalho, julgou necessario o legislador, para que se não burlasse o rigor penal nos logares em que fosse impossivel o cumprimento da segunda destas penas, aggravar a primeira com o augmento da sexta parte, como fez no citado artigo, para equiparal-a á outra, e nestes termos é indubitavel que a referida disposição deixa de ser applicavel sómente quando no logar da condemnação ou na sua proximidade, onde em regra deve ser executada a sancção penal, houver penitenciaria regularmente constituida, ou quando por qualquer motivo durante a execução é effectivamente recolhido a estabelecimento desta natureza o sentenciado por crime punivel com prisão com trabalho, embora já convertida anteriormente em prisão simples, porque nesta hypothese cessa o motivo do referido augmento de tempo, visto que desaparece o facto que o justifica e que é a falta de commodidades e arranjos para o trabalho dos réos, e, portanto, aos sentenciados, que assim vão ser submettidos ao rigoroso regimen penitenciario, deve ser calculado com attenção a esta circumstancia, que importa o restabelecimento da intensidade das penas em que incorreram, o tempo que lhes falta para concluil-as, como aliás se praticou com acerto no Estado do Rio de Janeiro, por occasião de inaugurar-se na Capital o systoma de trabalho dos presos.

Releva ainda notar que a doutrina exposta está de accordo com o aviso de 14 de julho de 1850, que bem explicou que na pena de prisão com trabalho, nos logares onde houver casa de correção, só deve considerar-se começada a execução depois que for a ella effectivamente recolhido o réo condemnado.

Saude e fraternidade. — *M. Ferraz de Campos Salles.* — Sr. Governador do Estado de S. Paulo.



N. 13 — EM 22 DE AGOSTO DE 1890

Sobre assentos de casamento civil e primeiro fornecimento dos livros.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1890.

Declaro-vos, em resposta ao officio n. 23, de 8 do mez findo, que a duvida do 1º juiz de paz da parochia de S. Gonçalo do Rio-Abaixo está resolvida pelos avisos de 9 de junho, 1 e 25 de julho ultimos, os quaes decidiram que os assentos do casamento civil podem ser lançados nos livros anteriormente fornecidos para o registro de casamentos, uma vez que estejam rubricados pelo juiz de direito da comarca, ou pelo juiz municipal, na conformidade do art. 5º do decreto n. 9886, de 7 de março de 1888; sendo que o primeiro fornecimento dos livros de registro e dos proclamas é feito nos Estados pelos respectivos governadores, á custa dos serventuarios, como é expresso no art. 12 das instruções de 27 de fevereiro e avisos citados de 9 de junho e 25 de julho.

Saude e fraternidade.— *M. Ferraz de Campos Salles*.—
Sr. Governador do Estado de Minas Geraes.



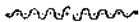
N. 14 — EM 22 DE AGOSTO DE 1890

Resolve dvidas sobre embaraços na execução da lei do casamento civil.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1890.

Em resposta ao officio n. 284, de 16 do mez findo, ao qual acompanhou o do juiz de direito da comarca de Porto Seguro, sobre os embaraços que nota na execução da lei do casamento civil, declaro-vos que o referente á falta de pessoas que se queiram prestar a exercer o cargo de escrivão de paz, subordinado ao subdelegado, cessou com a promulgação do decreto n. 546, do mesmo mez, que deu competencia aos juizes de paz para a nomeação de seus escrivães; cabendo aos juizes de direito, quanto aos outros, tornar effectivas as disposições do decreto n. 521, de 26 de junho ultimo, que prohibe cerimoniaes religiosas matrimoniaes antes do casamento civil.

Saude e fraternidade.— *M. Ferraz de Campos Salles*.—
Sr. Governador do Estado da Bahia.



N. 15 — EM 22 DE AGOSTO DE 1890

Reproduz a decisão do aviso de 16 de julho de 1890, sobre prova de idade para o casamento civil, o confirma o sello dos papeis respectivos.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1890.

A duvida suscitada pelos juizes de paz dos districtos de Catalão e Formosa, a que se refere o vosso officio n. 152, de 15 do mez findo, já está resolvida pelo aviso de 16 do mesmo mez, o qual decidiu que a certidão de idade dos nubentes pôde ser supprida por justificação perante o juiz dos casamentos, juiz de paz ou juiz do cível, ou com alguns dos documentos, mencionados no aviso n. 88 de 22 de fevereiro de 1881.

Quanto, porém, aos papeis relativos ao casamento civil, não ha disposição que os isente do sello respectivo, salvo a do art. 13, n. 8, do decreto n. 8946 de 19 de maio de 1888.

Saude e fraternidade.—*M. Ferraz de Campos Salles*.—Sr. Governador do Estado de Goyaz.



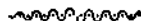
N. 16 — EM 11 DE SETEMBRO DE 1890

Declara extinta a attribuição, creada pelo decreto n. 3069, de 1863, de dispensar impedimentos para casamentos acatholicos.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1890.

Confirmando o telegramma desta data, em resposta á vossa consulta, declaro que em 24 de maio do corrente anno cessou a attribuição de dispensar impedimentos para casamentos acatholicos, conferida pelo art. 17 do decreto n. 3069 de 1863, visto que o Governo não reconhece outro casamento celebrado no Brazil, daquella data em diante, sinão o civil, e para este não ha outros impedimentos além dos declarados na lei de 24 de janeiro do corrente anno, dos quaes só tem competencia para conhecer os juizes de direito.

Saude e fraternidade.—*M. Ferraz de Campos Salles*.—Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Sul.



N. 17 — EM 11 DE SETEMBRO DE 1890

Trata dos casamentos acatholicos, dos seus effeitos e o registro.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1890.

Em resposta ao vosso officio n. 5097, de 16 do mez findo, declaro-vos que não ha necessidade de nenhuma das providencias solicitadas pelo representante da Igreja Evangelica desse Estado, visto já haverem sido tomadas pelas leis patrias outras muito mais completas, liberaes e favoraveis, do que as propostas na sua representação, porquanto :

1º Para produzirem todos os effeitos civis os casamentos acatholicos celebrados, dentro ou fóra do paiz, antes da lei de 11 de setembro de 1861, não é necessario o registro instituido no Brazil em virtude do disposto nos arts. 1.º a 4.º do decreto n. 3069 de 17 de abril de 1863 ;

2º Os casamentos acatholicos celebrados no estrangeiro continuaram a ser dispensados do registro no Brazil até á publicação do regulamento de 25 de abril de 1874, que o exigiu nos casos dos arts. 7º e 66 (citado decreto n. 3069 de 1863, arts. 1.º, 2º e 42);

3º Para o registro dos casamentos acatholicos celebrados no Brazil depois da lei de 1861 e antes do decreto n. 3069 de 1863, afim de produzirem todos os effeitos civis desde a sua celebração, foram concedidos prazos mais longos do que os propostos (art. 40 do mesmo decreto);

4º A omissão desse registro, ainda depois de 1863 e até á publicação do decreto n. 3316, que approvou a parte penal do regulamento n. 5604 de 25 de abril de 1874, nunca sujeitou a outra pena, sinão a de só produzir o casamento acatholico effeitos civis contra terceiros, da data do registro em diante (arts. 6º e 40 do citado decreto n. 3069) ;

5º A pena acrescentada pelo art. 46 do citado regulamento n. 5604 e art. 50 do approvado pelo decreto n. 9886 de 1888 é a multa de 5\$000 a 20\$000 ;

6º Dessa multa foram relevados pela circular de 11 de julho ultimo todos os que apresentassem a registro dentro de oito dias, contados do conhecimento della no lugar, os casamentos religiosos celebrados do 1º de janeiro de 1889 a 24 de maio do corrente anno ;

7º Nem essa circular, nem disposição alguma prohibe o registro em qualquer tempo de taes casamentos celebrados desde 1861 até ao dia em que entrou em execução a lei do casamento civil, uma vez que seja paga a multa, e subentendido que os effeitos civis contra terceiro começam da data do mesmo registro ;

8º Os arts. 49 e 108 da lei de 24 de janeiro ultimo e o n. 7 da referida circular nenhuma duvida deixam sobre não serem applicaveis suas disposições, com prejuizo dos direitos adquiridos, aos que casaram na forma da lei vigente no tempo e no lugar da

celebração do acto, e portanto só não produzem effeitos civis os casamentos religiosos celebrados depois de 23 de maio deste anno;

9º Não dependem, pois, de revalidação proposta, por falta de registro, os casamentos celebrados antes da execução da lei de 24 de janeiro (decreto n. 3069, art. 18);

10º As penas comminadas ao Ministro de qualquer confissão, que celebrar as cerimoniaes religiosas do casamento antes do acto civil, não são excedentes ás do decreto do Estado Oriental, quo a Igreja Evangelica desejaria fosse adoptado no Brazil.

Saude e fraternidade.—*M. Ferraz de Campos Salles*.—Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Sul.



N. 18 — EM 11 DE SETEMBRO DE 1890

Trata dos consentimentos necessarios para os casamentos de menores e de menores orphãos.

Ministerio dos Negocios da Justiça—2ª Secção—Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1890.

O Governo Provisorio da Republica tomou conhecimento das duas decisões que submittestes á approvação deste Ministerio em 25 de agosto ultimo, declarando:

1º Que a lei de 24 de janeiro de 1890 não alterou o direito anterior na parte em que dispensa o alvará de licença do Juizo de Orphãos para o casamento do menor que apresenta o consentimento do pae, conforme a intelligencia dada á Ord. Liv. 1º Tit. 8º §§ 19 e 27 pelo aviso n. 116 do 23 de março de 1860;

2º Que em virtude do art. 94 da mesma lei é igualmente dispensavel a licença do juiz para o casamento do menor orphão de pae, desde que for consentido pela mãe viuva, a quem nos termos do dito artigo se transferiu o patrio poder, onquanto conservar o direito de exercel-o.

Approvando as decisões nestes termos, o Governo accrescenta, para remover quaesquer duvidas, que, na conformidade do art. 7º § 7º da citada lei, o consentimento dado pelas pessoas sob cujo poder ou administração estiverem os menores, dispensa o judicial para o casamento civil, salvo nos casos em que a mesma lei expressamente exige a autorisação do juiz (art. 17), visto que a competencia geral dada aos juizes de orphãos é para supprir o consentimento dessas pessoas, sejam pae ou mãe (arts. 18 e 94), tutores ou curadores (arts. 7º § 7º, 20 e 21), como aliás já dispunha o direito anterior (lei de 22 de setembro de 1828, art. 4º § 6º, regulamento n. 143 de 15 de março de 1842, arts. 5º § 5º e

15 n. 12, decreto n. 5467 de 1873, art. 4.º n. 6), sendo equiparado esse supprimento pela lei de 29 de novembro de 1875, que o constituiu, ao consentimento dos paes, mães, tutores ou curadores.

Desde a publicação das leis de 19 de junho e 29 de novembro de 1875 e de 6 de outubro de 1784 os mais abalizados juriscultos entenderam, como reconhece a consulta da Secção de Justiça de 24 de dezembro de 1845, que ellas derogavam as disposições das Ordenações Philippinas na parte em que exigiam, além do consentimento dos tutores ou curadores, o do juiz de orphãos; e esta interpretação prevaleceu nas referidas leis patrias.

Entretanto, aquella consulta, bem como a de 23 de abril de 1857, para pôr termo ao uso e abuso de casamentos religiosos sem autorisação das pessoas, sob cujo poder ou administração estavam os orphãos e menores, propuzeram que se declarasse necessaria a licença dos juizes de orphãos até que o Poder Legislativo resolvesse sobre a verdadeira intelligencia da Ord. Liv. 1.º Tit. 88 §§ 19 e 27.

Nessas consultas se fundaram os avisos n. 70 de 18 de julho de 1846, n. 332 de 13 de novembro de 1858, n. 312 de 20 de outubro de 1859 e n. 470 de 16 de outubro de 1869, e muitos outros que a ellas se referem.

O fundamento do primeiro cessou nos casos em que a lei de 24 de janeiro ultimo confere o patrio poder à mãe viuva (art. 94), e o do segundo e terceiro em virtude do art. 18 que declara bastar o consentimento da mãe, quando o paé não houver reconhecido o filho natural.

A generalisação do ultimo, além dos casos previstos na Ord. Liv. 1.º Tit. 88 § 19, ultrapassa os limites de uma disposição prohibitiva e penal, por sua natureza restricta e não applicavel contra os preceitos das leis posteriores, com os quaes aliás se pôde harmonisar, visto que a suspensão da entrega dos bens dos orphãos até á idade de 20 annos e a responsabilidade legal pelo damno que causarem os tutores aos seus tutelados, e qualquer pessoa aos orphãos e menores, não implicam com a autoridade que tem os paes, mães, tutores e curadores para completar o consentimento das pessoas sob seu poder ou administração para o acto do casamento, que em um regimen de liberdade e igualdade não se deve difficultar por considerações de desigualdade, de condição e fortuna, sinão unicamente por enfermidade, más costumes, impossibilidade de manter os encargos do matrimonio, de algum ou de ambos os pretendentes, ou nos casos de impedimento claramente determinado na lei de 21 de janeiro deste anno.

Saude e fraternidade.— *M. Ferraz de Campos Salles*.—Sr. Governador do Estado de S. Paulo.



N. 19 — EM 13 DE SETEMBRO DE 1890

Relativo aos attestados de pobreza para isenção do sello das licenças e dispensas de impedimentos para casar.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1890.

Em solução ao officio do juiz municipal da Parahyba do Sul, de 8 de julho ultimo, declaro para vosso conhecimento e daquelle juiz que, de accordo com a proposta deste Ministerio, resolveu o da Fazenda, em circular n. 51 de 26 do mez findo, publicada a 28, poderem ser tambem dados pelos juizes de paz ou delegados de policia os attestados de pobreza para isenção do sello das licenças e dispensas de impedimentos para casar, a que se refere o art. 13 n. 18 do regulamento annexo ao decreto n. 8946 de 19 de maio de 1883.

Saude e fraternidade.— *M. Ferraz de Campos Salles*.— Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro.



N. 20 — EM 13 DE SETEMBRO DE 1890

Profliga a pratica de se avaliarem, na transmissão de propriedades agricolas e industriaes, moveis e semoventes separadamente dos que devem ser considerados immoveis.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1890 — Circular.

Constando ao Ministerio da Fazenda que alguns tabelliães e escriptães passam escriptura de transmissão de propriedades agricolas e industriaes, em que se avaliam moveis e semoventes separadamente dos que devem ser considerados immoveis por destino, occasionando o facto de se cobrar delles sómente o sello proporcional, convem que por intermedio dos respectivos juizes chameis a attenção daquelles funcionarios para a disposição do art. 17 § 1.º do regulamento annexo ao decreto n. 5581 de 31 de março de 1874, que não deve ter a amplitude que lhe tem sido dada em prejuizo dos interesses da Fazenda Nacional.

Saude e fraternidade.— *M. Ferraz de Campos Salles*.— Aos Governadores dos Estados e aos Juizes da 1ª e 2ª vara cível da Capital Federal.



N. 21 — EM 30 DE SETEMBRO DE 1890

Remove dúvidas a respeito da intelligencia e applicação dos decretos ns. 546 de 5 de julho e 763 de 19 de setembro de 1890.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1890 — Circular.

Convindo remover algumas dúvidas que se tem suscitado a respeito da intelligencia e applicação dos decretos ns. 546 de 5 de julho e 763 de 19 de setembro do corrente anno, declaro-vos:

1º Que o processo das causas civis da competencia dos juizes de paz, que versarem sobre bens moveis, e, qualquer que seja o seu valor, o summarissimo, instituido pelo art. 63 do decreto n. 4824 de 22 de novembro de 1871, e o das que versarem sobre bens de raiz é o estabelecido pelas leis vigentes para as causas desta natureza, seja summario, como o dos interdictos possessorios, o dos preceitos comminatorios, o de despejo de casa, o de demarcação, seja o ordinario, que é o competente em todas as causas para as quaes não estiver determinado processo especial;

2º Que o decreto n. 546 em nada alterou a legislação anterior quanto ás causas de jurisdicção privativa, nem isto se pôde deprehender da excepção relativa ás fiscaes, que reproduzia do art. 28 do decreto n. 5467 de 12 de novembro de 1873;

3º Que, mandando observar no processo de julgamento e execução das causas civis as disposições applicaveis do regulamento n. 737 de 25 de novembro de 1850, uniformizando quanto possível e conveniente o processo civil e commercial, não tem o decreto n. 763 por fim restaurar alguma das que as substituiram, interpretaram ou modificaram, ampliando-as, restringindo-as ou completando-as, todas as quaes, na parte em que não tiverem sido expressamente derogadas, devem continuar a ser observadas no Juizo Commercial, e no concernente aos titulos e capitulos não exceptuados pelo referido decreto n. 763 serão applicados ao civil como si estivessem inseridos no mesmo regulamento;

4º Que, sendo o direito essencialmente distincto da forma do seu exercicio em Juizo, e não podendo a applicação do processo implicar uma annullação do direito, nenhum fundamento juridico tem a duvida sobre a faculdade que incontestavelmente subsiste para todos os que gosam do beneficio da restituição, segundo a lei civil, de o fazerem valer nas causas por ella regidas, do mesmo modo que aos menores é garantida nas causas commerciaes;

5º Que, segundo os principios gerais do direito, as leis do processo são immediatamente applicaveis ás causas pendentes, si o contrario não determinarem, mas sem prejuizo dos termos que começaram a correr, ou dos actos e diligencias já executados ou iniciados sob o dominio da lei anterior, nem dos recursos que delles resultarem, visto que as leis não retroagem com offensa dos direitos adquiridos, e embora não os haja em relação a certa o

determinada forma de processo, ha e devem ser respeitados os que emanam de actos praticados ou em principio de execução por virtude das leis que o regiam.

Saude e fraternidade.— *M. Ferraz de Campos Salles*.— Aos Governadores dos Estados.



N. 22 — EM 1 DE OUTUBRO DE 1890

Resolve duvidas sobre a substituição do juiz dos casamentos.

Ministerio dos Negocios da Justiça—2ª Secção— Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1890.

Em solução á duvida, que submettestes á decisão deste Ministerio quanto ao facto de haver o juiz de direito interino dessa Capital assumido o cargo de juiz de direito dos casamentos, por não se achar presente o juiz privativo, declaro-vos que, na conformidade do disposto no art. 110 da lei n. 181, de 24 de janeiro deste anno, e decisão de 24 de maio publicada no *Diario* de 10 de junho ultimo, cabe ao juiz de paz respectivo exercer as funções de juiz dos casamentos até á installação do Juizo de direito privativo, não resultando porém nullidade para os actos de boa fé praticados pelo juiz de direito interino que assumiu o exercicio da plenitude daquellas funções, visto que, além da competencia parcial attribuida pelo citado art. 110, tem elle o direito de substituição plena, na ordem que forem designados, segundo as regras do decreto n. 233 A de 27 de fevereiro deste anno, na falta ou impedimento do juiz privativo o do substituto mais immediato.

Saude e fraternidade.— *M. Ferraz de Campos Salles*.— Sr. Governador do Estado de Matto Grosso.



N. 23 — EM 1 DE OUTUBRO DE 1890

Refere-se á competencia do juiz de direito dos casamentos para effectual-os quando os nubentes não residem em sua comarca.

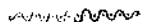
Ministerio dos Negocios da Justiça — 2ª Secção— Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1890.

Conforme consta do vosso officio n. 16, de 6 de junho ultimo, consultou o juiz de direito dos casamentos dessa Capital si tem ou não competencia para presidir ao acto do casamento de pes-

soas residentes em outras comarcas, uma vez que taes pessoas compareçam no seu Juizo mostrando-se habilitadas nos termos do art. 1º do decreto n. 181, de 24 de janeiro deste anno.

Resolvendo a consulta pela affirmativa, declaro-vos que nenhuma disposição de lei obriga os nubentes a habilitar-se ou a realizar o casamento perante o juiz do seu domicilio, uma vez que se observe o disposto no art. 4º.

Saude e fraternidade.—*M. Ferraz de Campos Salles*.— Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Norte.



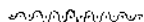
N. 24 — EM 6 DE OUTUBRO DE 1890

Sobre uma hypothese em que ao 4º juiz de paz compete presidir aos actos de casamentos.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1890.

Por estar de accordo com a decisão deste Ministerio, de 24 de maio, publicada no *Diario Official* de 10 de junho ultimo, approvo o acto pelo qual, conforme consta do officio daquela data, declarastes ao 4º juiz de paz da Capital que, não tendo ainda comparecido para assumir o exercicio de seu cargo o juiz dos casamentos, estando incompatibilizados o 1º e 2º juizes de paz e sendo o 3º falecido, cabia a elle exercer as funções de juiz de casamentos, quanto á presidencia do acto e ao juiz de direito tomar conhecimento dos impedimentos, em vista do disposto no art. 110 do decreto n. 181, de 24 de janeiro deste anno.

Saude e fraternidade.—*M. Ferraz de Campos Salles*.— Sr. Governador do Estado de Santa Catharina.



N. 25 — EM 6 DE OUTUBRO DE 1890

Da nomeação de escrivão de paz.

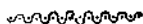
Ministerio dos Negocios da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1890.

Declaro-vos para o fazer constar ao 3º juiz de paz da parochia do Machadinho, em resposta á consulta por elle dirigida ao Ministerio do Interior:

1º Que a nomeação de escrivão de paz compete ao juiz de paz a quem couber o exercicio durante o anno ;

2º Que, embora não seja conveniente a nomeação de pessoa que exerça profissão particular, como a de pharmaceutico, nenhuma lei a prohibe, incumbindo ao juiz providenciar quando verifique que o serviço publico é prejudicado pelo particular.

Saude e fraternidade.— *M. Ferraz de Campos Salles*.— Sr. Governador do Estado de Minas Geraes.



N. 26 — EM 7 DE OUTUBRO DE 1890

Confirma ao juiz de paz em exercicio a faculdade de deixar de fazer os casamentos nos lugares designados pelos contrahentes.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1890.

Conforme consta do vosso officio de 29 de julho ultimo, communicou o juiz de direito da comarca de Sant'Anna do Parahyba que, por fallecimento do 1º juiz de paz, ausencia do 2º e renuncia do 4º, existia apenas o 3º, o qual pelo seu estado de velhice não poderia ir presidir aos actos de casamento para que fosse chamado no interior de seu districto.

Em resposta resolvestes que, em observancia da regra commum, estabelecida pelo art. 10 doCodigo do Processo e avisos de 13 de julho de 1843, 11 de janeiro e 24 de maio de 1849, 2 de agosto de 1862, 30 de março de 1865 e outros, na falta do 1º e 2º juizes de paz, competia ao 3º o exercicio, embora por sua avançada idade não podesse sair em diligencias fóra da villa, porquanto o art. 24 do decreto n. 181, de 24 de janeiro, faculta ao juiz deixar de fazer o casamento no lugar designado pelos contrahentes.

Fica o vosso acto approvado por estar de accordo com a doutrina dos avisos de 17 daquelle mez.

Saude e fraternidade.— *M. Ferráz de Campos Salles*.— Sr. Governador do Estado de Matto Grosso.



N. 27 — EM 7 DE OUTUBRO DE 1890

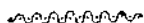
Declara que o art. 2º do decreto n. 9886, de 7 de março de 1888, não é applicavel, quanto á circumscripção do registro civil, aos assentos de casamentos.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1890.

Não procede a duvida suscitada sobre as decisões deste Ministerio em avisos de 17 de julho, confirmados em telegramma de

2º dirigido a esse Governo, visto que a determinação do art. 2º do decreto n. 9886, de 7 de março de 1888, deixou de ser applicavel, quanto á circumscripção do registro civil, aos assentos dos casamentos desde a execução da lei de 24 de janeiro deste anno, em virtude do disposto no art. 1º das instrucções approvadas pelo decreto n. 233, de 27 de fevereiro, art. 5º do decreto n. 320 de 11 de abril e preceito 6º da circular de 11 de junho, que consultaram a conveniencia de facilitar a celebração do casamento civil, permitindo-a em cada districto de juiz de paz, attenta a vastidão do territorio de muitas freguezias e a nenhuma necessidade de observar no exercicio da competencia civil uma decisão ecclesiastica, ou de applicar ao assento desse acto uma disposição relativa ao registro supprimido.

Saude e fraternidade. — *M. Ferraz de Campos Salles*. — Sr. Governador do Estado do Pernambuco.



N. 28 — EM 9 DE OUTUBRO DE 1890

Não pôde ser negada a transferencia de marca já registrada de commercio ou industria sob pretexto de não estarem approvados os respectivos productos pela Inspectoria de Hygiene.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 2ª Seção — Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1890.

Declaro-vos, em solução ás duvidas que submettestes a este Ministerio, em officio de 24 de julho ultimo, não haver fundamento juridico para susceitar-se conflicto de attribuição sobre o accordão da Relação desse districto, que, conhecendo do agravo interposto por Serra Pinto & Comp. em virtude do art. 10 do decreto n. 3346, de 14 de outubro de 1887, reformou o despacho da Junta Commercial de Belém, que negara a transferencia para aquella firma das marcas registradas de Machado & Comp. sob o fundamento de não terem approvação da Inspectoria de Hygiene os productos pharmaceuticos a que se destinavam as ditas marcas.

Nem o citado decreto n. 3346 e o respectivo regulamento n. 9828 de 31 de dezembro de 1887, nem o decreto n. 169 de 18 de janeiro ultimo, que reorganizou o serviço sanitario terrestre da Republica, estabeleceu como condição para o registro de marcas de productos pharmaceuticos a approvação destes pela Inspectoria de Hygiene; e a Junta Commercial não tem competencia para conhecer das especies de productos a que tem de ser applicadas as marcas do commercio ou industria, cujo registro não pôde ser recusado, uma vez que ellas reúnem os requisitos do art. 2º e não incorrem em algumas das prohibições do art. 8º do citado decreto n. 3346 de 1887.

O registro é uma garantia da propriedade da marca e não da qualidade do objecto a que se applique, sendo outras, que não a

Junta Commercial, as autoridades competentes para permittirem ou prohibirem o commercio de qualquer producto com ou sem marca registrada.

Accresce que, no caso occorrente, só se tratou da transferencia da propriedade de uma marca já registrada, e nada mais importando o determinado no accordão de 27 de maio deste anno, sinão que fosse averbada a transferencia, visto haver sido feita em forma legal, nenhuma razão justifica o conflicto, pois nem o registro, nem aquella sentença autorisa que se exponham á venda, com marca ou sem ella, productos pharmaceuticos não approvados pela Junta de Hygiene, ou falsificados.

Saude e fraternidade. — *M. Ferraz de Campos Salles.* — Sr. Governador do Estado do Pará.



N. 29 — EM 10 DE OUTUBRO DE 1890

A' substituição dos desembargadores podem ser chamados os juizes de direito auditores e os privativos de casamentos.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1890.

Declaro-vos, em resposta ao officio n. 27, de 22 de julho ultimo, que, assim os juizes de direito auditores, como os juizes de direito privativos dos casamentos, podem ser chamados á substituição dos desembargadores, nos casos do art. 7º do decreto n. 5618, de 4 de maio de 1874; porquanto, tendo-se sempre entendido que essa disposição não exclue nenhuma das varas privativas, acham-se aquelles juizes comprehendidos na generalidade do referido artigo — juizes de direito mais antigos da comarca em que a Relação tiver a sua séde.

Saude e fraternidade. — *M. Ferraz de Campos Salles.* — Sr. Governador do Estado de Matto Grosso.



N. 30 — EM 13 DE OUTUBRO DE 1890

E' vedado o casamento de padrasto com enteada.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1890.

A' vista da clara disposição do art. 7º, § 1º, do decreto n. 181, de 24 de janeiro deste anno, que prohibe o casamento de ascen-

dentes com descendentes por afinidade civil ou natural, entre os quaes se comprehende no 1º grão o padraсто e a enteada, não proceda a duvida suscitada no officio junto, que só por vosso intermedio poderia ser regularmente endereçado a este Ministerio, quanto á possibilidade do casamento do padraсто com a enteada.

Saude e fraternidade.— *M. Ferraz de Campos Salles*.— Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro.



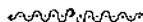
N. 31 — EM 13 DE OUTUBRO DE 1890

Nomeação de escrivão de paz.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1890.

Remettendo o incluso officio, que só por vosso intermedio devia ser dirigido a este Ministerio, e no qual o 4º juiz de paz em exercicio do districto da cidade de Santo Antonio de Padua representa sobre o facto de ter o 1º juiz de paz demittido o escrivão por elle nomeado, em virtude do art. 1º do decreto n. 546 de 5 de julho ultimo, declaro-vos que, conforme decidiram os avisos de 6 do corrente, é competente para a nomeação do respectivo escrivão o juiz de paz a quem couber o exercicio durante o anno.

Saude e fraternidade.— *M. Ferraz de Campos Salles*.— Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro.



N. 32 — EM 17 DE OUTUBRO DE 1890

Refore-se ao voto na eleição de deputados e supplentes da Junta Commercial.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1890.

Declaro-vos que todos os commerciantes matriculados, ora residentes nos Estados que fazem parte do districto da Junta Commercial de S. Paulo, teem voto na eleição de deputados e supplentes da mesma Junta, marcada para o dia 24 de novembro, ainda que tenham deixado de fazer profissão habitual do commercio, observadas as disposições do art. 8º, § 3º, do decreto n. 596 de 19 de julho do corrente anno.

Saude e fraternidade.— *M. Ferraz de Campos Salles*.— Sr. Governador do Estado de S. Paulo.



N. 33 — EM 31 DE OUTUBRO DE 1890

Dos effeitos do decreto n. 774, de 20 de setembro de 1890, que aboliu as penas perpetuas e a de galês.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 3ª Secção — Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1890.

Tomando em consideração a consulta feita pelo Governo desse Estado, em officio n. 142, de 14 de outubro deste anno, sobre os effeitos do decreto n. 774, de 20 de setembro anterior, declaro, quanto á primeira parte da consulta, que, tendo-se limitado o citado decreto na modificação penal á abolição das penas perpetuas e das de galês, substituindo estas por prisão com trabalho e reduzindo aquellas a trinta annos, é intuitivo que em nada mais alterou, com excepção do art. 37, as disposições do Código Criminal de 16 de dezembro de 1830, e que, portanto, ainda está em pleno vigor o art. 49 do mesmo Código, devendo nesta conformidade, nos logares em que não houver Penitenciaria, ser convertidas em prisão simples, com o augmento da sexta parte, quaesquer penas de prisão com trabalho, quer sejam ellas de 30 annos, resultantes da redução das penas perpetuas de prisão com trabalho ou de galês, quer sejam de menor numero de annos, simples resultado da referida substituição das galês temporarias, á qual se refere o art. 1º do citado decreto.

Em referencia á segunda parte da consulta, não ha duvida que a faculdade de empregar sentenciados em trabalhos publicos é restricta, nos termos do art. 1º, § 2º, do mesmo decreto, aos réos actualmente condemnados a galês, embora já alliviados da calçada e da corrente de ferro, convido que fiquem equiparados aos outros sentenciados á reclusão logo que os juizes das execuções tiverem cumprido o preceito imperativo da ultima parte do art. 1º, § 1º, do alludido decreto n. 774, de 20 de setembro proximo findo.

Saude e fraternidade.— *M. Ferraz de Campos Salles*.— Sr. Governador do Estado das Alagoas.



N. 34 — EM 6 DE NOVEMBRO DE 1890

Sobre designação de official do registro de hypothecas.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1890.

Respondendo ao vosso officio n. 594, de 25 de setembro ultimo, com referencia á nomeação que fez o juiz de direito da comarca de Pirassinunga, do tabellião de Santa Rita de Passa-Quatro para

servir o officio de official do Registro de Hypothecas, declaro-vos que, em virtude do disposto no art. 6º do regulamento de 2 de maio do corrente anno, combinado com o art. 7º do decreto n. 169 A, de 19 de janeiro ultimo, é permittido ao governador do Estado designar livremente um tabellião de qualquer dos termos da comarca para servir o logar de official do respectivo Registro de Hypothecas.

Nada se oppõe, portanto, a que seja confirmada a referida nomeação.

Saude e fraternidade. — *M. Ferraz de Campos Salles*. — Sr. Governador do Estado de S. Paulo.



N. 35 — EM 21 DE NOVENBRO DE 1890

O juramento dos juizes de sentença pôde ser substituído por promessa solenne.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1890.

Conforme consta do officio de 29 de junho ultimo, consultou o juiz de direito da comarca de S. Martinho si devia impôr ao juiz de sentença o juramento cuja formula se achava consignada no art. 253 do Código do Processo, ou deferir-lhe simples promessa.

Em resposta declaro-vos que, não tendo sido revogada a formula do art. 253 do Código do Processo, nada impede a sua observancia na justiça dos Estados, podendo, porém, o juramento religioso ser supprido pela solenne promessa de bem cumprir o dever, conforme o espirito da legislação geral da Republica, que já determinou a substituição da mesma formula perante a justiça federal do Districto Federal.

Saude e fraternidade. — *M. Ferraz de Campos Salles*. — Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Sul.



N. 36 — EM 21 DE NOVENBRO DE 1890

Do termo em que começa a vigorar o novo Código Penal.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 2ª Secção — Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1890.

Dando solução à consulta feita pelo juiz substituto em exercício na comarca de Vassouras, no officio junto, que devia ter sido encaminhado por esse Governo, declaro-vos que o novo Código

Penal em todas as suas partes só começa a vigorar como lei no termo fixado pelo art. 411, nada obstando a posterior modificação da pena na forma determinada no art. 3.^o.

Saude e fraternidade. — *M. Ferraz de Campos Salles.* — Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro.



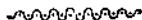
N. 37 — EM 21 DE NOVEMBRO DE 1890

Maior de 21 annos, na livre administração de sua pessoa, não carece de consentimento de outra para casar-se.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 2.^a Secção — Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1890.

Em solução á duvida suscitada pelo juiz de paz de Bambuihy no officio junto, que só por intermedio desse Governo devera ter sido encaminhado, declaro-vos que o individuo maior de 21 annos, estando na livre administração de sua pessoa, não depende do consentimento de outra para casar-se, o nem o juiz tem competencia para conhecer da desigualdade de condição da pessoa com quem pretende elle se ligar, devendo sim ter em vista o disposto no final do aviso de 11 de setembro ultimo, dirigido ao governador do Estado de S. Paulo e publicado no *Diario Offi-* *cial* de 13 do mesmo mez.

Saude e fraternidade. — *M. Ferraz de Campos Salles.* — Sr. Governador do Estado de Minas Geraes.



N. 38 — EM 9 DE DEZEMBRO DE 1890

Podem os Governadores crear districtos de paz nas colonias militares e nucleos coloniaes.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 2.^a Secção — Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1890.

Resolvendo a consulta que fizestes em officio n. 85 de 13 do mez findo ao Ministro do Interior e que por este me foi trasmitida com aviso de 4 do corrente, por competir a sua solução ao Ministerio a meu cargo, declaro que, de accordo com as disposições do decreto n. 801, de 13 de outubro ultimo, podem os

24 DECISÕES DO GOVERNO PROVISÓRIO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

governadores crear districtos de paz onde os não houver, nas colonias militares e nucleos coloniaes, e nomear os respectivos juizes.

Saude e fraternidade. — *M. Ferraz de Campos Salles.* — Sr. Governador do Estado de S. Paulo.



N. 39 — EM 31 DE DEZEMBRO DE 1890

Incompatibilidade do juiz de paz, por parentesco com os nubentes, para presidir aos respectivos casamentos.

Ministerio dos Negocios da Justiça — 2ª Seção — Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1890.

Conforme consta do vosso officio n. 625, de 20 de novembro ultimo, consultou o 1º juiz de paz de Bragança como proceder quando tiver de presidir casamentos de parentes seus, visto não existir na lei disposição alguma a respeito.

Resolvendo a consulta, declaro-vos que, sendo o parentesco do juiz com qualquer dos nubentes na linha ascendente ou descendente e dentro do 2º gráo da collateral, deve o acto ser presidido pelo seu immediato em votos.

Saude e fraternidade. — *M. Ferraz de Campos Salles.* — Sr. Governador do Estado de S. Paulo.



INDICE DAS DECISÕES

DO

MINISTERIO DA FAZENDA

	Pag.
N. 1 — Em 26 de novembro de 1889 — Approva o restabelecimento da Collectoria de rendas geraes da villa da Paraty, Estado de Santa Catharina.....	1
N. 2 — Em 30 de novembro de 1889 — O Ministerio da Fazenda não tem competencia para resolver acerca da acquisição de terrenos e mananciaes para abastecimento de agua, nem entrar em ajuste quanto ao preço da indemnisação e fixa-a.....	1
N. 3 — Em 2 de dezembro de 1889 — Manda receber nas repartições publicas as notas do Banco do Brazil.....	2
N. 4 — Em 3 de dezembro de 1889 — Dá provimento ao recurso interposto pelo thesoureiro de uma Thesouraria de Fazenda, sobre recolhimento de quantias roubadas do cofre a seu cargo.....	3
N. 5 — Em 5 de dezembro de 1889 — Sobre augmento da porcentagem marcada aos collectores e seus escrivaes....	3
N. 6 — Em 10 de dezembro de 1889 — Declara que deve correr por conta do Banco de Credito Real de Minas Geraes o pagamento do imposto especial denominado — de novos e velhos direitos.....	4
N. 7 — Em 11 de dezembro de 1889 — Manda abonar a um thesoureiro do Correio as quantias que lhe foram debitas a titulo de pagamento de vales postaes e salarios de serventes.....	4
N. 8 — Em 11 de dezembro de 1889 — Confirma a decisão de uma Thesouraria dando provimento ao recurso interposto da sentença proferida por uma Alfandega, sobre a apprehensão, feita na casa commercial dos recorren-tes, de mercadorias rotuladas de contrabando....	5

Additamento = 1

	Pags.
N. 9 — Em 16 de dezembro de 1889 — Autorisa a Inspectoria da Alfandega do Rio de Janeiro a ampliar a faculdade de supprir a conferencia interna de certas mercadorias	5
N. 10 — Em 16 de dezembro de 1889 — Manda colligir, classificar e publicar por fasciculos mensaes os decretos expedidos pelo Governo da Republica	6
N. 11 — Em 18 de dezembro de 1889 — Recommenda que a correspondencia official das Thesourarias de Fazenda e das repartições que lhes são subordinadas seja remetida ao Correio com endereço claro e preciso	6
N. 12 — Em 18 de dezembro de 1889 — Dá provimento a um recurso sobre multa imposta com o fundamento de haver sido sonhada parte de uma fazenda, para pagamento do imposto de transmissão de propriedade ...	7
N. 13 — Em 19 de dezembro de 1889 — Indefere um recurso sobre pagamento de direitos de mercadorias encontradas nas malas de um passageiro	7
N. 14 — Em 19 de dezembro de 1889 — Dá provimento a um recurso sobre lançamento do imposto de industrias e profissões	8
N. 15 — Em 20 de dezembro de 1889 — Dá provimento a um recurso sobre restituição de direitos de mais pagos por um piano	8
N. 16 — Em 23 de dezembro de 1889 — Declara em vigor até ulterior deliberação o accordo celebrado entre o Governo Geral e o da extinta Provincia do Rio de Janeiro sobre nomeação de collectores e seus escrevães	9
N. 17 — Em 24 de dezembro de 1889 — Dá provimento a um recurso sobre classificação de contas ou missangas ...	6
N. 18 — Em 25 de dezembro de 1889 — Declara prescripto o direito de tres empregados á reclamação que fizeram contra as decisões da Thesouraria de Fazenda do Estado do Pará, alliviando diversos negociantes da multa de direitos em dobro que lhes fora imposta pela Alfandega	10
N. 19 — Em 26 de dezembro de 1889 — Manda observar nas Thesourarias de Fazenda o decreto n. 86 de 24 de dezembro de 1889, revogando e substituindo por outra a tabella A, annexa ao decreto n. 1870 de 22 de fevereiro de 1888	11
N. 20 — Em 30 de dezembro de 1889 — Dá provimento a um recurso sobre restituição de direitos de consumo cobrados de 2.150 fardos de xarque, vindos do Rio Grande por baldeação em Montevideo	11
N. 21 — Em 31 de dezembro de 1889 — Manda avaliar os proprios nacionaes existentes nos Estados	12
N. 22 — Em 3 de janeiro de 1890 — Não approva o acto da Inspectoria de uma Alfandega creando dous lugares de protocolista	12

	Paga.
N. 23 — Em 4 de janeiro de 1890 — Recommenda o exacto cumprimento das instrucções e circulars relativas á organização e remessa do mappa estatístico.....	13
N. 24 — Em 8 de janeiro de 1890 — Declara que a sociedade «Commerce», da praça da Bahia, pôde receber depósitos em cont corrente.....	14
N. 25 — Em 13 de janeiro de 1890 — Manda despachar livros de ditos quaesquer revoltorios que regressarem de peizes estrangeiros, para onde tenham sido enviados acondicionando productos nacionaes.....	11
N. 26 — Em 20 de janeiro de 1890 — Manda executar as novas instrucções para o serviço do expediente do Thesouro Nacional.....	15
N. 27 — Em 21 de janeiro de 1890 — Recommenda a fiel observancia do ar. 1.º das instrucções de 26 de abril de 1887, nos pedidos de isenção de direitos de materiaes destinados a obras de interesse municipal.....	16
N. 28 — Em 25 de janeiro de 1890 — Concede nos vapores da <i>Maru Line Steamship Co.</i> os favores de que trata o decreto n. 4955 de 4 de maio de 1872.....	17
N. 29 — Em 27 de janeiro de 1890 — Só devem ser expedidos telegrammas para solução ou consulta sobre assumpto urgente.....	17
N. 30 — Em 27 de janeiro de 1890 — Declara desde que data deve ser contada a antiguidade de classe de um empregado da Alfandega de Santos.....	18
N. 31 — Em 3 de fevereiro de 1890 — Estão sujeitos ao imposto de transmissão de propriedade, não só o leito das estradas de ferro, suas edificações e mais obras que tiverem o caracter de bens de raiz, como tambem as respectivas superestructuras e substructura e o material rolante de tais estradas.....	18
N. 32 — Em 3 de fevereiro de 1890 — Dá regras para a cobrança do imposto de transmissão de propriedade de bens immovaveis situados em mais de um municipio.....	19
N. 33 — Em 4 de fevereiro de 1890 — Indica a percentagem que deve ser paga aos exactores pela arrecadação das rendas pertencentes á Fazenda Nacional, quando não chegar á importância lotada, ou quando a renda exceder á da lotação.....	20
N. 34 — Em 13 de fevereiro de 1890 — Concede aos vapores da <i>Compagnie Nationale de Navigation, de Farscelle</i> os favores assignados pelo decreto n. 4955 de 4 de maio de 1872.....	21
N. 35 — Em 19 de fevereiro de 1890 — Defero em parte um recurso interposto por um empregado da Alfandega de Santos, sobre indominação do valor official e dos direitos de mercadorias damnificadas no armazem de que era fiel.....	21
N. 36 — Em 22 de fevereiro de 1890 — Dá provimento a um recurso sobre classificação de oleo.....	22

	Pags.
N. 37 — Em 25 de fevereiro de 1890 — Manda receber nas repartições da Fazenda as notas do Banco dos Estados Unidos do Brazil.....	22
N. 38 — Em 28 de fevereiro de 1890 — Permite que sejam processadas e pagas pela Alfândega do Rio de Janeiro as dívidas dos capitalistas.....	23
N. 39 — Em 7 de março de 1890 — Não é permitido às intendências Municipaes alienar os terrenos destinados para logradouros publicos.....	23
N. 40 — Em 12 de março de 1890 — Não toma conhecimento de um recurso de revista sobre classificação da mercadorias.....	24
N. 41 — Em 12 de março de 1890 — Não toma conhecimento de tres recursos sobre classificação do tecido.....	24
N. 42 — Em 17 de março de 1890 — Estabelece regras para a cobrança das dividas provenientes de impostos que deixarem de ser cobrados à buca do cofre, no todo ou em parte, por engano ou negligencia dos empregados incumbidos desse serviço.....	25
N. 43 — Em 18 de março de 1890 — Dá instruções para a liquidação das contas dos responsáveis da Fazenda Nacional e cobrança dos alcances nellas verificados.....	26
N. 44 — Em 19 de março de 1890 — Solta dividas sobre o modo de se proceder ao abono da percentagem devida aos exatores da Fazenda Nacional.....	27
N. 45 — Em 26 de março de 1890 — Providencia sobre a substituição das notas de 500 réis por moedas de prata....	28
N. 46 — Em 26 de março de 1890 — Indica o modo de fazer a escripturação das moedas de prata cunhadas na Casa da Moeda e o respectivo supprimento à Caixa de Amortização e às Thesourarias da Fazenda.....	29
N. 47 — Em 26 de março de 1890 — Dá instruções para o pagamento do pessoal da Alfândega do Rio de Janeiro.....	30
N. 48 — Em 29 de março de 1890 — Autoriza a redução do prazo marcado para o consumo dos generos alimentícios e outros.....	31
N. 49 — Em 7 de abril de 1890 — Indefere um recurso sobre classificação de cascas de madeira.....	31
N. 50 — Em 12 de abril de 1890 — Recommenda o maximo critério e equidade na applicação das multas estabelecidas na parte penal do Regulamento das Alfândegas.....	32
N. 51 — Em 15 de abril de 1890 — Approva o acto de uma Thesouraria negando a um empregado della o abono da respectiva gratificação durante o tempo em que esteve processado por crime de responsabilidade.....	33
N. 52 — Em 17 de abril de 1890 — Indica o selto a que estão sujeitas as licenças para a transigencia de terrenos de marinha.....	33

Pags.

N. 53 — Em 19 de abril de 1890 — Approva a criação de uma Collectoria de rendas geraes no municipio da Palmeira, Estado de Minas Geraes.....	34
N. 54 — Em 26 de abril de 1890 — Dá provimento a um recurso sobre averbação de apolices da divida publica.....	34
N. 55 — Em 30 de abril de 1890 — Defere um recurso sobre restituição de direitos de mais pagos em um despacho de obras de ferro fundido esmaltado.....	35
N. 56 — Em 2 de maio de 1890 — Não estão sujeitos a sellos os livros destinados ao lançamento de receitas nas pharmacias.....	35
N. 57 — Em 6 de maio de 1890 — A disposição do art. 49 da lei n. 3313 de 16 de outubro de 1890 não é applicavel aos empregados extinctos mandados servir como addidos em outras repartições de Fazenda, por conveniencia do serviço publico.....	36
N. 58 — Em 7 de maio de 1890 — Manda suspender o abono dos vencimentos aos empregados que se ausentarem sem licença do Ministerio da Fazenda.....	36
N. 59 — Em 10 de maio de 1890 — Indefere um recurso sobre apprehensão de mercadorias occultas nos fundos falsos de duas malas que faziam parte da bagagem de uma passageira.....	37
N. 60 — Em 14 de maio de 1890 — Dá instrucções para o serviço do deposito de mercadorias em entrepostos publicos e trapiches alfandegados.....	37
N. 61 — Em 20 de maio de 1890 — Os empregados das Repartições do Ministerio da Fazenda só podem servir como addidos a outras Repartições, em virtude de ordem do mesmo Ministerio.....	42
N. 62 — Em 29 de maio de 1890 — Declara competir ao Ministerio da Fazenda a concessão de licença para transferencia de terrenos á margem da Lagoa Rodrigo de Freitas.....	42
N. 63 — Em 21 de maio de 1890 — Recommenda o exacto cumprimento da circular do Ministerio da Agricultura, de 2 deste mez, sobre expedição de telegrammas.....	43
N. 64 — Em 23 de maio de 1890 — Substitue a tabella mandada vigorar pela ordem de 1 de março de 1861, para o abono da ajuda de custo de primeiro estabelecimento.....	44
N. 65 — Em 21 de maio de 1890 — Determina que sejam remetidos regularmente ao Ministerio da Agricultura os mappa mensaes dos productos exportados pelos Estados.....	44
N. 66 — Em 21 de maio de 1890 — Approva a criação de duas Collectorias de rendas geraes nas villas Deodoro e Glycerio, Estado do Paraná.....	45
N. 67 — Em 26 de maio de 1890 — Dá provimento a um recurso sobre restituição de direito de consumo e armazenagem deduzidos do producto da arrematação de 90 cai-	

	Págs.
xas com cerveja, remetidas de um para outro porto nacional, com carta de guia.....	45
N. 68 — Em 26 de maio de 1890 — Está isenta de impostos a compra de predios destinados ás Intendencias Municipaes.....	46
N. 69 — Em 27 de maio de 1890 — As fianças dos responsaveis da Fazenda Nacional não podem ser prestadas por meio de carta.....	46
N. 70 — Em 27 de maio de 1890 — Approva o plano para execução do decreto de 1 de fevereiro deste anno, e as medidas para a execução do seu fim.....	47
N. 71 — Em 27 de maio de 1890 — Approva a criação de uma Collectoria de rendas gerais no municipio de Cambuihy, Estado de Minas Geraes.....	47
N. 72 — Em 31 de maio de 1890 — Declara não poder ser concedida isenção de direitos para as imagens, gradis de ferro e de madeira, lustres e outros objectos importados para uma cathedral.....	48
N. 73 — Em 4 de junho de 1890 — Compete exclusivamente á Imprensa Nacional a impressão dos relatorios e outros trabalhos com caracter official.....	48
N. 74 — Em 5 de junho de 1890 — Recommenda que se expugnem telegrammas para o Estado Oriental, unicamente quando assim o exigir a grandeza do serviço.....	49
N. 75 — Em 5 de junho de 1890 — Indefero um recurso sobre lançamento para cobrança do imposto de indústrias e profissões.....	49
N. 76 — Em 5 de junho de 1890 — Defero a reclamação de um Banco sobre cobrança de sello.....	50
N. 77 — Em 7 de junho de 1890 — Approva o acto de uma Thesouraria da Fazenda mandando eliminar do lançamento do imposto de indústrias e profissões as fazendas que fornecem aos seus colonos comestiveis e mais generos indispensaveis ao uso domestico.....	51
N. 78 — Em 9 de junho de 1890 — Dá provimento a um recurso sobre restituição do sello de mais cobrado pela recondução de um juiz municipal e de orphãos.....	51
N. 79 — Em 9 de junho de 1890 — No caso de fallecimento da esposa de algum exactor affiancada com bens proprios deve a respectiva fiança ser prestada integralmente, e não apenas reforçada.....	52
N. 80 — Em 9 de junho de 1890 — Dá provimento a um recurso relativo a restituição do imposto lançado sobre carruagens empregadas no serviço de entregar pro.....	52
N. 81 — Em 9 de junho de 1890 — Dá provimento a um recurso sobre classificação de mercadoria.....	53
N. 82 — Em 10 de junho de 1890 — Declara não ser devido outro imposto além do sello proporcional cobrado sobre a importancia de uma partilha antigavel.....	53

Pags.

N. 83 — Em 11 de junho de 1890 — Defere uma reclamação relativa ao pagamento do imposto de 2 % sobre o vencimento de um auxiliar de escriptorio de estrada de ferro.....	54
N. 84 — Em 12 de junho de 1890 — Nenhuma disposição torna obrigatoria a assignatura do thesoureiro nos livros das diversas receitas a cargo da Recebedoria.....	54
N. 85 — Em 12 de junho de 1890 — Indefere o recurso de uma sociedade de instrução popular sobre annullação de divida de penna de agua.....	55
N. 86 — Em 12 de junho de 1890 — Indefere um recurso sobre exoneração de pagamento do imposto de industrias e profissões.....	55
N. 87 — Em 13 de junho de 1890 — Approva a decisão de uma Thesouraria de Fazenda concedendo remissão parcial do imposto de industrias e profissões a dous agentes de leilão.....	56
N. 88 — Em 16 de junho de 1890 — A aceitação dos saques feitos pelos chefes dos districtos telegraphicos depende de authorisação do director geral dos Telegraphos.....	56
N. 89 — Em 16 de junho de 1890 — A despesa com o pagamento dos empregados em serviço de outro Ministerio ou dos Estados deve correr por conta dos mesmos Ministerios ou Estados.....	57
N. 90 — Em 17 de junho de 1890 — Concede isenção de imposto de transmissão de propriedade a um legado deixado para fundação de uma instituição de beneficencia.....	57
N. 91 — Em 18 de junho de 1890 — Indefere o requerimento de um empregado do Alfandega do Penedo, sobre entrega de multa de direitos em dobro imposta por differença de qualidade.....	58
N. 92 — Em 19 de junho de 1890 — Só devem ser fornecidas estampilhas ás estações de arrecadação quando a importância do saldo nellas existente for inferior á necessaria para consumo em um trimestre.....	58
N. 93 — Em 19 de junho de 1890 — A disposição do § 2º, n. 1, do art. 1º do decreto n. 164 de 17 de janeiro deste anno refere-se unicamente ás sociedades ou companhias anonymas bancarias.....	59
N. 94 — Em 20 de junho de 1890 — Indefere um requerimento pedindo restituição do imposto de transmissão de propriedade cobrado na razão de 20 % sobre um legado deixado a um recolhimento em apolices da divida publica.....	59
N. 95 — Em 20 de junho de 1890 — Os livros adquiridos pelos escriptães dos juizes de paz, para o registro civil, estão sujeitos ao selo.....	60
N. 96 — Em 20 de junho de 1890 — Indefere o requerimento de diversos tabellães, relativo á lotação de seus cartorios e á dispensa do imposto de 2 % sobre as mesmas lotações.....	61

	Pags.
N. 97 — Em 27 de junho de 1890 — Dá provimento a um recurso sobre pagamento do imposto de indústrias e profissões.....	61
N. 98 — Em 27 de junho de 1890 — Indefere um recurso sobre inutilização de punhaes.....	62
N. 99 — Em 28 de junho de 1890 — A' imposição da multa do que trata o art. 42 do regulamento de 31 de março de 1871 deve sempre preceder a prova da fraude suspeitada ou de que se tiver sciencia.....	62
N. 100 — Em 28 de junho de 1890 — Dá instruções para o preenchimento dos logares de 1. ^a e 2. ^a entrancias das Repartições de Fazenda.....	63
N. 101 — Em 28 de junho de 1890 — Dá provimento a um recurso sobre lançamento do imposto de indústrias e profissões.....	64
N. 102 — Em 28 de junho de 1890 — Dá provimento a um recurso sobre lançamento de imposto de indústrias e profissões.....	65
N. 103 — Em 30 de junho de 1890 — Indica o modo por que se deve proceder relativamente ao pagamento dos juros das apólices depositadas pelos bancos emissores, em garantia de suas emissões.....	66
N. 104 — Em 30 de junho de 1890 — Nos contractos para fornecimentos, cujas contas forem pagas pela Delegação do Thesouro em Londres, deve ser incluída a cláusula de duplicata dos respectivos recibos.....	66
N. 105 — Em 30 de junho de 1890 — Dá provimento a um recurso sobre multa por falta do pagamento do imposto de transmissão de propriedade de uma fabrica de tecidos de algodão.....	67
N. 106 — Em 30 de junho de 1890 — Indefere um recurso sobre pagamento de differença da taxa do imposto de transmissão de propriedade, de menos cobrada da sub-rogação de 10 apólices da dívida publica por um predio.....	67
N. 107 — Em 30 de junho de 1890 — Indefere um recurso sobre despacho de toucinho em salmoura.....	68
N. 108 — Em 3 de julho de 1890 — Indefere um recurso sobre lançamento do imposto de indústrias e profissões.....	69
N. 109 — Em 8 de julho de 1890 — Indefere um recurso sobre pagamento do imposto de indústrias e profissões.....	69
N. 110 — Em 11 de julho de 1890 — As nomeações de juizes municipales, passadas pelos governadores dos Estados, estão sujeitas ao sello de 7 %.....	70
N. 111 — Em 12 de julho de 1890 — Declara não ter direito um official da Armada á restituição do sello que lhe foi exigido pela sua nomeação de ajudante da Intendencia da Marinha.....	71
N. 112 — Em 17 de julho de 1890 — As regras dos ns. 1 e 2 da circular de 6 de agosto de 1888 prevalecem para a cobrança do sello das nomeações de logares de commissão, ou que não são considerados empregos de carreira administrativa.....	71

	Pags.
N. 113 — Em 21 de julho de 1890 — Defere um recurso sobre lançamento do imposto predial.....	72
N. 114 — Em 23 de julho de 1890 — Os inspectores das Thesourarias de Fazenda ou das Alfandegas são obrigados a emitir parecer minucioso sobre os pedidos de isenção de direitos.....	72
N. 115 — Em 25 de julho de 1890 — Faz extensivos aos vapores da <i>Earn Line Steamship Company Limited of Philadelphia</i> os favores concedidos pelo decreto n. 4955 de 1 de maio de 1872.....	73
N. 116 — Em 6 de agosto de 1890 — Dá providencias relativas ao recebimento de moedas de prata, de nickel e de bronze, e a remessa das notas de 500 réis trocadas por prata.....	73
N. 117 — Em 6 de agosto de 1890 — Revoga a circular n. 30 de 2 de setembro de 1883, sobre escripturação das quantias provenientes da venda de terras publicas, cujo producto fica cedido ás provincias, hoje Estados.....	74
N. 118 — Em 6 de agosto de 1890 — Declara não poder ser atendida a reclamação de um official da Armada contra o sello de 9% que lhe foi exigido de sua nomeação para membro effectivo do Conselho Naval.....	74
N. 119 — Em 8 de agosto de 1890 — Os despachantes das Alfandegas não são obrigados a determinar bens para garantia das respectivas fianças.....	75
N. 120 — Em 11 de agosto de 1890 — Manda cessar a pratica de figurarem nas folhas das capitazias e da marinhagem das Alfandegas individuos que não prestam os serviços para que forem alistados.....	75
N. 121 — Em 11 de agosto de 1890 — Os documentos que figuram nos processos de habilitação ao meio soldo dos officiaes do Exército só podem ser retirados quando substituidos por certidão passada no Thesouro Nacional.....	75
N. 122 — Em 12 de agosto de 1890 — Indefere um recurso sobre indemnisação de avaria causada por força maior.....	76
N. 123 — Em 12 de agosto de 1890 — Defere o requerimento dos empregados de uma Alfandega sobre calculo de percentagem.....	77
N. 124 — Em 13 de agosto de 1890 — Indefere um recurso sobre notação do lançamento da clausula de — usufructo — de — deus predios construidos em um terreno gravado com a mesma clausula.....	77
N. 125 — Em 13 de agosto de 1890 — Dá provimento a um recurso sobre despacho livre de direitos de uma machina para fabrica de tecidos, tendo annexa uma bomba para extincção de incendios.....	78
N. 126 — Em 13 de agosto de 1890 — Recommenda a fiel observancia do art. 79 do regulamento de 20 de maio deste anno, sobre a expedição de telegrammas officiaes.....	78

	Pags
N. 127 — Em 19 de agosto de 1890 — Compete ao Thesouro Nacional a expedição de guia para pagamento de laudêmio devido pelas transferências de terrenos accrescidos aos de marinha.....	79
N. 128 — Em 19 de agosto de 1890 — Não approva o acto do Governador de um Estado determinando a venda de diversos lotes de terras de um extinto aldeamento de indios.....	79
N. 129 — Em 21 de agosto de 1890 — O gozo do favor concedido pelo art. 8º do decreto n. 108 A, de 30 de dezembro de 1889, depende do cumprimento da obrigação de contribuir adequadamente com a quota de um dia do soldo do official correspondente a 13 mezes.....	81
N. 130 — Em 25 de agosto de 1890 — O filho natural, ainda que legitimado, a não ser por subsequente matrimonio, não tem direito ao soldo de seu pae.....	81
N. 131 — Em 26 de agosto de 1890 — Podem tambem ser dados pelos juizes de paz ou delegados de policia os attestados de pobreza, para isenção do sello das licenças e dispensas de impedimento para casar.....	82
N. 132 — Em 29 de agosto de 1890 — Declara estarem sujeitos ao imposto de transmissão de propriedade, englobadamente com o sitio com que foram offercidos em hypotheca de um emprestimo de auxilio á lavoura, os objectos do serviço agricola, os fructos do café colhido, a prata, etc., nelle existentes.....	82
N. 133 — Em 30 de agosto de 1890 — Concede isenção de direitos, mediante caução ou prestação de fiança idonea pela importancia destes, as mercadorias estrangeiras destinadas a figurar na Exposição Universal Permanente do Brazil.....	83
N. 134 — Em 1 de setembro de 1890 — Concede aos vapores da Companhia <i>Frutelli Lazzarello fu Gio Batta</i> os privilegios e favores de que trata o decreto n. 4955 de 4 de maio de 1872.....	83
N. 135 — Em 2 de setembro de 1890 — Recommenda a exacta observancia das instrucções dadas pela Directoria Geral da Contabilidade em 12 de julho de 1887, relativas aos pedidos de supprimento de fundos.....	85
N. 136 — Em 2 de setembro de 1890 — Manda observar o questionario para o exame a que se refere o art. 3º do decreto n. 10.319 de 14 de setembro de 1889, que regulou os concursos para os empregos de Fazenda....	85
N. 137 — Em 4 de setembro de 1890 — Não se devem passar escripturas de transmissão de propriedades agricolas e industriaes em que se avaliam moveis e semoventes separadamente dos que devem ser considerados immoveis por destino.....	88
N. 138 — Em 4 de setembro de 1890 — Indica o modo por que deve proceder a Recbedoria de ta Capital no acto de realisar a cobrança do imposto de transmissão de propriedade de uma fazenda situada no Estado de Minas Geraes.....	89

	Pags.
N. 139 — Em 8 de setembro de 1890 — As cadernetas das Caixas Economicas podem ser accoitas em garantia de fianças prestadas á Fazenda Nacional.....	89
N. 140 — Em 10 de setembro de 1890 — Declara que a criação do imposto sobre sahida de navios é da competencia da União.....	90
N. 141 — Em 10 de setembro de 1890 — Dá provimento a um recurso sobre classificação de tecido de algodão.....	90
N. 142 — Em 11 de setembro de 1890 — Eleva a porcentagem dos cobradores da Recchedoria do Rio de Janeiro....	91
N. 143 — Em 13 de setembro de 1890 — Isenta do imposto de transporte os bilhetes de passagem de ida e volta para as aguas mineras de Lambaré e de Cambuquira.....	91
N. 144 — Em 15 de setembro de 1890 — Manda cumprir o disposto no regulamento de 19 de maio de 1883, na parte relativa ao sello das nomeações de lentes, substitutos e professores da Escola Militar do Rio Grande.....	91
N. 145 — Em 16 de setembro de 1890 — Requisita que as quantias apprehendidas em bancas de jogo sejam directamente recolhidas ao Thesouro.....	92
N. 146 — Em 16 de setembro de 1890 — Communica que os vapores da Companhia <i>Lloyd Brasileiro</i> estão isentos do imposto de transmissão de propriedade e da matricula.....	92
N. 147 — Em 18 de setembro de 1890 — Indica as disposições que regem a organização das Caixas Economicas e as penas em que incorrem os infractores de tues disposições.....	93
N. 148 — Em 18 de setembro de 1890 — Approva, com alterações os estatutos da Caixa Beneficente dos jornaiteiros da Alfandega do Rio de Janeiro.....	94
N. 149 — Em 20 de setembro de 1890 — Approva a criação de uma Collectoria de rendas geraes no municipio de Santa Rita de Cassia, Estado de Minas Geraes.....	94
N. 150 — Em 22 de setembro de 1890 — Faz diversas observações relativas a uma exposição de decisões tomadas por uma Thesouraria de Fazenda.....	95
N. 151 — Em 25 de setembro de 1890 — Declara ter direito um cirurgião-mór reformado da Armada á restituição do sello que pagou pela sua nomeação de director do Hospital de Marinha.....	96
N. 152 — Em 25 de setembro de 1890 — Declara não poderem ser prestadas as informações pedidas pelo juiz da 1ª vara de assestos da Capital Federal, relativas ao recolhimento feito por uma Collectoria, de quantia pertencente ao espolio de um finado.....	96
N. 153 — Em 25 de setembro de 1890 — Manda escripturar em — Deposi os — a importancia do producto da venda em hasta publica, de diversos volumes armazenados em uma Alfandega, e declara que é de 10 e não de 5 dias o prazo para a venda de mercadorias no caso das de que se trata.....	97

	Pags.
N. 151 — Em 25 de setembro de 1890 — Reforma a decisão de uma Alfandega sobre multa de direitos em dobro indevidamente imposta em um despacho de tecido, para o fim de ser applicada a de 1 $\frac{1}{2}$ a 5%, pela differença de quantidade.....	98
N. 155 — Em 25 de setembro de 1890 — Indeferiu um recurso sobre classificação de caixas de papelão, para navilhas.....	98
N. 156 — Em 26 de setembro de 1890 — Há provimento a um recurso sobre pagamento de direitos de importação indevidamente cobrados de varias mercadorias acompanhadas de carta de guia.....	99
N. 157 — Em 20 de setembro de 1891 — Declara que o pessoal das Delegacias da Inspectoria Geral das Terras e Colonisação, nos Estados, deve perceber os vencimentos marcados nos das anticas Inspectorias especiaes.....	100
N. 158 — Em 29 de setembro de 1890 — As vantagens que competem aos exalores da Fazenda Nacional, nos casos de renda inferior á lotada, devem ser calculadas pela lotação anterior.....	100
N. 159 — Em 29 de setembro de 1890 — Indeferiu o requerimento do administrador de uma Mesa de rendas pedindo aposentadoria.....	101
N. 160 — Em 30 de setembro de 1890 — Declara que as machinas e o material que podem gozar da isenção de direitos, pedida para uma fabrica de tecidos.....	101
N. 161 — Em 2 de outubro de 1890 — Declara competir á viúva de um official do Exército meio soldo deste, salvo si ficar provado que ella perdeu o direito ao dito beneficio.....	102
N. 162 — Em 4 de outubro de 1890 — Não devem ser recebidas nas Repartições publicas moedas de ouro portuguezas de 85 e 165000.....	102
N. 163 — Em 6 de outubro de 1890 — A's Camaras Municipaes só compete o foro dos terrenos de marinha, e não o laudêmio devido pela transferencia de luez terrenos.....	103
N. 164 — Em 6 de outubro de 1890 — Approva o acto de uma Thesouraria de Fazenda sobre abono de pensão a um chefe de secção de uma Alfandega subido a outra.....	103
N. 165 — Em 9 de outubro de 1890 — Determina que não sejam admittidos nas Repartições do Ministerio da Fazenda collaboradores ou quizesquer outros empregados ou jornalleiros, além do numero mencionado nos quadros do pessoal, nem se permita empregado algum servindo como addido fora da Repartição a que pertencer.....	104
N. 166 — Em 9 de outubro de 1890 — Há provimento a um recurso sobre classificação de filô.....	105
N. 167 — Em 9 de outubro de 1890 — Mandou restituir a uma companhia a importância dos direitos de expediente que pagou pelo machinismo destinado á installação de sua fabrica.....	105

	Paga.
N. 168 — Em 10 de outubro de 1890 — Indica as moedas que devem ser recebidas em pagamento dos direitos de importação, e as que devem ser rejeitadas.....	106
N. 169 — Em 10 de outubro de 1890 — Determina que haja o maior enidade no troco das notas, afim de que não passem para o Estado obrigações contrahidas pelos Bancos emissores.....	106
N. 170 — Em 11 de outubro de 1890 — A entrega dos dinheiros pertencentes a espólios e recolhidos aos cofres do Estado só pode ser feita aos herdeiros legalmente habilitados, e não aos curadores.....	107
N. 171 — Em 16 de outubro de 1890 — Os creditos das diversas verbas de despesa da Republica não podem ser augmentados com as importancias correspondentes ao producto das rendas publicas.....	107
N. 172 — Em 16 de outubro de 1890 — Declara não ser conveniente adoptar a medida proposta pelo administrador interino da Recebedoria, de passar a numeração dos predios a ser feita pelos lançadores da mesma Reparação.....	108
N. 173 — Em 17 de outubro de 1890 — Indefere um requerimento reclamando contra uma decisão do Tribunal do Thezouro, que não tomou conhecimento de um recurso, por estar dentro da alçada.....	108
N. 174 — Em 17 de outubro de 1890 — Reforma a decisão de uma Alçada sobre a classificação de meias.....	109
N. 175 — Em 17 de outubro de 1890 — Dá provimento a um recurso sobre classificação de sapatos com sola de borricha.....	109
N. 176 — Em 20 de outubro de 1890 — Estão sujeitos sómente ao solo fixo de 2\$ os titulos de nomeação dos collectores, administradores das Mesas de renda e seus escrivães, demittidos contra sua vontade e novamente nomeados.....	110
N. 177 — Em 23 de outubro de 1890 — Declara não ter direito a irmã de um official da Armada ao monte-pio de marinha.....	110
N. 178 — Em 23 de outubro de 1890 — Dá provimento a um recurso sobre pagamento do valor official e dos direitos de mercadorias extraviasdas de dous volumes descarregados, com indício de arrombamento, de bordo do um vapor pertencente a uma companhia de navegação.....	111
N. 179 — Em 24 de outubro de 1890 — Indefere um recurso sobre cobranças de direitos de mechas de pio tosco importadas para uma fabrica de phosphoros.....	112
N. 180 — Em 25 de outubro de 1890 — Declara não ter direito a viuva de um official reformado do Corpo de Fazenda da Armada ao montepio correspondente á metade do soldo de capitão-tenente.....	112

	Pags.
N. 181 — Em 28 de outubro de 1890 — Requisita providencias no sentido de serem accitadas as letas hypothecarias em garantia de fianças.....	113
N. 182 — Em 28 de outubro de 1890 — Declara compativel ao Conselho Fiscal da Caixa Economica promover judicialmente, quando de outro modo não o consiga, a indemnização de prejuizo a ella causado pelos seus agentes ou empregados.....	113
N. 183 — Em 1 de novembro de 1890 — Dá provimento a um recurso sobre classificação de papel.....	114
N. 184 — Em 1 de novembro de 1890 — As precatórias de levantamento de dinheiros de defuntos e ausentes, para pagamento de imposto, devem ser expedidas a favor do thesoureiro da Recebedoria e acompanhadas de guia em duplicata.....	115
N. 185 — Em 4 de novembro de 1890 — Communica que foram concedidos aos vapores da Companhia de Navegação Norte-Sul os fivores e regulas outorgados pelo decreto n. 1355, de 4 de maio de 1872.....	115
N. 186 — Em 4 de novembro de 1890 — Autorisa a inscripção de de uma companhia e o recolhimento do selo sobre a quantia de 10% da 1ª chamada do seu capital.....	116
N. 187 — Em 5 de novembro de 1890 — As nomeações de agentes postaes, de 3ª e 4ª classes, e de ajudantes dos de 3ª, estão sujeitas ao selo do § 5º, n. 7 da tabella A, do regulamento de 19 de maio de 1881.....	116
N. 188 — Em 8 de novembro de 1890 — Dá provimento a um recurso sobre imposto de transmissão de propriedade.....	117
N. 189 — Em 10 de novembro de 1890 — Declara ter sido bem cobrado o selo sobre o capital de uma sociedade agricola, sem attenção á especie em que fôra feita a entrada de cada socio.....	117
N. 190 — Em 11 de novembro de 1890 — Corrige diversos enganos na tarifa mandada executar pelo decreto n. 853, de 11 de outubro deste anno.....	118
N. 191 — Em 12 de novembro de 1890 — Indica o caso em que podem ser accitadas reclamações sobre lançamento do imposto de industrias e profissoes, ainda que apresentadas fôr do prazo legal.....	118
N. 192 — Em 14 de novembro de 1890 — Os empregados nomeados até á data da publicação do decreto n. 10.349 de 14 de setembro de 1889, devem prestar as provas exigidas pelo art. 29 e a de pratica da Repartição.....	119
N. 193 — Em 19 de novembro de 1890 — Declara que só podem gozar da isenção de direitos os machinismos e objectos importados para as obras de esgoto da cidade de Santos, dependendo, os destinados ao estubo, da concessão do Congresso Nacional.....	119
N. 194 — Em 21 de novembro de 1890 — As reclamações sobre cobrança de selo só podem ser tomadas em consideração, em gráo de recurso devidamente interposto....	120

	Pags.
N. 195 — Em 27 de novembro de 1890 — Declara não poder ser defendida a reclamação da viuva de um official do Exército contra o acto que cassou-lhe o monte-pio deixado por seu pae, para aboar-lhe o meio soldo do seu finado marido.....	120
N. 196 — Em 28 de novembro de 1890 — Dá provimento a um recurso sobre despacho de ferragens.....	121
N. 197 — Em 28 de novembro de 1890 — Dá provimento a um recurso sobre cobrança de selto devido pela integração do capital de uma companhia.....	121
N. 198 — Em 2 de dezembro de 1890 — Dá provimento a um recurso sobre restituição de quantia de mais paga a título do imposto de transmissão de propriedade dos remanescentes dos bens pertencentes a um espolio....	122
N. 199 — Em 2 de dezembro de 1890 — Dá provimento a um recurso sobre valor locativo arbitrado a um theatro para pagamento do imposto predial.....	122
N. 200 — Em 4 de dezembro de 1890 — Requisita providencias afim de cessar a praxe, seguida por uma Secretaria de Estado, de não se cobrar selto dos contractos nella celebrados.....	123
N. 201 — Em 4 de dezembro de 1890 — Dá provimento a um recurso sobre restituição do imposto predial de mais cobrado de um predio pertencente a uma companhia de tecidos.....	123
N. 202 — Em 4 de dezembro de 1890 — Indefere um recurso sobre pagamento do imposto predial, devido da 4ª parte de um predio permutado por outro.....	124
N. 203 — Em 6 de novembro de 1890 — Dá provimento a um recurso sobre classificação de flanelia, e recommenda a observancia do disposto no art. 17 do decreto n. 355 A, de 25 de abril deste anno.....	124
N. 204 — Em 6 de dezembro de 1890 — Indefere a reclamação de um empregado extinto, sobre abono de gratificação..	125
N. 205 — Em 11 de dezembro de 1890 — Communica não ter direito uma companhia de estrada de ferro á restituição da quantia que pagou por um guindaste e um pulsometro importados para o seu serviço.....	126
N. 206 — Em 16 de dezembro de 1890 — Declara nenhum direito assistir a duas filhas de um capitão do Exército ao meio soldo deste.....	126
N. 207 — Em 17 de dezembro de 1890 — Dá provimento a um recurso sobre revalidação de selto.....	127
N. 208 — Em 19 de dezembro de 1890 — Dá provimento a um recurso sobre revalidação de selto.....	127
N. 209 — Em 19 de dezembro de 1890 — Approva o procedimento da Alfandega do Rio de Janeiro mandando continuar o recebimento de cheques sobre os bancos, em pagamento de direitos.....	128

	Pags.
N. 210 — Em 20 de dezembro de 1890 — Os officios communicando a concessão de licença pelas Thesourarias de Fazenda devem vir acompanhados dos documentos comprobativos da necessidade da licença e das respectivas informações.....	128
N. 211 — Em 22 de dezembro de 1890 — Manda por em pratica as instruções expedidas pelo Ministerio da Marinha em 24 de janeiro de 1888, regulando o modo de se effectuar o pagamento ás guarnições dos navios da Armada.....	129
N. 212 — Em 24 de dezembro de 1890 — A entrega de quantias excedentes á alçada dos juizes de ausentes só pôde ser effectuada mediante procatorio legal.....	131
N. 213 — Em 2 de janeiro de 1891 — Declara que, para se effectuar a entrega do espólio de um subdito italiano, é necessaria a apresentação dos documentos a que se refere o art. 3º do regulamento annexo ao decreto n. 855 de 8 de novembro de 1891.....	131
N. 214 — Em 5 de janeiro de 1891 — Dá provimento a um recurso sobre multa de direitos em dobro imposta pelo accrescimo encontrado em um despacho de « rhum »..	132
N. 215 — Em 8 de janeiro de 1891 — Dá provimento a um recurso sobre restituição do imposto de transmissão de propriedade cobrado de uma herança.....	132
N. 216 — Em 12 de janeiro de 1891 — Os papéis que baseacam as concessões de aforamento de terrenos de marinha feitas antes da lei n. 3448 de 29 de outubro de 1887, devem ficar archivados nas repartições que os processarem.....	133
N. 217 — Em 17 de janeiro de 1891 — Resolve uma consulta do administrador da Recebedoria sobre cobrança de taxa adicional de 5 %.....	134
N. 218 — Em 19 de janeiro de 1891 — Resolve uma consulta do vice-governador do Estado do Paraná sobre terrenos de marinha.....	134
N. 219 — Em 19 de janeiro de 1891 — Indefere um recurso sobre lançamento do imposto de industrias e profissões de uma casa de generos alimenticios.....	135
N. 220 — Em 23 de janeiro de 1891 — Declara não ter direito a brã de um official da Armada ao montepio desta....	135
N. 221 — Em 30 de janeiro de 1891 — Os pagamentos de fornecimentos e de serviços prestados mutuamente pelas Repartições e estabelecimentos do Estado devem ser feitos por jogo de contas.....	136
N. 222 — Em 4 de fevereiro de 1891 — Resolve uma consulta da Thesouraria de Fazenda do Amazonas, sobre attribuições dos procuradores dos Feitos da Fazenda nos Estados da União.....	137
N. 223 — Em 12 de fevereiro de 1891 — Approva a criação de tres Collecções de rendas gerais no Estado do Espírito Santo.....	137

	Paga.
N. 224 — Em 17 de fevereiro de 1891 — Declara não ter direito a filha casada de um official do Exercito ao meio soldo de seu finado pai.....	138
N. 225 — Em 20 de fevereiro de 1891 — As embarcações construidas em paiz estrangeiro por conta de cidadãos brasileiros estão sujeitas aos direitos de importação.....	138
N. 226 — Em 20 de fevereiro de 1891 — Os filhos naturaes dos officiaes do Exercito, não legitimados por subsequente matrimonio, não teem direito ao meio soldo.....	139
N. 227 — Em 23 de fevereiro de 1891 — Devem ser acceitas as declarações para inscripção no montepio obrigatorio, embora feitas depois do primeiro dia de contribuição.	139
N. 228 — Em 23 de fevereiro de 1891 — O delegado e os empregados de Fazenda que servem nos concursos não teem direito a gratificação.....	140



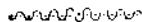
MINISTERIO DA FAZENDA

N. 1 — EM 26 DE NOVEMBRO DE 1889

Approva o restabelecimento da Collectoria de rendas geraes da villa de Paraty, Estado de Santa Catharina.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1889.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda de Santa Catharina que fica approvada a deliberação que toinou em sessão da Junta, segundo consta de seu officio n. 73 de 13 do corrente mez, de restabelecer a Collectoria de rendas geraes da villa de Paraty, visto ter cessado o motivo que deu lugar á extincção da mesma Collectoria; devendo, porém, a dita Thesouraria prestar as informações exigidas pela circular n. 217 de 16 de junho de 1873 — *Ruy Barbosa*.



N. 2 — EM 30 DE NOVEMBRO DE 1889

O Ministerio da Fazenda não tem competencia para resolver acerca da aquisição de terrenos e mananciaes para abastecimento de agua, nem entrar em ajuste quanto ao preço da indemnisação e fixal-a.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1889.

Sr. Ministro — Devolvendo-vos os inclusos papeis, remettidos com o aviso n. 117 de 14 deste mez, sobre a indemnisação pedida por Pedro Pinheiro Paes Leme, pela privação da propriedade *Cacodonga no Rio S. Pedro*, que all-ga achar-se prejudicada em consequencia das obras do novo abastecimento de agua a esta capital, cabe-me declarar vos que falta competencia ao Ministerio a meu cargo para resolver, não só acerca da aquisição de terrenos e mananciaes destinados ás obras de que se trata, como para entrar em ajuste quanto ao preço da indemnisação pedida

e fixal-a, porque essa parte do serviço publico sempre foi de exclusiva competencia do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas; cumprindo ao da Fazenda somente exigir e examinar de currentes, e completar os ajustes celebrados, lavrando as competentes escripturas e contractos.

Quanto á desapropriação intentada contra Finnie Irmãos & C., a que se refere a Directoria das obras do novo abastecimento, no officio n. 2628 de 25 de outubro proximo passado, constitue actualmente processo findo e não seguido, que não póle ser invocado, nem servir para se effectuar a aquisição da referida propriedade.

Entretanto, sendo essa propriedade necessaria á execução das ditas obras, segundo informa aquella directoria, nada tem o Thesouro a oppôr, á vista da informação por ella prestada; aguardando este ministerio o que fór resolvido relativamente á aquisição da propriedade em questão, afim de se proceder ulteriormente de accordo com as leis em vigor e praticas seguidas em taes casos.— *Ruy Barbosa*.— Sr. Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.



N. 3 — EM 2 DE DEZEMBRO DE 1889

Manda receber nas repartições publicas as notas do Banco do Brazil.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1889.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. inspectores das Thesourarias da Fazenda que deem as necessarias providencias para que sejam recebidas nas repartições publicas, de conformidade com art. 1º, § 1º, n. 4, do decreto legislativo n. 3403 de 24 de novembro de 1888, as notas do Banco do Brazil; guiando-se, para conhecimento dos signaes caracteristicos e assignaturas pelos avisos e relações que o mesmo banco enviar-lhes e publicar no *Diario Official*. — *Ruy Barbosa*.



N. 4 — EM 3 DE DEZEMBRO DE 1889

Da provimento ao recurso interposto pelo thesoureiro de uma Thesouraria de Fazenda, sobre recolhimento de quantias roubadas do cofre a seu cargo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1889.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de São Pedro do Rio Grande do Sul que, tendo presente o recurso interposto pelo ex-thesoureiro Joaquim Pereira de Macedo Couto, da decisão pela qual o mesmo Tribunal indeferiu o que para elle interpuzera do despacho da dita Thesouraria condotando-o a recolher aos respectivos cofres a importancia delles roubada em setembro de 1885; e

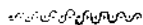
Considerando que no processo administrativo movido ao recorrente não se acha provada a imputação que lhe irrogam, nem sequer existe materia sufficiente para judicial-o, como autor ou co-pleto, na subtração de valores publicos confiados á sua guarda;

Considerando, que, nos termos peremptorios do Código Criminal, art. 31, a satisfação não tem logar antes da condemnação do delinquente por sentença em juizo criminal passada em julgado;

Considerando que a Relação de Porto Alegre, por sentença proferida em 20 de setembro do corrente anno, julgou improcedente e revogou a pronuncia do recorrente;

Considerando, finalmente, que, em presença dessa decisão, extingui-se para elle toda a responsabilidade, tanto penal pelo delicto, como civil pela reparação do damno;

Resolveu dar provimento ao recurso de que se trata, para todos os effeitos legais; cumprindo que o Sr. inspector expeça as ordens convenientes, atin de pôr-se termo a qualquer procedimento administrativo contra o recorrente, seus bens e os de seus fiadores. — *Ruy Barbosa.*



N. 5 — EM 5 DE DEZEMBRO DE 1889

Sobre augmento da porcentagem marcada aos collectores e seus escrivães.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1889.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, recommenda aos Srs. inspectores das Thesourarias da Fazenda que não augmentem a porcentagem marcada aos collectores e seus escrivães, sem que a renda das Collectorias apresente tendença para baixa em tres exercicios consecutivos. — *Ruy Barbosa.*



N. 6 — EM 10 DE DEZEMBRO DE 1889

Declara que deve correr por conta do Banco de Crédito Real de Minas Geraes o pagamento do imposto especial denominado — de novos e velhos direitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1889.

Em resposta ao officio de 2 do corrente mez, em que me consultas si, entre os onus das escripturas a cargo do Banco de Crédito Real de Minas Geraes, está comprehendido o do pagamento do imposto especial desse Estado, denominado — de novos e velhos direitos — ou si deve este ser satisfeito pelos mutuários, declaro-vos que, de conformidade com a clausula 8.^a do accordo de 30 de agosto proximo passado, deve correr por conta do mesmo banco a despeza do pagamento da que se trata. — *Ruy Barbosa*. — Sr. Fiscal do Governo junto ao Banco de Crédito Real de Minas Geraes.

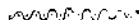


N. 7 — EM 14 DE DEZEMBRO DE 1889

Manda abonar a um thesoureiro do Correio as quantias que lhe foram debitadas a titulo de pagamento de vales postaes e salarios de serventes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1889.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio da Directoria Geral dos Correios de 24 de novembro de 1888, transmittido por cópia com aviso do Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, n. 29 de 28 de agosto do corrente anno, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Pernambuco que abone ao thesoureiro do Correio do mesmo Estado as quantias que a elle foram debitadas a titulo de pagamento de vales postaes e salario de serventes, pois tem direito a essa vantagem os empregados daquelle categoria, conforme dispõe o § 2.^o do art. 122 do regulamento approved pelo decreto de 26 de março de 1888 e *labelle* annexa; não sendo, portanto, regular o procedimento dessa thesouraria glosando taes despezas, que são feitas pela Administração do Correio e não constituem augmento de vencimento, estando por isso comprehendidas na autorisação constante da circular n. 10 de 9 de maio de 1888. — *Ruy Barbosa*.

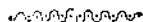


N. 8 — EM 14 DE DEZEMBRO DE 1889

Confirma a decisão de uma Thesouraria dando provimento ao recurso interposto da sentença proferida por uma Alfandega, sobre a apprehensão, feita na casa commercial dos recorrentes, de mercadorias reputadas de contrabando.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1889.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda do São Pedro do Rio Grande do Sul, em resposta ao seu officio n. 138 de 26 de dezembro de 1888, que o mesmo Tribunal resolveu confirmar a decisão pela qual a dita Thesouraria deu provimento ao recurso interposto por Brisolara da Rosa & C., da sentença da Inspectoria da Alfandega da cidade do Rio Grande julgando procedente a apprehensão, feita em sua casa commercial, de mercadorias reputadas de contrabando, por não se ter dado o caso de flagrante delicto, nos termos do art. 643, § 2º, da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, e, ainda neste caso, ser incompetente aquella Inspectoria para julgar-o, visto ter sido effectuada a apprehensão fora da zona fiscal de sua jurisdicção; e mandou que os recorrentes fossem processados no fôro competente, de accordo com o art. 7º da lei n. 2033 de 20 de setembro de 1871 e art. 14 do regulamento n. 4824 de 22 de novembro do mesmo anno. — *Ruy Barbosa*.



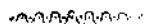
N. 9 — EM 16 DE DEZEMBRO DE 1889

Autorisa a Inspectoria da Alfandega do Rio de Janeiro a ampliar a faculdade de supprimir a conferencia interna de certas mercadorias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1889.

O Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro fica autorizado, conforme propoz em seu officio n. 734 de 12 do corrente mez, a ampliar a faculdade já conferida a mesma Alfandega pelo paragrapho unico do art. 494 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, de modo que fique supprimida, tanto quanto for possível, e com o preciso criterio, a conferencia interna para

certas mercadorias que, embora tenham mais de uma taxa na tarifa e não sejam despachadas pela qualidade superior, não possam confundir-se com outras que induzam a erro de classificação e conseqüente prejuizo do Estado. — *Ruy Barbosa.*



N. 10 — EM 16 DE DEZEMBRO DE 1889

Manda colligir, classificar e publicar por fascículos, nem os decretos expedidos pelo Governo da Republica.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1889.

De accordo com a requisição feita pelo Ministerio dos Negocios do Interior, recommendo ao Sr. administrador da Imprensa Nacional que comee desde já a colligir, classificar e publicar, por fascículos mensaes, os decretos expedidos pelo Governo da Republica. — *Ruy Barbosa.*

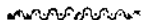


N. 11 — EM 18 DE DEZEMBRO DE 1889

Recommend a que a correspondencia official das Thesourarias da Fazenda e das Repartições que lhes são subordinadas seja remetida ao Correio com endereço claro e preciso.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1889.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o aviso circular do Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, de 12 do corrente mez, sob n. 1, recommenda aos Srs. inspectores das Thesourarias da Fazenda que providenciem de modo que a correspondencia official das mesmas Thesourarias e das Repartições que lhes são subordinadas seja remettida ao Correio com endereço claro e preciso, afim de não ficar prejudicado o serviço publico, como já tem acontecido, por falta de discriminação entre cidades ou Estados do mesmo nome. — *Ruy Barbosa.*

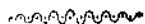


N. 12 — EM 18 DE DEZEMBRO DE 1889

Dá provimento a um recurso sobre multa imposta com o fundamento de haver sido sonogada parte de uma fazenda, para pagamento do imposto de transmissão de propriedade.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1889.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda de São Paulo que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso transmittido com o seu officio n. 244, de 17 de setembro de 1888, interposto por Joaquim Teixeira das Neves, da decisão da dita Thesouraria confirmatoria da da Collectoria de Rendas Geraes do municipio do Rio Claro que, sob o funtamento de haver o recorrente sonogado, para pagamento do imposto de transmissão de propriedade, parte da fazenda denominada — Santa Maria —, por elle comprada por 12:000\$ a Moreira & Rodrigues, impoz-lhe a multa de 5 % sobre a differença entre o referido preço e o de 42:300\$ por que estes adquiriram anteriormente a dita fazenda, resolveu dar provimento ao mencionado recurso; visto ser applicavel a questão de que se trata, por identidade dos seus elementos, a doutrina firmada na imperial resolução de consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado de 4 de abril ultimo, pelo qual ficou decidido que a prova da fraude tem de ser dada perante a autoridade judiciaria, competente para apreciar as circumstancias que fizeram presumir a existencia da fraude, ouvido quem della for incapulo. — *Ruy Barbosa.*



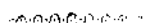
N. 13 — EM 19 DE DEZEMBRO DE 1889

Indefere um recurso sobre pagamento de direitos de mercadorias encontradas nas malas de um passageiro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1889.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda de São Paulo ter o mesmo Tribunal resolvido indeferir o recurso do revista, transmittido com o seu officio de 29 de novembro proximo passado, interposto por Josino Mascarenhas, passageiro do vapor nacional *Rio Grande*, entrado em Santos a 16 de fevereiro

do corrente anno, da decisão da Alfandega desta ultima cidade, que sujeitou ao pagamento de direitos, na importancia de 121\$470, os chales e outras mercadorias, além dos volumes de sua bagagem, encontrados em tres malas que o recorrente declarou conterem amostras de fazendas de varias casas commerciaes de que era vendedor, e para as quaes, entretanto, não solicitou na Alfandega de Paranaguá, porto de sua procedencia, a necessaria carta de guia, de conformidade com o disposto no § 1º do art. 530 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Bondas. — *Ruy Barbosa.*



N. 14 — EM 19 DE DEZEMBRO DE 1889

Dá provimento a um recurso sobre lançamento do imposto de indústrias e profissões.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1889.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria da Fazenda do Paraná que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso, que acompanhou o officio da dita Thesouraria de 14 de outubro ultimo, em que Christiano Benedicto Ottoni Junior, engenheiro fiscal da estrada de ferro Bahia e Minas, reclamou contra a inclusão do seu nome no lançamento do imposto de indústrias e profissões, para pagamento das respectivas taxas, como engenheiro, resolveu dar-lhe provimento, affirm de ser o recorrente eliminado do alludido lançamento, visto que, conforme o Sr. inspector declara em sua informação de 14 de novembro proximo passado, o referido engenheiro não exerce sua profissão em serviços particulares. — *Ruy Barbosa.*



N. 15 — EM 20 DE DEZEMBRO DE 1889

Dá provimento a um recurso sobre restituição de direitos de mais pagos por um piano.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1889.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria da Fazenda de São Paulo que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso trans-

mittido com o seu officio n. 2 de 21 de novembro proximo passado, interposto por Benedicto Mathens da Silva, da decisão da Alfandega da cidade de Santos que negou-lhe a restituição do que de mais pagára por um piano subnettido a despacho como *de cauda*, para a taxa de 290\$000, na fôrma de 2ª parte do art. 1001 da tariffa em vigor, o que na conferencia da sahila verificou-se ser *de meia cauda*, sujeito á de 192\$000, de accordo com a 1ª parte do citado artigo, resolveu dar-lhe provimento affirm de se effectuar a restituição pedida pelo recorrente, visto ter sido dispensada, contra o disposto no art. 494 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, a primeira conferencia da mercadoria do que se trata — *Ruy Barbosa*.

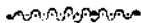


N. 16 — EM 23 DE DEZEMBRO DE 1889

Declara em vigor até ulterior deliberação o accôrdo celebrado entre o Governo Geral e o da extincta Provincia do Rio de Janeiro sobre nomeação de collectores e seus escriptães.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1889.

Declaro-vos, em resposta ao vosso officio de 10 do corrente, que, até ulterior deliberação, deve continuar a ser observado o accôrdo de 27 de janeiro de 1864, celebrado entre o Governo Geral e o da extinta provincia; em virtude do qual ficou pertencendo áquelle a nomeação dos collectores ou administradores das Mesas de Rendas e a esta a dos escriptães, nos casos em que as respectivas estações de arrecadação se achem reunidas. — *Ruy Barbosa*. — Ao Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro.



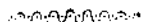
N. 17 — EM 24 DE DEZEMBRO DE 1889

Dá provimento a um recurso sobre classificação de contas ou missangas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1889.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda da Bahia, em resposta ao seu officio de 28 de setembro ultimo, que

o mesmo Tribunal resolveu dar provimento ao recurso interposto por Ignacio Ferreira Dias dos Santos, da decisão dessa Thesouraria confirmatoria da da Alfândega que mandou classificar como — vidrilhos — para pagarem a taxa da 1.^a parte do art. 704 da tarifa em vigor, cento e vinte e um kilogrammas das contas que como de — vidro fundido — (missangas), da de 1\$, conforma a 2.^a parte do citado artigo, foram, em abril ultimo, submettidas a despacho pelo recorrente, ao qual foi ainda imposta a multa de direitos em dobro; visto não poderem as contas em questão ser, por sua qualidade, consideradas com a classificação official que tiveram, nem por seu grande peso supportar a taxa consequente de 3\$400 por kilogramma: devendo, portanto, o Sr. Inspector providenciar para que ao recorrente se restitua o que de mais lhe foi exigido. — *Ruy Barbosa.*



N. 18 — EM 26 DE DEZEMBRO DE 1889

Declara prescripto o direito de tres empregados á reclamação que fizeram contra as decisões da Thesouraria de Fazenda do Estado do Pará, alliviando diversos negociantes da multa de direitos em dobro que lhes fora imposta pela Alfândega.

Ministério dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1889.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communicou ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Pará, em resposta aos seus officios ns. 35 e 36, de 13 de fevereiro do corrente anno, que o mesmo Tribunal, à vista do disposto no art. 679 da Consolidação das Leis das Alfândegas, julga prescripto o direito dos escripturarios da Alfândega do Belém, Antonio Augusto Teixeira Pinto, Manoel do Carmo Ferreira Chaves e Domingos de Gusmão Bittencourt, á reclamação que fizeram contra as decisões dessa Thesouraria, de 26 de dezembro de 1887 e 5 de outubro seguinte, alliviando Calheiros & Oliveira, Machado Rocha & C. e José Rodrigues da Oliveira & C., da multa de direitos em dobro imposta pela dita Alfândega, á primeira firma, por faltas encontradas em despachos de —kerozen— e ás demais, em outros de —manteiga— e, em virtude dos quaes, ficaram os reclamantes privados das vantagens do art. 75 da referida Consolidação. — *Ruy Barbosa.*



N. 19 — EM 26 DE DEZEMBRO DE 1889

Manda observar nas Thesourarias de Fazenda o decreto n. 86 de 24 de dezembro de 1889, revogando e substituindo por outra a tabella A annexa ao decreto n. 9870 de 22 de fevereiro de 1888.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1889.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, remette aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida execução, o decreto n. 86 de 24 do corrente mez, revogando e substituindo por outra a tabella A, que acompanhou o decreto n. 9870 de 22 de fevereiro de 1888, que regulou a arrecadação do imposto de industrias e profissões; devendo, nas estações fiscaes onde chegar esta circular, depois de se haver arrecadado o referido imposto relativo ao 1º semestre do exercicio de 1890, segundo o ultimo lançamento, ser a differença entre a antiga e a nova tabella levada em conta por occasião da arrecadação da prestação do 2º semestre do mesmo exercicio.— *Ruy Barbosa.*

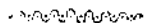


N. 20 — EM 30 DE DEZEMBRO DE 1889

De provimento a um recurso sobre restituição de direitos de consumo cobrados de 2.150 fardos de xarope, vindos do Rio Grande por baldeação em Montevideo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1889.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda da Bahia, para seu conhecimento e fins convenientes, que o mesmo Tribunal resolveu dar provimento aos recursos, transmittidos com o seu officio de 17 de outubro ultimo, interpostos por Antonio José de Souza Belens da decisão dessa Thesouraria, confirmatoria da da Alfândega, que sujeitou ao pagamento de direitos de consumo 2.150 fardos com xarope ali chegados do Rio Grande do Sul, por baldeação em Montevideo para os vapores *Congo*, *Rubens* e *Belgravia*, conforme o recorrente provou com certificados da Alfândega desta ultima cidade; devendo, portanto, o Sr. inspector providenciar para que ao recorrente se restituam os direitos que lhe foram exigidos.— *Ruy Barbosa.*



N. 21 — EM 31 DE DEZEMBRO DE 1889

Manda avaliar os proprios nacionaes existentes nos Estados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1889.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda que façam avaliar, com urgencia, e por pessoa competente, os proprios nacionaes existentes nos Estados em que tiverem jurisdicção, quaesquer que sejam as applicações que se tenham dado a esses bens, e remetam ao Thesouro taes avaliações o mais brevemente possível: visto não ter sido ainda satisfeita por algumas Thesourarias a exigencia constante da circular n. 2, de 26 de janeiro do corrente anno, e serem incompletas, naquella parte, as relações enviadas por outras dessas repartições. Na relação ora pedida, além da discriminação dos Ministerios a que pertencerem os proprios nacionaes, se deverá declarar o serviço em que se acham occupados. — *Ruy Barbosa.*

ccccc

N. 22 — EM 3 DE JANEIRO DE 1890

Não approva o acto da Inspectoria de uma Alfândega, creando dous lugares de protocollista.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda da Bahia, em resposta ao seu officio de 30 de outubro ultimo, e para o fazer constar ao da Alfândega da Capital de se Estado, que não pôde ser approvado o acto do mesmo funcionario, aliás confirmado por essa Thesouraria, de crear, sem autorisação deste Ministerio, dous lugares de protocollistas, cujas nomeações foram desde logo levadas a effeito e, conforme o officio, por cópia, do referido inspector, de 17 daquello mez, recabiram nos cidadãos Honorio Ernesto da Silva e Anselmo José do Valle, percebendo cada um a diaria de tres mil réis (3\$000). — *Ruy Barbosa.*

ccccc

N. 23 — EM 4 DE JANEIRO DE 1890

Recommenda o exacto cumprimento das instrucções e circulares relativas á organização e remessa de mappas estatísticos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, considerando da mais alta conveniencia regular o serviço da Estatística, de modo que produza todos os seus beneficos effeitos, entre os quaes sobresahe o de bem orientar a Administração publica na apreciação do progresso do paiz e das medidas necessarias para determiná-lo; e

Considerando que algumas Alfandegas e Mesas de Rendas Geraes, ha muito tempo, tem deixado de observar as instrucções de 18 de fevereiro de 1873, e ainda as circulares ns. 16 de 18 de julho de 1888 e n. 16 de 18 de junho de 1889, relativas a este assumpto;

Considerando que grande parte das Alfandegas e Mesas de Rendas que tem fornecido mappas estatísticos, os tem apresentado incompletos, deficientes ou confusos e até errados, e sempre com demora, demonstrando que foram feitos arbitrariamente e sem attenção aos modelos que acompanham aquellas instrucções;

Considerando que a falta de remessa dos trabalhos estatísticos, sua protellação ou imprestabilidade é muito prejudicial ao serviço publico, pois que não se póde obter a estatística geral sem o opportuno e solido concurso dos elementos parciaes:

Ordena aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda que observem e façam observar acuradamente, pelos inspectores das Alfandegas e administradores das Mesas de Rendas tudo quanto foi ordenado pelas circulares acima indicadas, expedidas para execução das instrucções de 18 de fevereiro de 1873, providenciando efficazmente para que se complete com esmerado escripto nos dados, e no mais breve prazo possivel, a remessa dos mappas que ainda não tenham sido organizados ou enviados, relativos aos exercicios de 1886-87, 1888 e 1889, e bem assim opportunamente os que se seguirem, tudo de conformidade com aquellas circulares, não sendo demais qualquer esforço para se corrigir e remediar com presteza a demora havida.

Cumprê que tenham em lembrança que o art. 13 das referidas instrucções determina que a remessa dos trabalhos seja feita de modo que cheguem ao Thesouro, o mais tardar, no fim do segundo mez depois de terminado o anno financeiro; que o art. 14 indica o meio de chegar-se a esse resultado, e o art. 17 incumbê aos inspectores das Thesourarias e das Alfandegas velarem pelo fiel cumprimento das mesmas instrucções, verificando por si o estado dos trabalhos e o modo como são executados, afin de que não haja demora em sua promptificação, nem sejam inquinados

do defeitos que os tornem impréstaveis ou defectivos para o fim a que se destinam.

Ordena, outrossim, que continue a ser dirigida à Directoria do Estatística do Ministério da Fazenda a correspondência relativa a este ramo do serviço, a que as requisições dessa Directoria sejam promptamente satisfeitas, ou versem sobre explicação motivada por trabalhos recebidos, ou sobre remessa ou cópia de trabalhos não recebidos.— *Ruy Barbosa*.

Ruy Barbosa

N. 24 — EM 8 DE JANEIRO DE 1890

Declara que a sociedade «Commercio» da praça de Bahia, póde receber depósitos em conta corrente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1890.

Declaro-vos, afim de o fazerdes constar á sociedade «Commercio», dessa praça, que o regulamento approved por decreto n. 9533, de 7 de abril de 1887, não a impede de receber depósitos em conta corrente, como a mesma sociedade se propôr em seu requerimento de 13 de dezembro ultimo, que assim fica despachado.— *Ruy Barbosa*.—Ao Sr. Governador do Estado da Bahia.

Ruy Barbosa

N. 25 — EM 18 DE JANEIRO DE 1890

Manda despachar livres de direitos quaesquer envoltorios que regressarem de paizes estrangeiros, para onde tenham sido enviados acendilhando productos nacionaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda—Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, autorisa os Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda, de conformidade com a ordem nesta data expedida, do Pernambuco, para mandarem despachar livres de direitos, nas Alfandegas, quaesquer envoltorios, vazio ou não, que regressarem de paizes estrangeiros, para onde tenham sido enviados acendi-

cionando productos nacionaes ; comtanto que os interessados, no gozo de tal favor, se sujeitem ás cautelas que as ditas Alfandegas exigirem para prova da identidade dos que já tiverem pago direitos de consumo. — *Ruy Barbosa.*



N. 26 — EM 20 DE JANEIRO DE 1890

Manda executar as novas instruções para o serviço do expediente do Thesouro Nacional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, remette aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os devidos effeitos, as instruções inclusas, dando nova organização ao serviço do expediente do Thesouro Nacional. — *Ruy Barbosa.*

Instruções a que se refere a circular supra

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, resolve :

1.º Os directores geraes do Thesouro Nacional, no desempenho das attribuições que lhes competem, pelos §§ 1º, 2º e 3º do art. 2º do decreto n. 4153 de 6 de abril de 1868, §§ 1º, 2º e 3º do art. 12 do decreto n. 5245 de 5 de abril de 1873 e decisão n. 150 de 22 do mesmo mez e anno, despacharão todos os papeis e expedirão os actos nas mesmas disposições comprehendidos ; sendo submettidos a despacho definitivo do Ministro da Fazenda somente os papeis e actos que firmem doutrina, as resoluções de questões de natureza controversa, em que os pareceres não forem concordes e que dependam de seu despacho, como supremo arbitro da Administração da Fazenda, e o pagamento de qualquer despoza a respeito de cuja legalidade possa levantar-se duvida, quer quanto a estricta applicação das disposições organimentarias, quer quanto a direitos e interesses de terceiros. Os mesmos directores geraes requisitarão directamente, por si e em nome do Governo, independentemente de despacho, as informa-

ções necessárias para esclarecimento das questões que o Thesouro houver de resolver ;

2.º Os papéis nos quaes tiver sido ouvida mais de uma Directoria Geral, o cujo despacho e solução não forem da competência exclusiva de qualquer dellas, mas nos quaes os pareceres forem concordes, serão despachados pelo vice-presidente do Tribunal do Thesouro ; e os actos que, em virtude dos mesmos papéis tiverem de ser expedidos, serão preparados na Secretaria e submettidos á assignatura do Ministro da Fazenda ;

3.º Todos os despachos interlocutorios serão proferidos, na conformidade destas instrucções, pelos directores geraes o official-maior, conforme a competência de cada um, cabendo ao Ministro os definitivos, que lhe são reservados pelas referidas instrucções ;

4.º A Directoria Geral de Contabilidade, além das attribuições que lhe competem pelos decretos de 6 de abril de 1868 e 5 de abril de 1873, é incumbida :

De expedir ordens para augmento de credito ás Repartições da Fazenda, devendo no principio do exercicio ser-lhe distribuido o saldo que ficar disponivel dos creditos abertos para as despesas a cargo do Thesouro ;

De ordenar, nos casos de força maior, o pagamento de despesas cujos creditos hajam sido excedidos, logo que para isso tenha expressa authorisação do Ministro da Fazenda ;

De mandar satisfazer a importância dos processos de exercicios findos, e conceder o respectivo credito ás Thesourarias da Fazenda, contando que tais processos sejam liquidados nos termos do decreto n. 10,115 de 5 de janeiro do anno passado, e não offereçam duvida ;

De autorisar a despesa, requisitada pelos diversos Ministerios, de vencimentos a empregados já incluídos em folha ou que tenham de o ser, e pertençam ao quadro de Repartições creadas em virtude da lei ou decreto do Governo Provisorio ;

De providenciar sobre o movimento de fundos de uma para outra Repartição da Fazenda, quer por meio de telecommunições, quer por meio de officios. — *Ruy Barbosa.*

— *Officio de 21 de Janeiro de 1890.* —

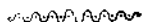
N. 27 - EM 21 DE JANEIRO DE 1890

Recommenda a fiel observancia do art. 1.º das instrucções de 26 de abril de 1887, nos pedidos de isenção de direitos de materinas destinados a obras de interesse municipal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda -- Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1890.

A bem da regularidade das concessões de isenção dos direitos de consumo em favor dos materinas destinados a construção de

obras de interesse municipal, recommendo-vos a fiel observancia do art. 4º das instrucções do 26 de abril de 1887; convido que a referida isenção não seja solicitada a este Ministerio por telegrammas, como se tem muitas vezes praticado, mas por meio de officios acompanhados das relações dos materiaes necessarios ás obras, e com as formalidades estabelecidas nas ditas instrucções, para que possa o Thesouro exercer a fiscalisação que por lei lhe compete. — *Ruy Barbosa*. — Ao Sr. Governador do Estado d....

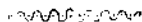


N. 28 — EM 23 DE JANEIRO DE 1890

Concedo aos vapores da *Earl Line Steamship Co.* os favores de que trata o decreto n. 4955 de 4 de maio de 1872.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1890.

Communico ao Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro que, attendendo ao que me requereram *Berla & Cº*, agentes da *Earl Line Steamship Co., limited, of Philadelphia*, resolvi fazer extensivos aos vapores da mesma companhia as regalias, isenções e mais favores concedidos aos paquetes e vapores de navegação transatlantica, pelo decreto n. 4955 de 4 de maio de 1872. — *Ruy Barbosa*.



N. 29 — EM 27 DE JANEIRO DE 1890

Só devem ser expedidos telegrammas para solução ou consulta sobre assumpto urgente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, recommenda aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda que só expeçam telegrammas a este Ministerio para solução ou consulta de assumpto urgente, e cuja demora possa prejudicar o serviço publico, afim de evitar despezas inuteis; sendo os demais negocios tratados por meio de officio. — *Ruy Barbosa*.

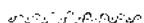


N. 30 — EM 27 DE JANEIRO DE 1890

Declara desde que data deve ser contada a antiguidade de classe de um empregado da Alfândega de Santos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda de S. Paulo, para os devidos effeitos, e em deferimento ao que requerem o chefe de secção da Alfândega de Santos, nesse Estado, Octaviano Essolin, que a antiguidade de classe do referido funcionario deve, nos termos do aviso de 5 de agosto de 1867 e das ordens n. 431 de 5 de outubro de 1860 e n. 107 de 25 de fevereiro de 1878, ser contada de 17 de outubro de 1881, em que tomou posse de logar identico na Alfândega do Pará. — *Ruy Barbosa.*



N. 31 — EM 3 DE FEVEREIRO DE 1890

Estão sujeitos ao imposto de transmissão de propriedade, não só o leito das estradas de ferro, suas estações e mais obras que tiverem o caracter de bens de raiz, como também as respectivas superestrutura e subestrutura e o material rodante de taes estradas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista pôr termo ao consideravel prejuizo que resulta para a renda publica das transmissões de estradas de ferro, em que o imposto estabelecido no regulamento n. 5581 de 31 de março de 1874 não é pago de inteira conformidade com o que o art. 15 do mesmo regulamento dispõe acerca dos bens que devem ser considerados immoveis por natureza, por destino ou em virtude da applicação que se lhes dá, declara aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os devidos effeitos e de conformidade com a decisão de 27 de novembro ultimo, proferida sobre consulta do collecter das rendas geraes do municipio de Cantagallo:

1º, que, não sendo applicaveis sómente a bens agricolas, como se tem pretendido, as explicações dadas pelas instrucções n. 492 de 1 de setembro de 1836, art. 5º, e pelas ordens n. 143 de 4 de outubro de 1847, n. 187 de 18 de outubro de 1882, n. 68 de 20

de março e n. 235 de 5 de novembro de 1883, mas também as estradas de ferro, as quaes estão comprehendidas entre as edificações rusticas de qualquer denominação, fôrma e construção, a que se refere o art. 7.^o daquellas instruções, devem ser considerados immoveis, e como taes sujeitos ao imposto do citado regulamento de 1874, não só o leito das referidas estradas, suas estações e mais obras, que tiverem o caracter de bens de raiz, porém ainda as respectivas superstructura e substructura e o material rodante dellas, objectos estes que só perdem o caracter de immoveis por destino, quando deixam de fazer parte integrante das estradas a que pertencem ;

2.^o, que, de conformidade com esta decisão, interpretativa do verdadeiro espirito do citado art. 15 do regulamento de 1874, a que, entretanto, se tem deixado de attender, pelo facto de serem as escripturas de venda lavradas e o imposto pago em municipio differente daquelles por onde passam as vias ferreas, cumpre às estações arrecadadoras proceder a escriptura syndica, para verificarem si, nos districtos de sua jurisdição, alguma transmissão se fez em condições lesivas para a Fazenda Nacional, afim de promoverem a competente indemnização por meios amigaveis, e, em falta de accordo com os responsaveis, pelos que prescreve o art. 26 do sobredito regulamento.— *Ruy Barbosa*.



N. 32 — EM 3 DE FEVEREIRO DE 1890

Da regras para a cobrança do imposto de transmissão de propriedade de bens immoveis situados em mais de um municipio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, considerando que, da interpretação dada á parte final do § 1.^o do art. 28 do regulamento n. 5381 de 31 de março de 1874 tem resultado grave prejuizo para a renda publica, nos casos de transmissão de immoveis situados em mais de um municipio, pois que os contractantes julgam-se com direito de fazerem lavrar as escripturas respectivas e do pagarem o competente imposto em municipio differente dos da situação dos bens, onde os exatores não conhecem nem podem avaliar o valor real destes, declara aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os devidos effeitos :

Que, quando se der a venda conjuncta de immoveis comprehendidos em uma mesma transacção, porém situados em mais de um municipio, dever-se-ha lavrar a escriptura e pagar o imposto no municipio, em que se achar o mais importante dos

ditos immoveis, por seu valor, ou por ser o centro administrativo dos outros; ou, em qualquer dos municipios em que elles se achem, si não houver differença de valores; salvo o caso em que a transmissão se opere judicialmente, porque então o pagamento poderá ser feito no municipio da expedição do acto ou sentença da autoridade que a determinar. — *Ruy Barbosa*.



N. 33 — EM 4 DE FEVEREIRO DE 1890

Indica a percentagem que deve ser paga aos exactores pela arrecadação das rendas pertencentes á Fazenda Nacional, quando não chegar á importancia lotada, ou quando a renda exceder á da lotação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, attendendo ás reclamações que, por parte do grande numero de exactores, tem sido feitas contra a insufficiencia de suas percentagens, para se manterem com a independencia e decencia que lhes são impostas por seus cargos, attenta a diminuição da receita, que se tem manifestado em diversas localidades dos Estados federaes, e, considerando, por outro lado, que, si a equidade manda attender a semelhantes reclamos, não é justo que, no caso inverso, do acrescimo da receita, em que não ha correspondente augmento do trabalho, a Fazenda Nacional fique sobrecarregada com as avultadas percentagens que paga nas estações onde é elevada a taxa respectiva, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os devidos effeitos:

1º, que, a partir do 1º dia do mez seguinte ao em que esta circular for recebida em cada estação arrecadadora, a cujos empregados se abonar percentagem, seja esta paga pela lotação, que se tiver feito anteriormente, da renda da mesma estação, sempre que a dita renda não chegar á importancia lotada;

2º, que, porém, quando a renda exceder á da lotação, do excesso desta só se pague aos empregados a quinta parte da quota a que tiverem direito. — *Ruy Barbosa*.



N. 34 — EM 13 DE FEVEREIRO DE 1890

Concede aos vapores da *Compagnie Nationale de Navigation, de Marseille* os favores outorgados pelo decreto n. 4955 de 4 de maio de 1872.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1890.

Communico ao Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro, para os devidos effeitos, que foram concedidos aos vapores da *Compagnie Nationale de Navigation, de Marseille*, destinados à navegação entre o porto de Marselha e os desta Republica, os favores outorgados pelo decreto n. 4955 de 4 de maio de 1872, aos paquetes das linhas regulares de navegação transatlantica, conforme requereu a mesma companhia, representada por seus agentes nesta praça, Jacomo N. de Vincenzi & Filho, na petição transmittida pelo Sr. inspector com officio n. 102 de 7 do corrente mez. — *Ruy Barbosa*.



N. 35 — EM 19 DE FEVEREIRO DE 1890

Defero em parte um recurso interposto por um empregado da Alfandega de Santos, sobre indemnisação do valor official e dos direitos de mercadorias damnificadas no armazem de que era fiel.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, comunica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda de São Paulo que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso do administrador das cupatazias da Alfandega de Santos, Ignacio Baptista da Silva Costa, interposto da decisão dessa Thesouraria, confirmando a da Alfandega que o sujeitou a indenisar a H. Brugmann do valor das mercadorias contidas na caixa marca BR, n. 2, damnificadas no armazem de que aquelle administrador fôra fiel, e a Fazenda Nacional dos respectivos direitos de consumo; resolveu confirmar a decisão recorrida, quanto á primeira parte, e deferir o recorrente pelo que respeita á segunda, visto que a mercadoria inutilizada na Alfandega não foi dada a consumo. — *Ruy Barbosa*.

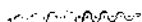


N. 36 — EM 22 DE FEVEREIRO DE 1890

Dá provimento a um recurso sobre classificação de óleo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, comunica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda de S. Paulo que o mesmo Tribunal resolveu dar provimento ao recurso que acompanhou o officio dessa Thesouraria de 27 de julho do anno proximo passado, interposto pelos commerciantes Rudolfo Wankiscaffé & C.^a da decisão da Alfandega de Santos, que classificou como — óleo animal purificado — o por estes submettido a despacho como — vegetal não especificado—; devendo, portanto, ser reformada a decisão recorrida, não como pretendem os recorrentes, mas para que a mercadoria em questão, considerada como — óleo de caroços de algodão —, pague a taxa de duzentos réis, na forma da 2.^a parte do art. 130 da tarifa em vigor. — *Ruy Barbosa*.



N. 37 — EM 25 DE FEVEREIRO DE 1890

Manda receber nas repartições de Fazenda as notas do Banco dos Estados Unidos do Brazil.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, determina aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda que expeçam as convenientes ordens no sentido de serem recebidas nas repartições de Fazenda as notas do Banco dos Estados Unidos do Brazil, guiando-se, para conhecimento dos signaes característicos e assignaturas, pelos avisos e relações que o mesmo banco lhes enviar e publicar no *Diário Official*. — *Ruy Barbosa*.



N. 38 — EM 28 DE FEVEREIRO DE 1890

Permitte que sejam processadas e pagas pela Alfandega do Rio de Janeiro as ferias das capatazias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1890.

Communico ao Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro que, attendendo ao que representou em officio n. 145 de 25 deste mez, resolvi permittir que sejam processadas e pagas pela mesmo repartição as ferias das capatazias; devendo ser as respectivas folhas remettidas em seguida ao Thesouro, para os devidos exames. — *Ruy Barbosa.*

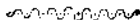


N. 39 — EM 7 DE MARÇO DE 1890

Não é permittido ás Intendencias Municipaes alienar os terrenos destinados para logradouros publicos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 7 de março de 1890.

Devolve ao Conselho de Intendencia Municipal desta Capital o incluso requerimento, transmittido com o seu officio n. 61 de 17 de janeiro proximo findo, e em que Caldas & Claudino pedem por aforamento o espaço de terreno da rua José do Patrocínio, occupado pelo mar, entre o armazem dos requerentes, á rua da Gamba n. 58, e o da Companhia de Serviços Maritimos, afim de que o mesmo Conselho, tomando delle conhecimento, decida como entender, nos termos das instrucções de 28 de dezembro do anno passado; cumprindo-me observar á Intendencia que o decreto n. 4105 de 22 de fevereiro de 1868 manda respeitar os logradouros publicos existentes e estabelecer outros, quando os interesses municipaes exigirem, e não permite que se aliene qualquer dos actuaes, como é o espaço a que se referem os peticionarios. — *Ruy Barbosa.*



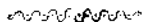
N. 40 — EM 12 DE MARÇO DE 1890

Não toma conhecimento de um recurso de revista, sobre classificação de mercadoria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 12 de março de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda da Bahia, em resposta ao seu officio de 7 de janeiro ultimo, que o mesmo Tribunal resolveu não tomar conhecimento do recurso de revista que Rodrigues de Moraes & C^a. interpuzeram da decisão da Alfandega do referido Estado, classificando como — tiras de ganga de algodão borbulas —, a mercadoria que os recorrentes pretendiam despachar como — ganga de algodão, não especificada, com barra bordada —; visto estar a decisão recorrida dentro da alçada de quem a proferia.

Cumpra, entretanto, declarar ao dito Sr. inspector, para que por sua vez o faça constar ao da Alfandega desso Estado, que na do Rio de Janeiro é a mercadoria em questão separada em duas partes para pagamento dos respectivos direitos, classificando-se a parte lisa como ganga ou riscado de mais do 12 fios em 5 milímetros quadrados, para pagar a taxa de 2\$ por kilogramma, e a bordada como tira, sujeita a de 10 —. *Ruy Barbosa.*



N. 41 — EM 12 DE MARÇO DE 1890

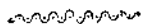
Não toma conhecimento de tres recursos sobre classificação de tecido.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 12 de março de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda da Bahia, em resposta ao seu officio de 13 de novembro ultimo, ter o mesmo Tribunal resolvido não tomar conhecimento dos tres recursos que Rodrigues de Moraes & C^a. interpuzeram das decisões da Alfandega desso Estado, classificando como tecido de plantasia não especificado, affim de pagarem a taxa de 3\$, da segunda parte do art. 521 da tarifa vigente, e como damasco de algodão, sujeito à taxa de 2\$500 do art. 489, as mercadorias que os recorrentes submeteram a despacho nas notas relativas aos dous primeiros recursos como musselina de algodão lisa, da taxa de 2\$500, a que se refere a primeira parte do art. 493, e ao

ultimo como — panno de algodão adamascado —, da de 1\$600, conforme a terceira parte do art. 509; visto estarem as decisões proferidas na alçada da Alfandega, e não se terem dado no processo dos despachos circumstancias que tornem — de revista — os recursos de que se trata.

Outrosim, observa ao Sr. inspector que não é conveniente reunir em um só officio varios recursos, ainda que todos pertençam ao mesmo individuo. — *Ruy Barbosa.*



N. 42 — EM 17 DE MARÇO DE 1890

Estabelece regras para a cobrança das dividas provenientes de impostos que deixarem de ser cobrados, á bocca do cofre, no todo ou em parte, por engano ou negligencia dos empregados incumbidos desse serviço.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 17 de março de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, transmite aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda, para que tenha a devida execução, o aviso junto por cópia dirigido nesta data á Recebedoria desta Capital, estabelecendo regras para a arrecadação da multa de impostos não cobrados á bocca do cofre, por enganos dos encarregados deste serviço. — *Ruy Barbosa.*

Cópia do aviso a que se refere a circular supra

Ministerio dos Negocios da Fazenda, 17 de março de 1890.— Tendo apparecido queixas e reclamações contra a praxe seguida, de exigir essa Repartição multa de impostos não cobrados á bocca do cofre por enganos dos respectivos empregados, ficando os contribuintes ainda obrigados ás custas do processo quando a arrecadação é feita pelo meio executivo, recommendo-vos que em ttes casos se jam observadas as seguintes regras :

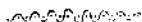
1.ª Quando, por engano ou negligencia dos empregados, ou por exigencia do expediente regulamentar, deixar de ser arrecada da nas épocas da cobrança á bocca do cofre, parte ou toda a divida do contribuinte que se apresentar para satisfazer o pagamento, será a mesma divida, logo que for reconhecida, lançada em certidão para cobrança amigavel sem multa, ainda que tenha terminado o prazo da mesma cobrança.

2.^a Quando a divida não for da totalidade e sim de parte do imposto, será essa circumstancia expressamente declarada na certidão por meio da nota—Diferença—em logar proprio, afim de evitar que a mesma certidão pareça duplicata da que tiver sido em tempo proprio satisfeita.

3.^a Reconhecida a divida em taes condições, será o contribuinte immediatamente notificado para o pagamento, por conta dirigida por intermedio do Correio e por annuncios no *Diario Official* e em folha de maior circulação, marcando-se ao mesmo contribuinte o prazo de 30 dias para pagamento amigavel, sem multa.

4.^a Terminado este prazo e remettida a divida para o Juizo dos Feitos nas épochas proprias, ficará exonerado igualmente do pagamento das custas do processo o contribuinte a respeito do qual essa Repartição não puder provar do modo authenticico que foi notificado na forma da regra 3.^a.

5.^a Neste caso, a multa do imposto e as custas do processo serão satisfeitas pelo empregado que tiver por engano ou negligencia deixado de cobrar o imposto, na forma da regra 1.^a, ou pelo que tiver deixado de notificar o contribuinte em tempo proprio.—*Ruy Barbosa*. — Sr. Administrador da Recebedoria da Capital Federal.



N. 43 — EM 18 DE MARÇO DE 1890

Dá instrucções para a liquidação das contas dos responsaveis da Fazenda Nacional e cobrança dos alcances nellea verificados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 18 de março de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista accelerar a liquidação das contas dos responsaveis da Fazenda Nacional, afim de se proceder á cobrança dos alcances verificados, ultimar a responsabilidade daquelles que houverem dado satisfactorio emprego ás sommas confiadas á sua guarda e libertar de qualquer onus os respectivos fiadores, determina que sejam observados as seguintes

Instrucções

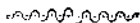
Art. 1.^o A fiscalisação da cobrança do imposto de transmissão de propriedade, entrega de bens de defuntos e ausentes e peculios de escravos, se effectuará do mesmo modo por que se pratica com os demais impostos, não sendo indispensavel, quando tratar-se

da tomada das contas das Collectorias e Mesas de rendas, dos exercicios anteriores ao actual, a confrontação das verbas de receita com os mappas organisados pelos juizes de orphãos, tabelliães e escrivães, mas ficando salvo à Fazenda Nacional o direito de haver, pelos meios legais, e em qualquer tempo, a indemnisação das fraudes o desvios, que houverem sido commettidos pelos exactores, durante o periodo da arrecadação.

Art. 2.º Na liquidação das contas das Collectorias e Mesas de rendas, relativas ao corrente exercicio e posteriores, se attenderá ao seguinte:

§ 1.º Quanto ao imposto de transmissão de propriedade: — a fiscalização, no acto da tomada das contas dos exactores, se effectuará por meio de confrontação com a dos respectivos tabellões com a escripturação competente, na qual deverá ser mencionado o nome do tabellião ou escrivão designado para lavrar a escriptura, incorrendo na pena de responsabilidade o empregado das estações de arrecadação que deixar de notar esta circumstancia em cada uma das partidas de receita do referido imposto.

§ 2.º Quanto aos dinheiros de orphãos e ausentes: — a exactidão da cobrança será verificada por meio de confrontação da receita com as demonstrações trimensaes remettidas pelos Juizes competentes ou, na falta dellas, pela escripturação dos mesmos juizos, ou pelos autos originaes que estiverem archivados nos respectivos cartorios.—*Ruy Barbosa.*



N. 44 — EM 19 DE MARÇO DE 1890

Solve duvidas sobre o modo de se proceder ao abono da percentagem devida aos exactores da Fazenda Nacional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 19 de março de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara os Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, o de conformidade com a solução dada ás duvidas que lhe foram propostas pelo collecter das rendas geraes de Santo Antonio de Padua, Estado do Rio de Janeiro, em officio de 13 de fevereiro proximo passado :

1.º Que o direito dos exactores da Fazenda Nacional á 5ª parte da quota do excesso da renda sobre a lotação, de que trata a circular n. 12 de 4 do referido mez de fevereiro, só deve ser liquidado no trimestre adicional, á vista da renda total delle, ficando entendido que nenhuma percentagem se deduzirá da renda do dito trimestre relativa a exercicio findo, si sua impor-

tancia for tal que, reunida á do mesmo exercício, não dê em resultado excesso sobre a lotação ;

2.º Que na lotação não estão comprehendidas as importancias provenientes da venda de estampilhas, cobrança executiva, dinheiros de orphãos e outras, para as quaes estão marcadas percentagens especiaes ;

3.º Que a percentagem deverá ser paga mensalmente sobre a duodecima parte da lotação, mesmo no caso de ser a arrecadação inferior a ella ; quando for maior, proceder-se-hia da mesma fórma, e do excedente ou differença para mais se deduzirá a quinta parte da percentagem estabelecida na conformidade do n. 1 desta circular.—*Ruy Barbosa*.



N. 45 — EM 26 DE MARÇO DE 1890

Providencia sobre a substituição das notas de 500 réis por moedas de prata.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 26 de março de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, no intuito de melhorar a circulação monetaria, retirando do movimento das transacções as notas de 500 réis, e emitindo moedas de prata de 1\$ e 500 réis, determina ás Thesourarias de Fazenda que observem as seguintes disposições :

1.º Em virtude de ordem do Thesouro Nacional, a Casa da Moeda supprirá directamente as Thesourarias de Fazenda de moedas de prata do novo cunho, e dará sciencia, desde logo, á Directoria Geral da Contabilidade, das remessas que forem sendo realisadas.

2.º As Thesourarias de Fazenda escripturarão em livro especial, semelhantemente ao que foi estatuido pelos arts. 2.º e 5.º das instrucções de 18 de outubro de 1872, o valor das moedas de prata do novo cunho que forem recebendo da Casa da Moeda.

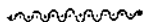
3.º As Thesourarias, sob pena de responsabilidade do respectivo inspector, não poderão applicar as moedas que lhes forem remetidas a outro fim que não seja o da substituição das notas de 500 réis. As notas desse valor que forem recebidas em pagamento de impostos, serão inutilisadas, nos termos do art. 5.º, emitindo-se em seu lugar moeda de prata.

4.º Para o bom resultado das operações, as Thesourarias deverão annunciar a substituição a fazer-se, mas sem limitação de prazo para esse serviço.

5.^a As notas que forem sendo substituídas serão em acto continuo inutilizadas com um carimbo, contendo o nome da Thesouraria e as letras T. P.

6.^a Nos balanços mensaes e definitivos as Thesourarias demonstrarão em conta especial o estado da caixa da substituição por moeda de prata.

7.^a Mensalmente, balanceada a caixa da substituição e verificado o saldo que existir, as Thesourarias enviarão ao Thesouro as notas que houverem sido trocadas, para serem examinadas e queimadas, indicando no officio de remessa o exercicio em que ella foi escripturada. — *Ruy Barbosa.*



N. 46 — EM 26 DE MARÇO DE 1890

Indica o modo de fazer a escripturação das moedas de prata cunhadas na Casa da Moeda e o respectivo supprimento à Caixa de Amortização e às Thesourarias de Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 26 de março de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista a boa execução das instrucções expedidas nesta data às Thesourarias de Fazenda, determina ao Sr. director da Casa da Moeda:

1.^o Que faça escripturar em conta especial, e contemplar do mesmo modo nos balanços mensaes da repartição a seu cargo, as importancias em moeda, que forem produzidas pela prata comprada pelo Governo.

2.^o Que, em virtude de ordens do Thesouro, suppra directamente a Caixa da Amortização e as thesourarias de Fazenda com as quantias que se forem tornando necessarias para a respectiva substituição, fazendo acompanhar os caixotes, em que estas moedas sejam remettidas, de uma guia com as declarações precisas e principalmente a do exercicio em que a remessa for escripturada, e enviando à Directoria Geral da Contabilidade outra guia com identicas declarações, afim de que se proceda à escripturação de « movimento de fundos ».

3.^o Que, enquanto não for ordenado o contrario, a prata adquirida pelo Governo seja cunhada em moedas de 500 réis. — *Ruy Barbosa.*



N. 47 — EM 26 DE MARÇO DE 1890

Dá instruções para o pagamento do pessoal da Alfandega do Rio de Janeiro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 26 de março de 1890.

Attendendo ao que me representastes em officio de 25 deste mez, resolvi que o pagamento do pessoal da Alfandega do Rio de Janeiro seja feito, de ora em diante, de conformidade com as instruções juntas. — *Ruy Barbosa*. — Sr. Director Geral da Contabilidade.

Instruções a que se refere o aviso supra

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 26 de março de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, no intuito de tornar mais rapido o pagamento do pessoal da Alfandega do Rio de Janeiro, ordena :

Art. 1.º O pagamento será realisado pelo thesoureiro da mesma Alfandega, mediante folhas e ferias organisadas pela segunda secção.

Art. 2.º As folhas e ferias serão preparadas á vista dos pontos, por um escriptuario e revistas por outro; ambos ficarão, porém, responsaveis á Fazenda Publica pelas quantias que de mais forem autorisadas.

Art. 3.º As folhas e ferias se conservarão na Thesouraria até fins de março do trimestre adicional de cada exercicio. No ultimo dia util desse mez serão reconseadas e recolhidas ao Thesouro juntamente com os documentos de despeza de depositos e restituções, que até agora acompanhavam os balanços mensaes.

Art. 4.º Das importancias não pagas durante o exercicio far-se-ha uma relação, que será remettida á Directoria Geral de Contabilidade do Thesouro. Essas importancias serão desde então requeridas ao Ministerio da Fazenda e satisfeitas depois de convenientemente liquidadas, nos termos do decreto n. 10.145 de 5 de janeiro do anno passado.

Art. 5.º Os vencimentos e diarias diversas a empregados e operarios que fallecerem no correr do exercicio, serão pagos aos herdeiros que se mostrarem, á satisfação do inspector, aptos para recebê-los.

Art. 6.º Os pagamentos serão classificados conforme as consignações, nos balanços mensaes da Alfandega, e esses documentos deverão ser enviados á Directoria Geral da Contabilidade no prazo determinado no art. 4.º do citado decreto de 5 de janeiro.

Art. 7.º Logo que os balanços mensaes chegarem ao Thesouro, a Primeira Contadoria da sobredita Directoria notará na escripturação de credits as sommas que tiverem sido satisfeitas.

Art. 8.º O thesoureiro será responsavel pelas quantias que por elle e por seus fleis forem pagas além das autorizadas nas folhas, ferias e documentos despachados pelo inspector. — *Ruy Barbosa.*

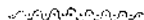


N. 48 — EM 29 DE MARÇO DE 1890

Autorisa a redução do prazo marcado para o consumo dos generos alimenticios e outros.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 29 de março de 1890.

Autoriso-vos, segundo vossa proposta de hoje datada, a reduzir a um mez o prazo de tres marcado no n. 3 do art. 280 da Consolidação das Leis das Alfandegas para o consumo dos generos alimenticios e mercadorias de facil deterioração. — *Ruy Barbosa.*
— Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.



N. 49 — EM 7 DE ABRIL DE 1890

Indefere um recurso sobre classificação de caixas de madeira.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 7 de abril de 1890.

Communico ao Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro que o Tribunal do Thesouro Nacional resolveu indeferir o recurso, transmittido com o officio n. 125, de 15 de fevereiro proximo passado, interposto pelos negociantes Ribeiro, Faria & Comp., da decisão que mandou classificar no art. 1069 da tarifa, como caixas de madeira completas, a mercadoria submetida a despacho pelas notas ns. 10.124 e 10.125, como contendo caixas de madeira desarmadas; visto estar a decisão recorrida de conformidade com a ordem n. 136, de 9 de agosto do anno passado. — *Ruy Barbosa.*



N. 50 — EM 12 DE ABRIL DE 1890

Recommenda o maximo criterio e equidade na applicação das multas estabelecidas na parte penal do Regulamento das Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 12 de abril de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional:

Considerando que as multas estabelecidas na parte penal do regulamento das Alfandegas representam apenas meios de que a Fazenda Publica lança mão para defesa das rendas do Estado e para regularidade do expediente do processo dos despachos;

Considerando que taes penas foram estatuidas em epocha em que mais difficil era a fiscalisação e mais atrazadas as noções em que se baseam as relações entre o fisco e os interesses commerciaes, o que justificava o rigor na applicação das referidas medidas regulamentares; mas que actualmente, com o progresso moral da sociedade e com o aperfeicoamento dos meios de fiscalisação, essas disposições, consideradas em absolute e applicadas rigorosamente segundo a letra do regulamento, tornam-se incompativeis com os principios liberaes que devem regular na Republica as relações entre o Estado e os interesses commerciaes;

Considerando que, na applicação da tarifa e no processo da conferencia e classificacão das mercadorias submettidas a despacho, o fisco tem os seus prejuizos com as habilitações profissionais e com idoneidade moral para zelar os interesses da Fazenda, procedendo com as cautelas necessarias:

E que, consequentemente, considerada a questão em absolute, a arrecadação dos direitos deve assentar sobre o que realmente for verificado na conferencia das mercadorias, quer quanto á qualidade, quer quanto á quantidade; sendo a nota para despacho apresentada pelo commerciante, apenas um elemento de informação para o processo;

E por outro lado, considerando que o regulamento, mandando cobrar a multa em beneficio do empregado, apenas da a este uma remuneração eventual e extraordinaria, a qual deve ser auferida somente em determinados casos, em que seja completamente excluida a hypothese de interesse pessoal;

Considerando que, sendo a multa uma pena, não deve ser imposta sinão em casos excepcionaes de intenção delictuosa, ou quando se tornar necessaria para defesa do fisco ou regularidade do expediente, pois, além do onus material, pode acarretar em alguns casos descrédito para o negociante;

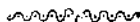
Recommenda aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda, para que o façam constar aos das Alfandegas, que, na applicação das multas, devem proceder com o maximo criterio e equidade, evitando em todos os casos que taes penas possam parecer injustas ou ser attribuidas ao interesse dos funcionarios; relevando o pagamento dellas sempre que tal decisão não for contraria aos interesses fiscaes e ao bom andamento do serviço. — Ruy Barbosa.

N. 51 — EM 15 DE ABRIL DE 1890

Approva o acto de uma Thesouraria negando a um empregado della o abono da respectiva gratificação durante o tempo em que esteve processado por crime de responsabilidade.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 15 de abril de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda de Sergipe, em resposta ao seu officio de 18 de dezembro ultimo, que fica approvado o seu acto negando ao 1º escriptuario da mesma Thesouraria, Melanio Abronio da Silveira, o abono da respectiva gratificação durante o tempo em que esteve processado por crime de responsabilidade; visto que, pela Legislação de Fazenda, a gratificação é devida unicamente *pro labore* e não pôde, portanto, ser abonada ao empregado que não estiver no exercicio do cargo, quaesquer que sejam os motivos que justifiquem suas faltas. — *Ruy Barbosa.*



N. 52 — EM 17 DE ABRIL DE 1890

Indica o sello a que estão sujeitas as licenças para a transferencia de terrenos de marinha.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 17 de abril de 1890.

Declaro-vos, em resposta ao vosso telegramma de 11 do corrente, que os direitos da licença para transferencia de terrenos de marinha, são de quatro mil réis, designados no n. 11 do § 6º da tabella B do regulamento do sello, de 19 de maio de 1883, sob a rubrica — licenças não especificadas concedidas pelos Presidentes de Provincias, hoje Governadores de Estados —, e, porque esses direitos constituem renda da Republica, como tal devem ser arrecadados. — *Ruy Barbosa.* — Sr. Governador do Estado do Espirito Santo.

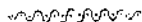


N. 53 — EM 19 DE ABRIL DE 1890

Approva a criação de uma Collectoria de rendas geraes no municipio da Palmeira, Estado de Minas Geraes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 19 de abril de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria da Fazenda de Minas Geraes, em resposta ao seu officio n. 50 de 27 de mez proximo passado, que fica approvada a deliberação, tomada em Junta, de estabelecer uma Collectoria de rendas geraes no municipio de Palmeira, creado por lei provincial de 27 de julho de 1889 e installado em 15 de fevereiro ultimo; assim como a lotição provisoria do rendimento annual, as quotas para a prestação das fianças, as percentagens arbitradas aos empregados, e finalmente as nomeações de Joaquim Corrêa da Fonseca para o logar de collector e Carlos Augusto Tiberio dos Reis para o de escrivão. — *Ruy Barbosa.*



N. 54 — EM 26 DE ABRIL DE 1890

Dá provimento a um recurso sobre averbação de apolices da dívida publica.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 26 de abril de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda da Bahia que o mesmo Tribunal resolveu dar provimento ao recurso, transmittido com o seu officio n. 29, de 20 de fevereiro ultimo, interposto pelo conselheiro Francisco Maria Sodre Pereira, na qualidade de testamenteiro e inventariante dos bens do casal do commendador Manoel de Lima Rocha Pitta e Argolo, da decisão da dita Thesouraria que recusou mandar averbar em nome daquelle commendador duas apolices, que lhe foram deixadas por seu finado tio, o brigadeiro Manoel Ignacio de Lima; porquanto, sendo elle, por occasião de sua morte, o unico herdeiro do referido brigadeiro, no seu acervo estão comprehendidos todos os bens, direitos e acções que lhe pertencem, em cujo numero se acham as apolices em questão.

Declaro, outrossim, ao Sr. inspector, para que o faça constar a quem de direito, que os impostos relativos ao usufructo das irmãs de Argolo deverão ser liquidados e pagos no inventario a que se está procedendo em Itaparica, não servindo isso de pretexto para adiar-se o cumprimento do alvará, tal qual se acha concebido. — *Ruy Barbosa.*

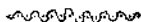


N. 55 — EM 30 DE ABRIL DE 1890

Defero um recurso sobre restituição de direitos de mais pagos em um despacho de obras de ferro fundido esmaltado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 30 de abril de 1890.

Communico ao Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro que o Tribunal do Thesouro Nacional, tomando conhecimento do recurso, transmittido com o seu officio n. 189 de 11 de março ultimo, interposto por J. M. Cruz Ferreira & Comp., da decisão que lhes negou restituição da differença de direitos pagos por obras de ferro fundido esmaltado, contidas em uma caixa submettida a despacho com a declaração de obras não classificadas de zinco, resolveu deferir-o para o fim de lhes ser restituída aquella differença, em vista da circular n. 23 de 12 do corrente mez. — *Ruy Barbosa.*



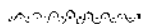
N. 56 — EM 2 DE MAIO DE 1890

Não estão sujeitos a selto os livros destinados ao lançamento de receitas nas pharmacias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 2 de maio de 1890.

Sr. Ministro — Declaro-vos, em resposta ao vosso aviso n. 1065 de 27 de fevereiro ultimo, que a proposta feita pelo Inspector de hygiene do Estado da Bahia — de serem sujeitos ao selto os livros que nas pharmacias se destinam ao lançamento das receitas avidas, não encontra apoio nem no regulamento de 19 de maio de 1883, nem no Código Commercial.

Si o intuito do referido inspector é estabelecer uma propina em favor dos delegados de hygienæ que gratuitamente servem o cargo, ao Ministerio do Interior compete resolver si taes livros devem para isso ser sujeitos a algum emolumento representado por taxa fixa, em favor do mesmo delegado. — *Ruy Barbosa*. — Sr. Ministro do Interior.



N. 57 — EM 6 DE MAIO DE 1890

A disposição do art. 19 da lei n. 3313 de 16 de outubro de 1886 não é applicavel aos empregados extinctos mandados servir como addidos em outras repartições da Fazenda, por conveniencia do serviço publico.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, 6 de maio de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda que aos empregados extinctos mandados servir como addidos em outras Repartições deste Ministerio, por conveniencia do serviço publico não é applicavel a disposição do art. 19 da lei n. 3313 de 16 de outubro de 1886, em virtude da qual os empregados addidos tem direito somente ao respectivo ordenado, e não as vantagens do exercicio. — *Ruy Barbosa*.

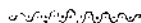


N. 58 — EM 7 DE MAIO DE 1890

Manda suspender o abono dos vencimentos aos empregados que se ausentarem sem licença do Ministerio da Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 7 de maio de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda que suspendam o abono de todos os vencimentos aos empregados das mesmas Thesourarias e das repartições quo lhes são subordinadas, quando se ausentarem, sem licença deste Ministerio, dos Estados onde se acharem situadas as repartições em que servirem. — *Ruy Barbosa*.



N. 59 — EM 10 DE MAIO DE 1890

Indefere um recurso sobre apprehensão de mercadorias occultas nos fundos falsos de duas malas que faziam parte da bagagem de uma passageira.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 10 de maio de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco que o mesmo Tribunal, tomando conhecimento como — de revista —, resolveu indeferir o recurso que acompanhou o seu officio n. 17 de 11 do fevereiro ultimo, interposto por Julie Leslie Koblet, passageira do vapor *John Elder*, entrado na porto da Capital desse Estado em 20 de novembro de 1889, da decisão dessa Thesouraria, julgando boa a apprehensão, feita na Alfandega, de diversas mercadorias occultas em fundos falsos de duas malas que faziam parte da bagagem da mesma passageira; não só por estar a decisão recorrida dentro da alçada da Thesouraria, como tambem por não minorarem a culpabilidade da recorrente as duas irregularidades a que esta se soccorre, havidas no processo da apprehensão.— *Ruy Barbosa*.



N. 60 — EM 14 DE MAIO DE 1890

Dá instrucções para o serviço do deposito de mercadorias em entrepostos publicos e trapiches alfandegados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 14 de maio de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista harmonisar em todas as Alfandegas o serviço do deposito de mercadorias em entrepostos publicos e trapiches alfandegados, ordena aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda que façam executar nas ditas Alfandegas as instrucções que a esta acompanham, organisadas para o mesmo serviço na do Rio de Janeiro.—*Ruy Barbosa*.

Instrucções a que se refere a circular de 14 de maio de 1890

1ª

O dono ou consignatario de mercadorias destinadas a deposito deverá apresentar, junto ao requerimento em que pedir licença

para depositar-as, uma nota organizada de accordo com o modelo A., onde se achem descriptas, sem emendas nem rasuras, na columna da entrada, com todas as declarações exigidas pelo regulamento, as mercadorias que pretender depositar.

2ª

Esta nota deverá ser acompanhada de uma relação das mesmas mercadorias, em papel avulso, na qual estejam também discriminadas as marcas, numeros, especie e quantidade dos volumes, bem como a natureza das mercadorias que elles contiverem, o nome do navio que as transportou e a data da entrada.

3ª

O mencionado requerimento e a nota e relação annexos serão levados ao empregado do manifesto, para verificar a concordancia das declarações de taes documentos com o que se achar manifestado.

4ª

Concedido pelo inspector o deposito, será aquella nota datada e assignada pelo dono ou consignatario da mercadoria, entregue na 1ª secção ao empregado encarregado desse serviço, o qual lançará no lugar competente o numero que lhe tocar, segundo a data do despacho da Inspectoria, na escala dos depositos para o trapiche a que ella se referir, e, depois de rubricada pelo chefe da secção, servirá de termo de deposito.

5ª

O mesmo empregado notará o numero deste termo na relação annexa, a qual será também rubricada pelo chefe da secção, e remittida em seguida para o lugar do deposito, em substituição da guia de que trata o art. 237 do regulamento de 19 de setembro de 1860.

6ª

Os termos assim formulados substituirão, para todos os effeitos legais, os livros especiaes a que se refere o art. 238 do mesmo regulamento, para o que ficarão sob a guarda da 1ª secção, e serão encadernados por exercicios ou semestres, numerados e rubricados separadamente para cada trapiche.

7ª

O dono ou consignatario de mercadorias depositadas, que pretender despachal-as para consumo, apresentará as notas

devidamente organisadas no armazem de deposito para averbar a descarga e entrada das mercadorias, levando depois as mesmas notas á 1.^a secção, para terem a entrada no respectivo manifesto.

8.^a

Pago o despacho, e após a averbação de sahida no manifesto, será apresentado ao empregado a cujo cargo estiverem aquelles termos, juntamente com um bilhete organizado de conformidade com o modelo **12**, e no qual a parte deverá mencionar as declarações do despacho requeridas pelos dizeres do mesmo modelo.

9.^a

O empregado encarregado dos termos de deposito, depois de conferir o bilhete com o despacho, e de preencher as declarações relativas ao termo de entrada a que o mesmo bilhete se refere, averbará, no dito termo e na columna competente, a sahida da mercadoria depositada.

10.^a

Este bilhete, que deverá ser assignado pelo referido empregado e rubricado pelo chefe da secção, servirá de bilhete de sahida, e substituirá a ordem mencionada no art. 250 do regulamento das Alfandegas.

MODELO A

ALFANDEGA D.....

Trapiche.....

Termo n.....

Deposita..... os volumes abaixo declarados, vindos de..... pelo.....

..... entrada em..... de..... de 189... Conferente o Sr.....

Marca	Numero	Quantidade	Quantidade	Conteúdo	Data da saída	Marca	Numero	Quantidade	Quantidade	Conteúdo	Numero do despacho	Observações

Rio de Janeiro,.... de..... de 189...

O depositante,.....

MODELO B

..... de de 189...

Trapiche.....

*Podem ter sahida, depois de conferidos, os seguintes volumes, vindos de..... do
 entrada em... de..... de 189..., conforme o termo n..... despachado pela nota n..... paga em.....
 de..... de 189...*

Conferente o Sr.....

Marcas	Numeros de volumes	quantidade dos volumes	Especie dos volumes	Mercadorias

Conferidos em...de.....de 189...

O despachante,

.....

O conferente,

.....

O escripturario,

.....

N. 61 — EM 20 DE MAIO DE 1890

Os empregados das Repartições do Ministerio da Fazenda só podem servir como addidos a outras Repartições, em virtude do orden do mesmo Ministerio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 20 de maio de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda que os empregados das Repartições deste Ministerio só podem servir como addidos a outras Repartições, em virtude do orden expressa do mesmo Ministerio e sem direito à gratificação dos seus empregos, nos termos do art. 19 da lei n. 3313 de 16 de outubro de 1886.— *Ruy Barbosa.*

~~~~~

## N. 62 — EM 20 DE MAIO DE 1890

Declara competir ao Ministerio da Fazenda a concessão de licença para transporencia de terrenos à margem da Lagoa Rodrigo de Freitas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 20 de maio de 1890.

Não sendo de marinha os terrenos que marginam a Lagoa Rodrigo de Freitas, conforme foi por este Ministerio declarado à extincta Illma. Camara Municipal, em portaria n. 109, de 29 de maio de 1884, não podem ser considerados accrescidos os terrenos cujo aferamento pede licença para traspassar Antonio José Lopes Zenha, na petição documentada que acompanhou o vosso officio n. 230, de 11 de março ultimo e que inclusa vos devolvo. A essa Intendencia, pois, não compete dar a licença requerida, mas sim a este Ministerio, ao qual se deverá dirigir o requerente; cumprindo deis as necessarias providencias afim de rescindir-se a concessão que por ventura tenha havido, certo de que os *laudemios* que foram indevidamente cobrados pertencem à renda do Estado.— *Ruy Barbosa.*— Ao Sr. Presidente do Conselho de Intendencia Municipal da Capital Federal.

~~~~~

N. 63 — EM 21 DE MAIO DE 1890

Recommenda o exacto cumprimento da circular do Ministerio da Agricultura, de 2 desta mez, sobre expedição de telegrammas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 21 de maio de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com o que requisita o Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em aviso de 2 do corrente, recommenda aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda, em additamento ao que lhes foi determinado por este Ministerio em 20 de fevereiro ultimo, o exacto cumprimento, tanto por sua parte, como pelas Repartições que lhes forem subordinadas, das medidas sobre telegrammas, adoptadas pelo referido Ministerio, na circular que abaixo vae transcripta. — *Ruy Barbosa.*

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas — 3ª Secção — N. 46 — Circular — Rio de Janeiro, 2 de maio de 1890.

Recommendo-vos a expedição das mais terminantes ordens ás differentes Repartições e aos diversos funcionarios desse Estado, no sentido de fazer inteiramente cessar o abuso, que, em grande escala, tem sido de ha longos annos praticado na expedição de telegrammas classificados como — de serviço publico — quando aliaes não se referem a assumptos urgentes nem de exclusivo interesse official. A expedição de telegrammas concernentes ao serviço publico deverá ser de ora em diante restringida aos unicos casos que reclamem a maxima brevidade na solução de negocios importantes e de interesse só inherente á administração do Estado; correndo por conta do expedidor o pagamento, que se tornará effectivo, daquelles telegrammas que forem considerados de natureza particular, embora expedidos sob a denominação de — serviço publico. Recommendo-vos, finalmente, que providencieis para que, a começar desta data, se faça a declaração do Ministerio a que pertencer cada um dos telegrammas que forem expedidos com a denominação acima indicada, afim de que se possa em tempo proprio organizar as respectivas contas e promover as competentes indemnisações.

Sande e fraternidade. — *Francisco Glicerio* — Sr. Governador do Estado de.....



N. 64 — EM 23 DE MAIO DE 1890

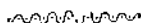
Substitue a tabella mandada vigorar pela ordem de 1 de março de 1861, para o abono da ajuda de custo de primeiro estabelecimento.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 23 de maio de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, attendendo ao augmento de vencimentos que teem tido os empregados do Ministerio da Fazenda, depois da publicação da tabella da ajuda de custo de primeiro estabelecimento, mandada vigorar pela ordem de 1 de março de 1861, resolve substituir a mesma tabella pela seguinte :

Quando o vencimento for até 1:000\$..	150\$000
De mais de 1:000\$ até 2:000\$.....	200\$000
De mais de 2:000\$ até 3:000\$.....	300\$000
De mais de 3:000\$ até 4:000\$.....	400\$000
De mais de 4:000\$ até 5:000\$.....	500\$000
De mais de 5:000\$ até 6:000\$.....	600\$000
De mais de 6:000\$ até 7:000\$.....	800\$000
De mais de 7:000\$ até 8:000\$.....	1:000\$000
De mais de 8:000\$.....	1:200\$000

Ruy Barbosa.



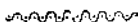
N. 65 — EM 24 DE MAIO DE 1890

Determina que sejam remettidos regularmente ao Ministerio da Agricultura os mappas mensaes dos productos exportados pelos Estados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 24 de maio de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em consideração o pedido constante do aviso do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, n. 34, de 17 do corrente mez, ordena aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda que remettam regularmente à Secretaria do mesmo Ministerio mappas mensaes dos productos exportados, tanto para os portos da Republica, como para paizes estrangeiros.

— *Ruy Barbosa.*



N. 66 — EM 24 DE MAIO DE 1890

Approva a criação de duas Collectorias de rendas geraes nas villas Deodoro e Glicerio, Estado do Paraná.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 24 de maio de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda do Paraná que fica approvado o acto, do que dá conta em officio de n. 52, de 18 de abril proximo passado, creando, em sessão de Junta, duas Collectorias de rendas geraes nas villas Deodoro e Glicerio, desse Estado, lotando provisoriamente o rendimento annual de cada uma em 3:000\$ e arbitrando em 30 % da renda a porcentagem devida aos respectivos collectores e escrivães, de cujas nomeações, outrossim, se declara inteirado; cumprindo que o Sr. inspector remetta ao Thesouro os demais esclarecimentos exigidos na Circular n. 217, de 16 de junho de 1873. — *Ruy Barbosa*.



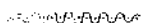
N. 67 — EM 26 DE MAIO DE 1890

Dá provimento a um recurso sobre restituição de direitos de consumo e armazenagem deduzidos do producto da arrematação de 90 caixas com cerveja, remetidas de um para outro porto nacional, com carta de guia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 26 de maio de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda de S. Pedro do Rio Grande do Sul que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso, anexo ao seu officio de 10 de outubro ultimo, interposto por Yung & Dreher da decisão dessa Thesouraria, confirmando a da Alfandega de Porto Alegre que negou-lhes restituição da quantia de 2:057\$730, proveniente de direitos de consumo e armazenagem deduzidos do producto da arrematação de 90 caixas com cerveja, marca X dentro de um quadrado e L por fora, remetidas do Rio de Janeiro com carta de guia no brigue nacional *S. Manoel*, alli entrado em 7 de outubro de 1887, e submettidas a despacho como contendo—agua mineral,—resolveu dar-lhe provimento, para o fim de restituir-se aos recorrentes,

não só a parte da importancia reclamada que referir-se aos direitos de consumo, cobrados contra o disposto no art. 456, § 20, e art. 556 da Consolidação das Leis das Alfandegas, como tambem a da armazenagem relativa ao periodo decorrido da data da licitação, que foi suspensa por ordem da Presidencia da extincta provincia, em deante. — *Ray Barbosa*.



N. 68 — EM 23 DE MAIO DE 1890

Está isenta de impostos a compra de predios destinados á Intendencia Municipal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 26 de maio de 1890.

Teudo a Intendencia Municipal da villa de S. Felix, nesse Estado, pedido, em officio n. 28, de 31 de março ultimo, dispensa do pagamento dos impostos geraes, pela compra de um predio que destina para nelle funcionar a mesma Intendencia, cabe-me declarar-vos, para que o fagies constar-lhe, que os actos dessa natureza estão isentos de qualquer imposição, pelo n. 1.º do art. 23 do regulamento de 31 de março de 1874. — *Ray Barbosa*. — Ao Sr. Governador do Estado da Bahia.



N. 69 — EM 27 DE MAIO DE 1890

As fincas dos responsaveis da Fazenda Nacional não podem ser prestadas por meio de carta.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 27 de maio de 1890.

Sr. Ministro — Declaro-vos, em resposta ao aviso n. 2247 de 9 do corrente mez, que o porteiro nomeado para o laboratorio do Estado, Manoel Moreira Gotchaud, só pôde ser admittido a prestar a fiança de que trata o art. 7.º do decreto n. 10.231, de 13 de abril de 1889, garantindo a Fazenda com apolices, bens de raiz, dinheiro, etc., e não por meio de carta, conforme solicitou, segundo consta do citado aviso. — *Ray Barbosa*. — Sr. Ministro dos Negocios do Interior.



N. 70 — EM 27 DE MAIO DE 1890

Approva o plano para execução do decreto de 1 de fevereiro deste anno, e as medidas para a execução do seu fim.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 27 de maio de 1890.

Communico ao Sr. delegado fiscal do Ministerio da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul, em confirmação do meu telegramma desta data, que resolvi approvar, não só o plano adoptado pelo Dr. Cavalcanti para execução do decreto de 1 de fevereiro do corrente anno, como também as medidas para execução do seu fim, maximé quanto á zona fiscal, as quaes não convem alterar, mas sustentar com toda a energia.

Outrosim, recommendo-lhe que, para os logares de administrador das Mesas de rendas da fronteira, Jaguarão, Quarahim, S. Borja e Itaqui, sejam sempre nomeados empregados de Fazenda, em commissão.—*Ruy Barbosa.*



N. 71 — EM 27 DE MAIO DE 1890

Approva a criação de uma Collectoria de rendas geraes no municipio de Cambuhy, Estado de Minas Geraes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda— Rio de Janeiro, 27 de maio de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda do Estado de Minas Geraes que fica approvada a deliberação tomada por essa Thesouraria, em sessão da Junta de 26 de abril, de crear uma Collectoria de rendas geraes no municipio de Cambuhy, conforme communicou em officio n. 61, de 30 do citado mez; devendo o mesmo Sr. inspector dar inteiro cumprimento á circular n. 217 de 16 de junho de 1873.—*Ruy Barbosa.*



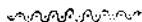
N. 72 — EM 31 DE MAIO DE 1890

Declara não poder ser concedida isenção de direitos para as imagens, gradis de ferro e de madeira, lustres e outros objectos importados para uma cathedral.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 31 de maio de 1890.

Sr. Ministro — Communico-vos, em resposta ao vosso aviso n. 2387, de 20 deste mez, que concedi isenção de direitos aos volumes contendo ornamentos para a Cathedral deste Bispado, chegados da Europa no dia 6, tambem deste mez, no vapor *Olimda*; sendo, porém, necessario que o interessado apresente na Directoria Geral das Rendas Publicas a relação dos objectos contidos nos mesmos volumes.

Quanto ao pedido do conego Eduardo Christão de Carvalho Rodrigues, de se conceder o mesmo favor ás imagens, gradis de ferro e de madeira, lustres e lampadas e outros objectos, não pôde ser attendido, em face do decreto de 7 de janeiro do corrente anno, que separou a Igreja do Estado. — *Ruy Barbosa*. — Sr. Ministro dos Negocios do Interior.



N. 73 — EM 4 DE JUNHO DE 1890

Compete exclusivamente á Imprensa Nacional a impressão dos reletorios e outros trabalhos com caracter official.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 4 de junho de 1890.

Sr. Ministro — Constando do officio do administrador da Imprensa Nacional, n. 277 de 25 do mez passado, ter o director da Estrada do Ferro Central do Brazil expedido ordens, que importam a retirada braseca das oncommuendas de impressão para o serviço da mesma estrada, trabalhos que dão anualmente ao Estado uma renda superior a 100:000\$, e havendo o primeiro dos ditos estabelecimentos, para poder cumprir o contracto que com a mesma estrada celebrou, em virtude do aviso de 28 de janeiro de 1886, adquirido material especial para alguns trabalhos, o qual virá assim a ficar desaproveitado; rogo-vos providencias para que, revogadas aquellas ordens, seja mantido o referido contracto, que é a consagração do disposto no art. 19 da lei n. 2049 de 31 de outubro de 1879, em virtude da qual:

«Fica pertencendo exclusivamente á Typographia Nacional, além da impressão das leis e do *Diario Official*, os relatorios e outros quaesquer trabalhos que tenham caracter official.»—*Ruy Barbosa*.— Sr. Ministro dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.



N. 74 — EM 5 DE JUNHO DE 1890

Recommenda que se expçam telegrammas para o Estado Oriental, unicamente quando assim o exigir a grande urgencia do serviço.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 5 de junho de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o aviso do Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, n. 43 B de 2 de maio proximo findo, e cópias a elle annexas, declara aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda que, sendo considerados como telegrammas officiaes gratuitos, nas linhas da Republica Oriental, sómente os que forem trocados entre o Governo Brasileiro e o seu Ministro na dita Republica, e estando os que forem expedidos por qualquer outra autoridade em exercicio sujeitos á taxa devida, cujo pagamento correrá por conta do Ministerio a que estiver subordinada, cumpre que telegraphem para aquelle Estado unicamente quando assim o exigir a grande urgencia do serviço.— *Ruy Barbosa*.



N. 75 — EM 5 DE JUNHO DE 1890

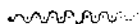
Indefere um recurso sobre lançamento para a cobrança do imposto de industrias e profissões.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 5 de junho de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda de Minas Geraes que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso interposto por David Moretzshon Filho, do despacho dessa

Thesouraria que confirmou o acto pelo qual o collecter da Capital do dito Estado incluiu o recorrente no lançamento do imposto de indústrias e profissões, do exercício de 1888, para pagar a importância de 100\$, como gerente da agencia do Banco Territorial e Mercantil de Minas.

E, porque conste daquella petição não ter sido feita a cobrança do mencionado imposto, a que estão sujeitos os directores e gerentes de identicos estabelecimentos existentes nesta Capital, determina-lho que informe a tal respeito, mandando na forma do art. 28 do regulamento annexo ao decreto n. 9870, de 22 de fevereiro de 1888, proceder á dita cobrança, a partir do exercício de 1889, ainda que não se tenha realisado em tempo o respectivo lançamento.— *Ruy Barbosa.*



N. 76 — EM 5 DE JUNHO DE 1890

Deferencia a reclamação de um Banco sobre cobrança de sellos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 5 de junho de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente a petição em que o Banco Mercantil e Industrial do Paraná, por seu presidente, reclama contra o acto do collecter das rendas geraes do municipio de Curitiba, exigindo o pagamento do sello de que trata o art. 40 do regulamento de 19 de maio de 1883, pelas nomeações dos empregados do mesmo banco, e o do sello fixo a que julgara estar sujeito este, declara ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda do Paraná, para os devidos effeitos, o em deferimento á dita petição:

1º, que não tem sido pratica cobrar-se o sello da tabella A, § 5º, n. 10, do referido regulamento, das nomeações dos empregados das sociedades anonymas, porque esta disposição supõe a existencia de titulo, que taes sociedades não costumam expedir;

2º, que, por não dependerem de authorisação do Governo para funcionarem, os bancos que não são de credito real nem de emissão, como o de que se trata, não estão sujeitos ao sello fixo da tabella B, § 5º, n. 30, do citado regulamento, só applicavel ás cartas de authorisação e de approvação de estatutos ali especificadas.

Outrosim, recommenda ao Sr. inspector que faça constar áquelle collecter que não foi regular o seu procedimento substituindo as fórmulas estabelecidas nos regulamentos, pela correspondencia official estabelecida entre elle e o presidente do banco, a proposito do pagamento dos mencionados sellos. — *Ruy Barbosa.*



N. 77 — EM 7 DE JUNHO DE 1890

Approva o acto de uma Thesouraria de Fazenda mandando eliminar do lançamento do imposto de industrias e profissões os fazendeiros que fornecem aos seus colonos comestiveis e mais generos indispensaveis ao uso domestico.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 7 de junho de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda de S. Paulo que fica approvada a deliberação que tomou, e de que deu conta em officio n. 57 de 24 de abril proximo findo, mandando eliminar do lançamento do imposto de industrias e profissões os fazendeiros que fornecem aos seus colonos comestiveis e mais generos indispensaveis ao uso domestico; visto estar o seu procedimento de accordo com o despacho deste Ministerio, de 26 de janeiro de 1889, proferido sobre consulta do collecter das rendas geraes do municipio de S. João do Principe, Estado do Rio de Janeiro. — *Ruy Barbosa.*

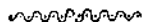


N. 78 — EM 9 DE JUNHO DE 1890

Dá provimento a um recurso sobre restituição do sello de mais cobrado pela recondução de um juiz municipal e de orphãos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 9 de junho de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda do Estado de S. Pedro do Rio Grande do Sul que o mesmo Tribunal resolveu dar provimento ao recurso, informado por seu officio n. 92, de 18 de julho de 1887, interposto da decisão da dita Thesouraria que indeferiu o requerimento em que o bacharel Francisco José Meira Sobrinho pedia a restituição da importancia de cento e vinte e dous mil réis (122\$), que de mais lhe foi por ella cobrada de sello da sua recondução de juiz municipal e de orphãos do termo de S. João, do Estado da Parahyba, para o da Eneruzilhada, do de S. Pedro; visto que tal recondução só estava sujeita á taxa de 2\$, na fórma do § 8º, n. 8, da tabella B, do regulamento de 19 de maio de 1883. — *Ruy Barbosa.*



N. 79 — EM 9 DE JUNHO DE 1890

No caso de fallecimento da esposa de algum exactor afluçado com bens proprios, deve a respectiva fiança ser prestada integralmente, e não apenas reforçada.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 9 de junho de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao officio n. 43, de 29 de março ultimo, em que o Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda do Paraná communica que, attento o fallecimento da esposa do collecter das rendas geracs da cidade de Curityba, Francisco Pereira Alves, afluçado com bens proprios, marcara a este o prazo de trinta dias para reforçar sua fiança, e designara para, durante esse tempo, servir de collecter o primeiro escripturario da mesma Thesouraria Mauricio Maurilio Moreira de Magalhães Sampaio, — declara ao Sr. inspector que a fiança deve ser prestada integralmente e não apenas reforçada, salvo si já houve inventario e foram discriminados os bens da meiação, caso em que tem o formal de partilhas de ser presente ao Contencioso administrativo; e pelo que respeita á substituição, recommenda ao Sr. inspector a observancia da ordem n. 97, de 20 de março de 1858, da qual se vê que o substituto nato do collecter, nos casos como o de que se trata, é o respectivo escriptão, que para tal fim tambem presta fiança. — *Ruy Barbosa.*



N. 80 — EM 9 DE JUNHO DE 1890

Dá provimento a um recurso relativo á restituição de imposto lançado sobre carroças empregadas no serviço de entregar pão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 9 de junho de 1890.

Communico ao Sr. administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro que o Tribunal do Thesouro Nacional resolveu dar provimento ao recurso, transmittido com o seu officio n. 127 de 26 de dezembro do anno passado, interposto por Bernardo & Pinto, da decisão da mesma Recebedoria, que lhes negou restituição da quantia de 297\$, paga no 1º semestre do exercicio de 1885-86 e no exercicio de 1886-87, de imposto municipal lançado sobre seis carroças empregadas no serviço de entregar o pão fabricado em sua padaria, á rua D. Anna Nery n. 76. — *Ruy Barbosa.*



N. 81 — EM 9 DE JUNHO DE 1890

Da provimento a um recurso sobre classificação de mercadoria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 9 de junho de 1890.

Communico ao Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro que o Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o recurso transmittido com o officio n. 310, de 15 do mez proximo passado, interposto por A. G. de Mattos & Comp., da decisão que mandou despachar, como — papel pintado para forrar salas —, a mercadoria contida na caixa n. 10, marca AMCG, vinda de Liverpool no vapor inglez *Biche*, entrado em 31 de janeiro deste anno; e

Considerando que a mercadoria em questão não é das que a tarifa considera proprias e communs para forrar salas, e sim um preparado com materia bituminosa, para ser applicado ás paredes humidas ou outro mister, mas não comprehendido na tarifa:

Resolveu aceitar o recurso como de revista, e mandar que a mercadoria de que se trata seja despachada *ad valorem*. — *Ruy Barbosa*.



N. 82 — EM 10 DE JUNHO DE 1890

Declara não ser devido outro imposto além do sello proporcional cobrado sobre a importancia de uma partilha amigavel.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 10 de junho de 1890.

Declaro-vos, em solução á vossa consulta de 24 do mez proximo passado, que, havendo sido cobrado pela Collectoria de Vassouras o sello proporcional correspondente á importancia da partilha amigavel entre o commendador Luiz Caetano Alves, na qualidade de meeiro e os herdeiros necessarios da finada D. Simplificiana Cândida Alves, nenhum outro imposto era devido da transmissão do immovel a que se refere a mesma consulta, á vista do regulamento de 31 de março de 1874. — *Ruy Barbosa*. — Ao Sr. Fiscal do Governo junto ao Banco da Lavoura e do Commercio do Brazil.



N. 83 — EM 11 DE JUNHO DE 1890

Deferir uma reclamação relativa ao pagamento do imposto de 2 % sobre o vencimento de um auxiliar de escriptorio da estrada de ferro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 11 de junho de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda do S. Pedro do Rio Grande do Sul ter sido deferido, para os devidos effeitos, o requerimento que acompanhou o seu officio n. 22, de 19 de fevereiro ultimo, em que Manoel Ignacio Garcia reclamou contra o acto pelo qual a mesma Thesouraria, fundando-se na circular de 30 de outubro de 1886, decidiu estar o peticionario sujeito ao pagamento do imposto de 2 % sobre o seu vencimento como auxiliar do escriptorio central da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana; porquanto, si, como elle allega, não teve titulo de nomeação para o logar que exerce e só percebe diaria, está comprehendido na isenção prescripta pelo art. 3º, n. 2, do regulamento de 22 de novembro de 1879, que não foi derogado pela citada circular. — *Ruy Barbosa*.

~~~~~

## N. 84 — EM 12 DE JUNHO DE 1890

Nenhuma disposição torna obrigatoria a assignatura do thesoureiro nos livros das diversas receitas a cargo da Recebedoria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 12 de junho de 1890.

Declaro ao Sr. administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro, em resposta ao seu officio n. 23, de 7 de maio ultimo, que pôde remetter para o Thesouro os livros das diversas receitas a cargo da mesma Recebedoria, não obstante faltarem-lhes as assignaturas do ex-thesoureiro Joaquim de Almeida Brito, que falleceu, e do ex-chefe da 1ª secção, José Ignacio de Mesquita, que foi aposentado; visto não haver disposição alguma que torne obrigatoria semelhante formalidade, a não ser para o livro de receita o despeza geral. — *Ruy Barbosa*.

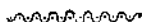
~~~~~

N. 85 — EM 12 DE JUNHO DE 1890

Indefere o recurso de uma sociedade de instrucção popular sobre annullação de divida de penna de agua.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 12 de junho de 1890.

Communico ao Sr. administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro que, tendo sido presente ao Tribunal do Thesouro Nacional o recurso, transmittido com o seu officio n. 62, de 9 de abril proximo passado, interposto pela Sociedade Propagadora da Instrucção ás Classes Operarias da Freguezia da Lagóa, da decisão da dita Recebedoria que lhe negou annullação da divida de penna de agua e multa relativa ao 1º semestre do exercicio de 1886 a 1887, o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso, não só por entender que bem decidiu a Recebedoria não julgando a recorrente comprehendida na disposição do art. 12, do decreto n. 8775, de 25 de novembro de 1882, como tambem porque não se trata de imposto, e sim de uma contribuição compensadora de beneficio que mais custaria á sociedade si o Governo não lh'o proporcionasse. — *Ruy Barbosa.*



N. 86 — EM 12 DE JUNHO DE 1890

Indefere um recurso sobre exoneração de pagamento do imposto de industrias e profissões.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 12 de junho de 1890.

Communico ao Sr. administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro que o Tribunal do Thesouro Nacional resolveu indeferir o recurso, transmittido com o seu officio n. 63, de 23 de junho do anno passado, interposto por Santos & Comp., da decisão do mesmo Sr. administrador, que lhes negou a exoneração do pagamento do imposto de industrias e profissões, lançado no exercicio de 1888, sobre sua casa de negocio de charutos e bilhetes de loteria, á rua Sete de Setembro n. 86, que allegaram ter fechado em o mez de janeiro do dito anno; visto não haver despacho definitivo do requerimento dirigido á Recebedoria, mas apenas um interlocutorio, exigindo que se mostrassem quites da prestação do mencionado imposto relativa ao 1º semestre daquelle exercicio, e do qual não é facultado recurso. — *Ruy Barbosa.*



N. 87 — EM 13 DE JUNHO DE 1890

Approva a decisão de uma Thesouraria de Fazenda concedendo remissão parcial do imposto de indústrias e profissões a dois agentes de leilão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 13 de junho de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, comunica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda das Alagóas, em resposta ao officio n. 6, de 17 de janeiro ultimo, que fica approvada a decisão tomada por essa Thesouraria, em sessão da Junta, de conceder aos agentes de leilão dessa praça, Francisco Jucá e Manoel Antunes, à vista do disposto no art. 36 do regulamento annexo ao decreto n. 9870, de 22 de fevereiro de 1888, remissão parcial do imposto de indústrias e profissões relativo ao exercicio de 1889; ficando cada um delles obrigado ao pagamento sómente da quantia de 3:500, metade da importancia por que foram collectados.

Pondera-lhe, porém, que tais decisões devem fundar-se em provas, que os contribuintes exhibam e que mereçam fé, do rendimento havido para suas indústrias no anno a que se referirem em suas petições, affin de que se possa avaliar a justiça das mesmas decisões; tanto mais quanto neste caso os reclamantes são agentes commerciaes e, na forma do Código respectivo, devem ter escripturação regular. — *Ruy Barbosa.*



N. 88 — EM 16 DE JUNHO DE 1890

A accitação dos saques feitos pelos chefes dos districtos telegraphicos depende de autorisação do director geral dos Telegraphos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 16 de junho de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, attendendo ao que requisitou o Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em aviso n. 43, de 2 de abril proximo findo, declara aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os fins convenientes, que a accitação dos saques feitos pelos chefes de districtos telegraphicos depende de autorisação do director geral dos Telegraphos, que será por elle transmittida telegraphicamente aos mesmos Srs. inspectores. — *Ruy Barbosa.*



N. 89 — EM 16 DE JUNHO DE 1890

A despesa com o pagamento dos empregados em serviço de outro Ministerio ou dos Estados deve correr por conta dos mesmos Ministerios ou Estados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 16 de junho de 1890.

Sr. Ministro — Constando do officio do inspector da Thesouraria de Fazenda do Rio Grande do Sul, de 23 de maio proximo passado, ter o ex-governador do mesmo Estado, Francisco da Silva Tavares, ordenado que ao escriptuario da dita Thesouraria José Bernardino dos Santos, ao serviço do Ministerio a vosso cargo, se pagasse, por conta do da Fazenda, além dos respectivos vencimentos, mais a ajuda de custo de 200\$ e uma gratificação mensal igual aos referidos vencimentos, e pender de solução vossa a representação que a tal respeito fez aquella inspector, cabe-me declarar-vos que, em vista do decreto n. 1095, de 14 de outubro de 1857 e ordem n. 424, de 15 de junho de 1878, deve a despesa com o pagamento de que se trata correr por conta do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas ou do Estado do Rio Grande do Sul. — *Ruy Barbosa*. — Sr. Ministro dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

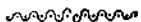


N. 90 — EM 17 DE JUNHO DE 1890

Concede isenção do imposto de transmissão de propriedade a um legado deixado para fundação de uma instituição de beneficencia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 17 de junho de 1890.

Communico ao Sr. administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro que, attendendo ao que me requereu José Gaspar da Rocha, testamenteiro e inventariante dos bens deixados por Antonio Gonçalves do Araujo, fallecido nesta Capital, resolvi conceder isenção do imposto de transmissão de propriedade, devido pelo legado de 1.500:000\$, deixado pelo mesmo finado para o fim de se fundar aqui uma instituição de beneficencia para crianças desvalidas, onde se lhes dê sustento, educação e instrução primaria e industrial, attento o fim humanitario do legado e a exemplo do que se procedeu com relação ao legado deixado pelo Barão do Rio Doce. — *Ruy Barbosa*.



N. 91 — EM 18 DE JUNHO DE 1890

Indefere o requerimento de um empregado da Alfandega do Penedo, sobre entrega de multa de direitos em dobro imposta por diferença de qualidade.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 18 de junho de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda das Alagôas, afim de o fazer constar ao da Alfandega da cidade do Penedo, para os devidos effeitos, ter sido indeferido o requerimento, annexo ao seu offleio n. 21, de 18 de março ultimo, em que o 1.º escriptuario desta ultima repartição, Hedefonso Francisco do Almeida Costa, pedia a entrega da quantia de 120\$600, metade da de 250\$200, que se reconheceu haver sido de menos recolhida aos cofres publicos por Barreiros & Freire, quando satisfizeram a multa de direitos em dobro que lhes fôra imposta por diferença da qualidade verificada nas 42 caixas por elles submittidas a despacho em 24 de outubro de 1885, como contendo phosphoros, e em 21 das quaes foram, por diligencia do dito escriptuario, encontradas mercadorias diversas; porquanto, como se evidencia da informação prestada pela mesma Alfandega a essa Thesouraria, em officio de 9 de mez proximo passado, nenhum direito lhe assiste a mencionada quantia, resultante do erro, aliás commettido pelo reclamante, no calculo dos direitos arrecadados e só descoberto um anno depois do pagamento daquelle multa pelo então inspector da dita Thesouraria, Joaquim Alonso Moreira de Almeida, quando esteve em commissão fiscalizando aquella Alfandega.— *Ruy Barbosa.*



N. 92 — EM 19 DE JUNHO DE 1890

Só devem ser fornecidas estampilhas ás estações de arrecadação, quando a importância do saldo nella existente for inferior á necessária para o consumo em um trimestre.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 19 de junho de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista cohibir os abusos que continuam a dar-se, a despeito do que dispõem as circulars deste Ministerio de 6 de março de 1879 e 26 de agosto de 1876, de fazerem as estações de arrecadação pedidos de estampilhas do sello adhesivo em quan-

tidade superior ás necessidades do serviço, do que resulta ficar a responsabilidade dos exactores inutilmente sobrecarregada, recommenda aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda que, d'ora em diante, só forneçam estampilhas ás ditas estações quando a importancia do saldo nellas existente for inferior á necessaria para o consumo em um trimestre, tomada a média de accordo com as vendas feitas nos quatro trimestres anteriores. — *Ruy Barbosa.*

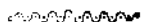


N. 93 — EM 19 DE JUNHO DE 1890

A disposição, do § 2º, n. 1, do art. 1º do decreto n. 161 de 17 de janeiro deste anno refere-se unicamente ás sociedades ou companhias anonymas bancarias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 19 de junho de 1890.

Respondendo ao vosso officio n. 16, de 1 de maio proximo passado, com o qual me enviastes a petição que vos foi dirigida pelo superintendente da Companhia *Alagoas Railway*, relativamente á interpretação do decreto n. 164, de 17 de janeiro do corrente anno, sobre sociedades anonymas, declaro-vos, para o fazêdes constar á dita companhia, que a disposição do § 2º, n. 1º, do art. 1º do citado decreto, se refere unicamente ás sociedades ou companhias anonymas bancarias, conforme já foi explicado no *Diario Official* de 6 deste mez. — *Ruy Barbosa.* — Ao Sr. Governador do Estado das Alagoas.



N. 94 — EM 20 DE JUNHO DE 1890

Indefere um requerimento pedindo restituição do imposto de transmissão de propriedade cobrado na razão de 20 % sobre um legado deixado a um Recolhimento, em apolices da dívida publica.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 20 de junho de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Es-

tado de Pernambuco que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o requerimento, transmittido pelo governador do dito Estado com officio n. 14, de 6 de fevereiro do corrente anno, no qual Maria Thoreza Cavalcanti de Albuquerque, regente do Recolhimento de Nossa Senhora da Gloria, do Recife, pedia a restituição da quantia de 840\$, proveniente do imposto de transmissão de propriedade, na razão de 20 %., e taxa adicional de 5 %., que lhe foram cobrados sobre a importancia de 4:000\$ legada ao referido Recolhimento, em apolices da divida publica.

E, constando de uma certidão passada pela mesma Thesouraria e annexa ao dito requerimento, ter-lhe sido concedida, em sessão da Junta de 29 de setembro de 1882, isenção do imposto predial para as casas que constituem o patrimonio daquelle Recolhimento, resolveu tambem mandar declarar ao Sr. inspector, para os fins convenientes, que, só no caso de ser elle de orphãos, estão os seus predios isentos deste ultimo imposto, à vista da disposição generica do art. 4º, n. 6, do regulamento n. 7051, de 18 de outubro de 1878 e das ordens n. 438 de 9 de dezembro de 1867 e n. 433 de 25 de outubro de 1877.—*Ruy Barbosa.*



N. 95 — EM 20 DE JUNHO DE 1890

Os livros adquiridos pelos escrivães dos juizes de paz, para o registro civil, estão sujeitos ao sello.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 20 do junho de 1890.

Declaro-vos que não ha providencia a tomar relativamente á representação de Antonio Evangelista Duarte, escrivão do juizo de paz de S. Luiz de Quitundo, nesse Estado, constante do officio annexo ao que me dirigistes em 22 de janeiro ultimo, sob n. 5, visto que o art. 4º do regulamento mandado observar pelo decreto n. 9886, de 7 de março de 1888, para a installação do registro civil, dispõe que os primeiros livros destinados a este fim sejam fornecidos pelo Governo, e, como se deprehende do art. 5º, dispensados do respectivo selto; sendo, porém, os que os substituirem adquiridos pelos escrivães e sujeitos ao referido imposto. — *Ruy Barbosa.* — Ao Sr. Governador do Estado das Alagoas.



N. 96 — EM 20 DE JUNHO DE 1890

Indefere o requerimento de diversos tabelliães, relativo á lotação de seus cartorios e á dispensa do imposto de 2 % sobre as mesmas lotações.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 20 de junho de 1890.

Communico ao Sr. administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro que foi indeferido o requerimento em que os tabelliães do 1º, 2º, 3º e 4º officios desta Capital pediram fossem equiparadas as lotações dos seus cartorios ás dos quatro creados em 1874, e dispensa do pagamento do imposto de 2 % sobre as mesmas lotações; quanto á primeira parte, porque as allegações dos requerentes só procederiam para concluir-se que deve ser elevada a lotação dos outros cartorios, ficando ainda a presumpção de serem superiores os rendimentos dos primeiros, pela circumstancia de maior antiguidade dos seus cartorios; e, quanto á segunda, por fazer a contribuição de 2 % parte da receita geral, e só por lei poder ser revogada. — *Ruy Barbosa.*

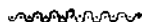


N. 97 — EM 27 DE JUNHO DE 1890

Dá provimento a um recurso sobre pagamento do imposto de industrias e profissões.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 27 de junho de 1890.

Communico ao Sr. administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro que o Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o requerimento, informado pela mesma Recebedoria em officio n. 36, de 26 de mez passado, em que Carlos Lommer reclamou contra a intimação do Juizo dos Feitos da Fazenda para o pagamento do imposto de industrias e profissões, como alugador de aposentos mobiliados, estabelecido no predio n. 70 da praça do Flamengo, no 1º e 2º semestres do exercicio de 1886-1887, resolveu dar-lhe provimento, visto estar provado que o reclamante não era alugador, mas inquilino da arrendataria daquelle predio, Maria Kohler, de quem deve ser exigido o referido imposto. — *Ruy Barbosa.*

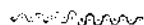


N. 98 — EM 27 DE JUNHO DE 1890

Indeferir um recurso sobre inutilisação de panhaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 27 de junho de 1890.

Communico ao Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro que o Tribunal do Thesouro Nacional resolveu indeferir o recurso, transmittido com o seu officio n. 345, de 9 deste mez, interposto pelos negociantes Quartim & Comp., da decisão da mesma Alfandega que mandou inutilisar os 60 panhaes encontrados, por occasião da conferencia, na caixa da marca O & C, n. 197, vinda de Hamburgo no vapor allemão *Rosario* e submittida a despacho pelos recorrentes com a declaração de ignorarem o conteúdo; visto estar a decisão recorrida de accordo com o disposto no art. 469 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Renditas e no § 4.º do art. 7.º das preliminares da Tarifa, e não procederem as razões apresentadas pelos mesmos recorrentes. — *Ruy Barbosa*.



N. 99 — EM 28 DE JUNHO DE 1890

A imposição da multa de que trata o art. 42 do regulamento de 31 de março de 1871 deve sempre preceder a prova da fraude suspeitada ou de que se tiver sciencia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 28 de junho de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda que, de conformidade com a resolução constante da ordem abaixo transcripta, expedida à Thesouraria de Fazenda de S. Paulo, em 18 de dezembro ultimo, sob n. 17, a imposição da multa de que trata o art. 42 do regulamento anexo ao decreto n. 5381, de 31 de março de 1871, deve sempre preceder a prova da fraude suspeitada, ou de que se tiver sciencia, promovida pelos agentes fiscaes perante a autoridade judiciaria competente, na forma do art. 37 do mesmo regulamento. — *Ruy Barbosa*.

Ordem a que se refere a circular supra

Ministerio dos Negocios da Fazenda — N. 17 — Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1889.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda de São

Paulo que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso interposto por Joaquim Teixeira das Neves, da decisão da dita Thesouraria, confirmatoria da da Collectoria de rendas geraes do municipio do Rio Claro, que, sob o fundamento de haver o recorrente sonegado, no pagamento do imposto de transmissão de propriedade, parte da fazenda denominada «Santa Maria», por elle comprada por 12:000\$ a Moreira & Rodrigues, impoz-lhe a multa de 5 % sobre a differença entre o referido preço e o de 42:300\$, por que estes adquiriram anteriormente a dita fazenda, resolveu dar provimento ao mencionado recurso, visto ser applicavel á questão de que se trata, por identidade de seus elementos, a doutrina firmada na Imperial Resolução de Consulta da Secção de Justiça do Conselho de Estado, de 4 de abril de 1888, pela qual ficou decidido que a prova da fraude tem de ser dada perante a autoridade judiciaria, competente para apreciar as circumstancias que fizeram presumir a existencia de fraude, ouvido quem della for increpado. — *Ruy Barbosa*.



N. 100 — EM 28 DE JUNHO DE 1890

Dá instrucções para o preenchimento dos logares de 1.^a e 2.^a entrancias das Repartições de Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 28 de junho de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, attendendo a que, com a reorganisação das Repartições de Fazenda cessaram os motivos que levaram o Governo a nomear excepcionalmente algumas pessoas para os diversos cargos das mesmas repartições, sem o concurso exigido por lei, determina que se observem d'ora em diante as seguintes

Instrucções

1.^a

Fica em pleno vigor a disposição do art. 1.^o do decreto n. 10.349 de 14 de setembro de 1889, não podendo recahir nomeação alguma, quer para primeira, quer para segunda entrancia, em individuo que não tenha prestado o respectivo concurso.

2.^a

No dia 1 de outubro proximo futuro será aberto, no Thesouro Nacional e em todas as Thesourarias de Fazenda, concurso para o preenchimento de logares das duas entrancias.

3ª

Neste concurso serão admittidos, não só os actuaes empregados de primeira entrancia que ainda não o tiverem prestado, como tambem todos os cidadãos que pretenderem logares de primeira entrancia nas Repartições de Fazenda.

4ª

Depois do acto ordenado pela disposição 2ª destas instrucções, os empregados de primeira entrancia que, dentro do prazo de dois annos, contados da data de sua nomeação, não tiverem prestado as provas plenas exigidas no decreto supramencionado, serão considerados demittidos, e eliminados do quadro das Repartições em que servirem.

5ª

Regularão para os concursos as disposições do referido decreto de 14 de setembro de 1889, as quaes serão estritamente observadas.

6ª

Os individuos que não pertencerem ao quadro de Fazenda poderão prestar exame somente das materias indicadas no art. 2º do mencionado decreto de 1889.

7ª

Os empregados das Alfandegas situadas fora da sede das Thesourarias terão passagem por conta do Estado, e neste caso os inspectores das Thesourarias marcarão prazo dentro do qual deverão os mesmos empregados regressar ás suas Repartições. — *Ruy Barbosa.*



N. 101 — EM 28 DE JUNHO DE 1890

Dá provimento a um recurso sobre lançamento do imposto de indústrias e profissões.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 28 de junho de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda do Estado do Paraná que o mesmo Tribunal resolveu dar provimento ao

recurso, transmittido com o officio n. 47, de 12 de abril do corrente anno, interposto por Joaquim Ventura de Almeida Torres, do despacho da dita Thesouraria indeferindo o requerimento em que reclamava contra o acto do collecter das rendas geraes do municipio da Capital, que obrigou-o ao pagamento do imposto de industrias e profissões relativo aos exercicios de 1885-1886, 1886-1887 e 1888, como empregario de um engenho de socar herva-matte, no largo do Senador Corroia, e de outro de serrar madeira, no bairro do Campo Comprido; visto estar provado que o primeiro desses engenhos fôra fechado em 1883 e reaberto em maio de 1887 pelo arrendatario José Pinto Rebello, e successivamente por outros nas mesmas condições, e o segundo em 1884, sendo as respectivas machinas removidas para fóra do municipio.

Cumpre, porém, que a Thesouraria mande proceder, na fórma do disposto no art. 22, § 1º, do regulamento n. 5690, de 15 de julho de 1871, então em vigor, á cobrança do imposto a que ficaram sujeitos os arrendatarios do engenho de socar herva-matte, a começar do maio de 1887, em que tomou conta deste o primeiro delles, impondo-lhes a multa comminada no § 2º do citado artigo; e faça sentir áquelle collecter quanto mal desempenha os seus deveres em materia de lançamento, o que se conclue do seu procedimento deixando de verificar que os engenhos de que se trata foram fechados, e o de herva-matte passara aos ditos arrendatarios. — *Ruy Barbosa.*



N. 102 — EM 28 DE JUNHO DE 1890

De revolvimento a um recurso sobre lançamento do imposto de industrias e profissões.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 28 de junho de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda da Bahia, para os devidos effeitos, que o mesmo Tribunal resolveu dar provimento aos recursos interpostos por Antonio Loureiro Vianna, Manoel José Machado e Manoel José do Conde Junior, da decisão dessa Thesouraria, confirmatoria do despacho da extincta Recebedoria que incluiu os recorrentes no lançamento do imposto de industrias e profissões, do exercicio de 1889, para pagarem a taxa de 100\$ como — empregarios de guindaste —; visto que, segundo consta das informações prestadas pelo administrador da dita Recebedoria e pelo inspector da Alfandega, os recorrentes só se utilizam dos guindastes existentes nos trapiches de sua propriedade, para o embarque e desembarque de mercadorias a estes recolhidas. — *Ruy Barbosa.*



N. 103 — EM 30 DE JUNHO DE 1890

Indica o modo por que se deve proceder relativamente ao pagamento dos juros das apolices depositadas pelos bancos emissores, em garantia de suas emissões.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 30 de junho de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. inspectores das Thesourarias da Fazenda, para os devidos effeitos, e de conformidade com a portaria expedida á Caixa da Amortização nesta data, sob n. 51, que os juros das apolices depositadas pelos bancos emissores, em garantia de suas emissões, podem ser pagos aos mesmos bancos, os quaes creditarão ao Thesouro pela importância da redução dos ditos juros, determinada no n. 1 do art. 4.º do decreto n. 165, de 17 de janeiro ultimo, e destinada a auxiliar os empréstimos á lavoura, nos termos do n. 4 dos citados artigo e decreto; cumprido, porém, que os Srs. inspectores, realizado o pagamento, façam as necessárias communicações á Directoria Geral da Contabilidade, afim de que na escripturação do Thesouro se debitem aquelles estabelecimentos e se credite a respectiva conta de depositos.— *Ruy Barbosa.*

~~~~~

## N. 104 — EM 30 DE JUNHO DE 1890

Nos contractos para fornecimentos, cujas contas forem pagas pela Delegacia do Thesouro em Londres, deve ser incluída a clausula de duplicata dos respectivos recibos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 30 de junho de 1890.

Sr. Ministro — Tornando-se necessario para a fiscalisação das despesas a cargo da delegacia do Thesouro Nacional em Londres, que, nos contractos para fornecimentos, cujas contas são pagas por meio de saques sobre a mesma Delegacia, seja incluída a clausula expressa da duplicata dos respectivos recibos, rogo-vos que nesse sentido deis as convenientes ordens aos agentes ou commissarios encarregados de compras desse Ministerio no exterior. *Ruy Barbosa.* — Sr. Ministro dos Negocios da Marinha.

(Identicos aos Ministerios do Exterior, da Justiça, do Interior, da Instrucção Publica, da Guerra e da Agricultura.)

~~~~~

N. 105 — EM 30 DE JUNHO DE 1890

Dá provimento a um recurso sobre multa por falta de pagamento do imposto de transmissão de propriedade de uma fabrica de tecidos de algodão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 30 de junho de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda do Estado de S. Paulo, para os devidos effeitos, que o mesmo Tribunal resolveu dar provimento ao recurso, transmittido com officio n. 78, de 26 de março de 1888, interposto por Allen Baggott & Comp. e outros, da decisão da dita Thesouraria, confirmando o acto do collecter das rendas geraes do municipio de Jundiahy, que impoz-lhes a multa de 20 % pela falta de pagamento do imposto de transmissão de propriedade, relativo á transferencia da fabrica de tecidos de algodão denominada — Industria Jundiahvana—, vendida áquella firma pela quantia de 80:000\$000; mandando, porém, recommendar ao referido collecter que proceda de accordo com a resolução constante da ordem n. 17, de 18 de dezembro de 1889.— *Ruy Barbosa.*



N. 106 — EM 30 DE JUNHO DE 1890

Indefere um recurso sobre pagamento de differença de taxa do imposto de transmissão de propriedade, de menos cobrada da subrogação de 10 applicos da divida publica por um predio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 30 de junho de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda do Estado de S. Paulo que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso, transmittido com officio n. 17, de 10 de dezembro de 1889, interposto pelo Dr. Crescencio José de Oliveira e Costa do despacho da dita Thesouraria que considerou-o obrigado ao pagamento da quantia de 800\$000, proveniente da differença entre a taxa de 2 % que lhe foi cobrada em 1881 pelo collecter das rendas geraes municipio de Taubaté, João Affonso Visira, e a de 10 % a que do estava sujeita a subrogação, que o recorrente effectuara, de 10

das 50 apolices da divida publica, do valor nominal de 1:000\$000 cada uma, legadas pelo Barão de S. João do Rio Claro, com a clausula de inalienaveis, a D. Gertrudes Baptista de Lacerda Jordão, hoje sua mulher, por um prelio naquella cidade; cumprindo que se promova amigavelmente, ou pelos meios judiciaes, si assim for necessario, a cobrança da mencionada quantia, mantido, attentas as razões expostas pela Thesouraria, o seu despacho, na parte em que alliviou-o da multa de 30 % que lhe fôra imposta pelo successor do referido collector, Joaquim Moreira de Souza e Almeida.

E, constando do processo relativo ao recurso ter a mesma Thesouraria mandado, em dezembro de 1878, restituir ao conego Amador Bueno de Barros a quantia de 160\$000, por entender que era dovuta sómente a taxa de 2 %, e não a de 10 % que havia sido cobrada na Collectoria daquelle municipio, pela subrogação, que elle effectuara, de duas apolices da divida publica, do valor nominal de 1:000\$000 cada uma, em um prelio, recommenda ao Sr. inspector que exija a reposição da referida quantia, por não ser legal o procedimento de que se trata, visto que essa subrogação deu-se no alludito prelio, e portanto, achava-se sujeita á mencionada taxa de 10 %, na fórma do n.º 2, 2ª parte, da tabella annexa ao regulamento de 31 de março de 1874.—*Ruy Barbosa.*

em 17 de Junho de 1890

N. 107 — EM 30 DE JUNHO DE 1890

Indefere o recurso sobre despacho do toucinho em salmoura.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 30 de junho de 1890.

Comunico ao Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro que o Tribunal do Thesouro Nacional resolveu indeferir o recurso, informado com o seu offício n.º 329, de 23 de maio ultimo, interposto por Pedro Bernardes & Ribeiro, da decisão da mesma Alfandega, que mandou, para pagamento dos direitos devidos, incluír no peso do toucinho, submettido a despacho pela nota n.º 12.021 de 14 de março antecedente, o da salmoura em que vinha a dita mercadoria; visto estar o acto recorrido de inteiro accordo com as disposições da tarifa.—*Ruy Barbosa.*

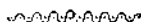
em 27 de Junho de 1890

N. 108 — EM 3 DE JULHO DE 1890

Indefere um recurso sobre lançamento do imposto de industrias e profissões.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 3 de julho de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda da Bahia que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso, anexo ao seu officio n. 42, de 24 de abril ultimo, interposto pelo Dr. Manoel Bonifacio da Costa, da decisão da dita Thesouraria confirmatoria da da Recbedoria que, no lançamento do imposto de industrias e profissões do actual exercicio o incluiu como — dentista com estabelecimento — para pagamento das respectivas taxas constantes das tabellas A e D, 2ª classe; visto que, conforme consta da propria petição do recorrente e mais papeis que acompanharam aquelle officio, exerce elle duas profissões, a de medico e a de dentista, e, portanto, acha-se comprehendido na disposição do art. 15 do regulamento para a cobrança do mencionado imposto. — *Ruy Barbosa.*



N. 109 — EM 8 DE JULHO DE 1890

Indefere um recurso sobre pagamento do imposto de industrias e profissões.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 8 de julho de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda de S. Paulo, para os devidos effeitos, que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso, anexo ao seu officio n. 16, de 9 de dezembro ultimo, interposto por Nielsen & Comp., banqueiros no dito Estado, da decisão da referida Thesouraria sustentando os actos das Collectorias da Capital e de Campinas que os sujeitaram ao pagamento da taxa da tabella B, do decreto n. 5600, de 20 de julho de 1878, pela sua casa filial na primeira, e sobre sua agencia na segunda das mencionadas cidades, não obstante allegarem já terem sido collectados pela casa matriz, em Santos; mandando, porém, declarar á dita Thesouraria, que não é somente o gerente da casa filial em S. Paulo, Antonio Luiz Tavares, que tem direito á restituição da mencionada taxa, paga

nos exercícios de 1886-1887 e de 1888, conforme entende o collecter, mas também o agente em Campinas, José de Queiroz Lacerda, pela que satisfaz neste ultimo exercício, por isso que só em vista do regulamento de 22 de fevereiro de 1888 e, portanto, a contar do exercício de 1889 em diante, ficaram a ella sujeitos como — agentes de casa bancaria.

E porque, da informação prestada pela Collectoria da Capital á Thesouraria de Fazenda, em 28 de junho de 1888, consta terem pago os recorrentes, Nielsen & Comp., nos indicados exercícios de 1886-1887 e 1888 a taxa adicional de 5% sobre a multa em que incorreram por falta de pagamento, no devido tempo, do imposto de que se trata, e sobre a em que suppoz ter incorrido também o gerente Tavares, cumpre que se lhes restitua a importância que pagaram a esse titulo; visto ser semelhante taxa applicavel sómente ás multas resultantes dos impostos a que se achava obrigada a propriedade escrava, ora extinta. — *Ruy Barbosa.*



N. 110 — EM 11 DE JULHO DE 1890

As nomeações de juizes municipales, passadas pelos governadores dos Estados, estão sujeitas ao sello de 7%.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 11 de julho de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda, na conformidade da decisão constante da ordem n. 11, expedida nesta data á do Estado da Parahyba, que, tendo as nomeações de juizes municipales dos diversos Estados da Republica passado a ser feitas pelos governadores, nos termos do art. 2º, § 9º, do decreto n. 7, de 20 de novembro do anno passado, e art. 2º do de 23 do mesmo mez e anno, ficaram ellas equiparadas ás de promotores publicos, para o fim de pagarem o sello de 7%, marcado na tabella A, § 5º, n. 3, do decreto n. 8946, de 19 de maio de 1883. — *Ruy Barbosa.*



N. 111 — EM 12 DE JULHO DE 1890

Declara não ter direito um official da Armada á restituição do sello que lhe foi exigido pela sua nomeação de ajudante da Intendencia da Marinha.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 12 de julho de 1890.

Sr. Ministro — Aceuso recebido o vosso aviso n. 800, de 28 de março do corrente anno, com o qual vos dignastes transmittir-me o requerimento, que incluso vos devolvo, em que o capitão-tenente Alvaro Nunes Ribeiro Belfort pede restituição da quantia que, a título de sello, lhe foi descontada pela sua nomeação de ajudante da Intendencia da Marinha.

Em resposta, cabe-me declarar-vos que não pôde ser atendida a referida reclamação, visto não estar essa nomeação incluída na disposição do decreto n. 4885, de 5 de fevereiro de 1872, por serem os vencimentos do logar de que se trata substitutivos de vantagens militares, e tanto que já foi exercido por paizanos, segundo consta da informação da 2ª secção da Contadoria da Marinha. — *Ruy Barbosa* — Sr. Ministro dos Negocios da Marinha.



N. 112 — EM 17 DE JULHO DE 1890

As regras dos ns. 1 e 2 da circular de 6 de agosto de 1888 prevalecem para a cobrança do sello das nomeações de logares de comissão, ou que não são considerados empregos de carreira administrativa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 17 de julho de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda que as regras dos ns. 1 e 2 da circular de 6 de agosto de 1888 prevalecem para a cobrança do sello das nomeações para logares de comissão, ou que não pertençam á ordem dos que são considerados empregos da carreira administrativa, quer se trate de uma para outra comissão, quer do commissão para emprego de character effectivo, e vice-versa, comtanto que o nomeado tenha sido exonerado do logar anterior sem o haver pedido; ficando assim revogado o n. 3 da citada circular. — *Ruy Barbosa*.

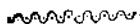


N. 113 — EM 21 DE JULHO DE 1890

Defere um recurso sobre lançamento do imposto predial.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 21 de julho de 1890.

Comunico ao Sr. administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro que o Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o recurso, transmittido com o seu officio n. 53, de 9 deste mez, interposto por Luiz Carlos Habbert, da decisão da mesma Recebedoria, que julgou perempta a reclamação feita pelo recorrente contra o augmento do valor locativo, d'ulo ao predio de sua propriedade da rua das Andradas n. 42, para o lançamento do imposto predial no 1º semestre do exercicio corrente, — resolveu deferir o dito recurso para o fim de, dispensada a perempção em que incorren, pela a Recebedoria aceitar a sua reclamação e decidir-a como entender acertado; visto obedezir-se das allegações do recorrente, e não o contestar a referida Repartição, que não foi observada a disposição do paragrapho unico do art. 1º do decreto n. 9765 de 14 de julho de 1887. — *Ruy Barbosa*.



N. 114 — EM 23 DE JULHO DE 1890

Os inspectores das Thesourarias de Fazenda ou das Alfandegas são obrigados a emitir parecer minucioso sobre os pedidos de isenção de direitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 23 de julho de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, devolve ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda da Bahia os inclusos papeis remettidos com o seu officio n. 82, de 28 de junho proximo passado, e relativos ao pedido que faz a Intendencia Municipal da cidade da Cachoeira, nesse Estado, de isenção de direitos de importação e da armazenagem para os materiais que tem de importar com destino a constroecção do encanamento de agua potavel á mesma cidade; affin de que exija o pagamento do sello devido pelos documentos que se acham annexos ao officio da mesma Intendencia e cumpra as instrucções de 26 de abril de 1887, na parte em que os inspectores das Thesourarias de Fazenda ou das Alfandegas são obrigados a emitir parecer minucioso sobre os pedidos de isenção de direitos, os quaes devem ser tambem acompanhados da informação do engenheiro fiscal ou do districto sobre a qualidade e quantidade do material relacionado para o serviço de um anno. — *Ruy Barbosa*.



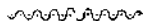
N. 115 — EM 25 DE JULHO DE 1890

Faz extensivos aos vapores da *Earn Line Steamship Company Limited of Philadelphia* os favores concedidos pelo decreto n. 4955 de 4 de maio de 1872.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 25 de julho de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Pernambuco, que, attendendo ao que lho requereram Berla & Comp., agentes da *Earn Line Steamship Company Limited of Philadelphia*, resolveu fazer extensivos aos vapores da mesma companhia as regalias, isenções e mais favores concedidos aos paquetes e vapores de navegação transatlantica, pelo decreto n. 4955 de 4 de maio de 1872. — *Ruy Barbosa*.

(Identicas ás Thesourarias de Fazenda da Bahia, de S. Paulo e das Alagoas.)



N. 116 — EM 6 DE AGOSTO DE 1890

Dá providencias relativas ao recebimento de moedas de prata, de nickel e de bronze, e á remessa das notas de 500 réis trocadas por prata.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, para evitar a reproducção de algumas irregularidades que se tem dado no serviço do troco da prata, e na remessa das moedas dessa especie, de nickel e de bronze, recommenda aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda :

- 1.ª, que acusem sempre o recebimento das remessas de taes moedas, dirigindo os officios á Directoria Geral da Contabilidade ;
- 2.ª, que enviem directamente á Caixa de Amortização as notas de 500 réis trocadas por prata, podendo ellas vir em caixote separado ou no mesmo caixote que contiver cedulas de outros valores, mas vindo sempre acompanhadas, nos termos do art. 146 do decreto de 14 de fevereiro de 1885 e do § 7.º das instrucções de 26 de março ultimo, de um officio, em duas vias, sendo a 1.ª dirigida aquella Repartição e a 2.ª á Directoria Geral da Contabilidade. — *Ruy Barbosa*.

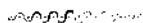


N. 117 — EM 6 DE AGOSTO DE 1890

Revoga a circular n. 30 de 2 de setembro de 1889, sobre escripturação das quantias provenientes da venda de terras publicas, cujo producto fora cedido ás provincias, hoje Estados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. inspectores das Thesourarias da Fazenda, para os devidos effeitos, que fica revogada a circular n. 30, de 2 de setembro de 1889, pela qual se mandou escripturar, sob o titulo «Depositos de diversas origens», as quantias provenientes da venda de terras publicas, cujo producto fora cedido ás provincias, hoje Estados, para ser applicado ao desenvolvimento da colonisação, pelo art. 4.º da lei n. 3396, de 24 de novembro de 1888; passando o serviço de arrecadação das dividas dos colonos e da venda das ditas terras a ser inspecionado pelo Thesouro de cada um dos referidos Estados. — *Ruy Barbosa.*



N. 118 — EM 6 DE AGOSTO DE 1890

Declara não poder ser attendida a reclamação de um official da Armada contra o sello de 9% que lhe foi exigido de sua nomeação para membro effectivo do Conselho Naval.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1890.

Sr. Ministro — Communico-vos que, não sendo a gratificação que recebe o contra-almirante Manoel Carneiro da Rocha, na qualidade de membro effectivo do Conselho Naval, substitutiva de anteaas vantagens militares, segundo reconheceu o proprio Conselho no parecer que me transmittistes com o aviso n. 2264, de 16 do mez passado, não pôde ser attendida a reclamação feita pelo mesmo general no requerimento que acompanhou o de 27 de fevereiro deste anno, n. 735, contra o desconto de 9 % que soffreu em seus vencimentos, por estar aquella gratificação comprehendida na tabella n. 2, annexa ao decreto n. 4885, de 5 de fevereiro de 1872. — *Ruy Barbosa.* — Sr. Ministro dos Negocios da Marinha.



N. 119 — EM 8 DE AGOSTO DE 1890

Os despachantes das Alfandegas não são obrigados a determinar bens para garantia das respectivas fianças.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio n. 19, de 20 de maio do corrente anno, dirigido à Directoria Geral das Rendas Publicas, com o qual o inspector da Alfandega do Estado do Pará transmittiu o requerimento em que José Torres de Mello Saboia reclamara contra o acto que o demittiu do logar de despachante geral, sob o fundamento do não haver obedecido à intimação que recebera para reformar no prazo de 20 dias a respectiva fiança, e presta-a novamente com garantia de hypotheca de bens de raiz, no valor de 20:000\$, — declara ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda do mesmo Estado, para o fazer constar ao daquella Alfandega:

1.º, que as fianças dos despachantes, todas de ordem moral, podem ser ou não acceitas, a juizo dos inspectores das Alfandegas, mediante termo passado pela forma indicada na 2.ª parte do art. 169 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas do Rendas;

2.º, que, pelo facto de declarar o fiador que se sujeita a todas as disposições das leis fiscaes, relativas ás fianças, não se entende que fique obrigado a determinar bens para garantia da fiança;

3.º, finalmente, que deve o inspector da Alfandega continuar a ser escrupuloso na accoitação de fiadores idoneos, tanto quanto couber na disposição regulamentar sobre o assumpto, e na intelligencia que se lhe tem dado, e a adoptar os inclusos modelos dos termos lavrados na do Rio de Janeiro, para as fianças de que se trata. — *Ruy Barbosa.*



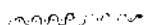
N. 120 — EM 11 DE AGOSTO DE 1890

Manda cessar a pratica de figurarem nas folhas das capatazias o da marinhagem das Alfandegas individuos que não prestam os serviços para que foram alistados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo conhecimento de que continúa o facto abusivo, de figu-

rarem nas folhas das capatazias e da marinhagem das Alfândegas indivíduos que não prestam o serviço para que são alistados, não obstante perceberem as diárias, com prejuizo do expediente e dos cofres publicos ; e, constituindo esse acto de favoritismo um abuso incompativel com a severidade da administração, recommenda aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda que providenciem, com a maior energia, a fim de cessar semelhante pratica, despedindo-se os individuos que se achem nas referidas condições, os quaes deverão ser substituidos por trabalhadores proprios para o mister para que foram creados aquelles logares. — *Ruy Barbosa.*

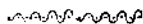


N. 121 — EM 11 DE AGOSTO DE 1890

Os documentos que figuram nos processos de habilitação ao meio solto dos officios do Exército só podem ser retirados quando substituidos por certidão passada no Thesouro Nacional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1890.

Declaro-vos que a fé de officio do 1.º cirurgião tenente reformado do Exército João Francisco da Costa Freira, cuja entrega requer D. Maria Joanna Alves Martins, viúva do referido official, na petição annexa ao vosso officio n. 11, de 21 de julho proximo passado, figura como documento no processo de habilitação da peticionaria ao meio solto de seu finado marido ; e que, na forma do art. 32 do decreto n. 3607, de 10 de fevereiro de 1866, só poderá ser desentranhada quando substituida por certidão passada no cartorio do Thesouro Nacional e depois de pago sobre esta o competente sello. — *Ruy Barbosa.* — Ao Sr. Governador do Estado de Santa Catharina.



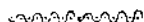
N. 122 — EM 12 DE AGOSTO DE 1890

Indefere um recurso sobre indemnisação de avião causado por fôrça maior.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1890.

Communico ao Sr. inspector da Alfândega do Rio de Janeiro que o Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o recurso, transmittido com o seu officio n. 361, de 29 de junho

proximo passado, interposto pelos negociantes Jacobson Dannecker & Comp., do despacho da mesma Alfandega que negou-lhes a indemnisação, que pediram, do prejuizo devido a avaria causada pela chuva torrencial da madrugada de 30 de março deste anno, em tres caixas, contendo tecidos, recolhidas ao armazem n. 3, resolveu indeferir-o, por se verificar da informação da Alfandega que a avaria foi devida a força maior. — *Ruy Barbosa.*

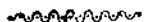


N. 123 — EM 12 DE AGOSTO DE 1890

Defero o requerimento dos empregados de uma Alfandega sobre calculo de porcentagem.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o requerimento, transmittido pela Thesouraria de Fazenda do Estado do Espirito Santo com officio n. 36 de 21 de junho proximo passado, no qual os empregados da Alfandega reclamam contra a decisão do Sr. inspector da mesma Thesouraria mandando que a porcentagem relativa ao mez de maio do corrente anno fosse calculada pelo numero de quotas correspondentes ao maior numero de empregados que tiveram exercicio no referido mez, — declara ao dito Sr. inspector que devia ter abonado aos empregados existentes na Alfandega por occasião da reforma, os vencimentos que lhes competiriam si tal reforma se não houvesse dado, dividindo a porcentagem em 89 quotas, e entregando a cada empregado a parte que lhes caberia segundo a tabella de 1876; e quanto aos funcionarios novamente nomeados, o vencimento correspondente aos dias do citado mez, igual ao que fosse pago aos empregados de sua classe já existentes na Repartição. — *Ruy Barbosa.*



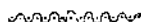
N. 124 — EM 13 DE AGOSTO DE 1890

Indefere um recurso sobre notação no lançamento da clausula de—usufructo—de dous predios construidos em um terreno gravado com a mesma clausula.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1890.

Communico ao Sr. administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro que o Tribunal do Thesouro Nacional resolveu indeferir

o recurso, transmittido com o seu officio n. 60, de 8 de abril ultimo, interposto por Luiz Maxwell Bastos e Guilherme Maxwell de Souza Bastos, da decisão da mesma Recebedoria que não attendeu à sua petição para que fosse notada no lançamento a clausula de usufructo dos predios ns. 3 e 5 da rua Gonzaga Bastos, construidos no terreno onde se acha edificado o de n. 1 da dita rua, gravado com a mencionada clausula, visto estar a decisão recorrida de conformidade com a disposição do art. 13, paragrapho unico, do decreto n. 7051, de 18 de outubro de 1878.
— *Ruy Barbosa.*

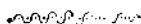


N. 125 — EM 13 DE AGOSTO DE 1890

Dá provimento a um recurso sobre despacho livre de direitos de uma machina para fabrica de tecidos, tendo annexa uma bomba para extinção de incendios.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1890.

Communico ao Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro que o Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o recurso, transmittido com o seu officio n. 291 de 9 de maio proximo findo, interposto pela Companhia Fiação e Tecelagem Caricca, da decisão da mesma Alfandega classificando como — bomba ejetora para extinção de incendios —, para pagar direitos de consumo, a machina submittida a despacho como — para a fabrica de tecidos —, e nesta qualidade isenta de direitos, resolveu deferir o recurso, afin de mandar despachar livre de direitos, como comprehendida no art. 1043 da tarifa em vigor, a machina de que se trata, visto não ter outro motor a bomba a elle annexa. —
Ruy Barbosa.



N. 126 — EM 18 DE AGOSTO DE 1890

Recommenda a fiel observancia do art. 74 do regulamento de 20 de maio deste anno, sobre a expedição de telegrammas officiaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o aviso-circular do Ministerio dos Negocios da Instrução Publica, Correios e Tel-graphos, sob n. 780, de 31 de

mez passado, recommenda aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda a fiel observancia do disposto no art. 79 do regulamento approved pelo decreto n. 372 A, de 20 de maio deste anno, o qual determina em que casos e de que modo são considerados de serviço publico os telegrammas que se tenham de expedir, ficando assim reiteradas as ordens constantes das circulares ns. 8 e 16, de 27 de janeiro e 20 de fevereiro ultimos.—
Ruy Barbosa.



N. 127 — EM 19 DE AGOSTO DE 1890

Compete ao Thesouro Nacional a expedição de guia para pagamento do laudemio devido pelas transferencias de terrenos accrescidos aos de marinha.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1890.

Communico ao Conselho de Intendencia Municipal da Capital Federal que, pago o foro do exercicio de 1886-1887, pôde-se permittir que Antonio Joaquim da Silva transfira á Companhia Cooperativa de Carvão, pela quantia de 10:000\$, o terreno accrescido ao de marinha fronteiro ao predio n. 73 da praia de São Christovão, de que é foreiro.

Recommendando, outrossim, ao mesmo Conselho, que não expeça guia para pagamento do laudemio de taes transferencias, visto competir esse acto ao Thesouro Nacional, ficando assim respondido o seu officio n. 549, de 28 de julho ultimo.— *Ruy Barbosa.*



N. 128 — EM 19 DE AGOSTO DE 1890

Não approva o acto do Governador de um Estado determinando a venda de diversos lotes de terras de um extincto aldeamento de indios.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1890.

Sr. Governador do Estado de Pernambuco — Communico-vos, para os fins convenientes, que não pôde ser approved por este

Ministerio o acto de vosso antecessor, Dr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos, constante do respectivo officio de 2 de julho proximo passado, determinando á Thesouraria de Fazenda que, de conformidade com a lei n. 691 de 18 de setembro de 1850, vendesse a Manoel Camello de Paula Lins, pelo preço de um real a braça quadrada, os lotes de terras ns. 142, 134, 147 A, 147 B, 147 C, 148 A, 148 B e 149 do extincto aldeamento de indios — Riacho do Matto — na comarca de Agua Preta, porquanto :

1º, o preço de um real por braça quadrada é o est.olecido para as terras publicas, e não para as que, achando-se incorporadas aos proprios nacionaes, são pretendidas por particulares, conforme já o declarou a ordem deste Ministerio n. 21, de 23 de janeiro de 1884, a respeito do aldeamento de que se trata ;

2º, na fórma do art. 2º das instrucções de 28 de dezembro de 1889, os governadores dos Estados, quanto a terrenos de extinctos aldeamentos de indios, tem attribuição sómente para approvar a primeira concessão de aforamento e conceder licença para a transferencia do respectivo dominio util ;

3º, no caso de venda, a Thesouraria da Fazenda cedia promover, e em hasta publica, a dos lotes desses terrenos, excepto o que, por ordem n. 29 de 9 de fevereiro de 1884, foi ella autorizada a distribuir á india Maria Francisca da Conceição, viuva do indio Manoel Valentin dos Santos, em substituição do que antes lhe fora concedido e em que mais tarde estabeleceu-se a sede da colonia « Soccorro » ; bem como os de ns. 38 e 52, que a mesma ordem mandou reservar para um pequeno povoado ; e, dentre os cincoenta e sete lotes distribuidos a cincoenta e uma familias, aquelles cujos titulos de aforamento tinham sido solidificados, nos termos da supracitada ordem n. 21, de 23 de janeiro do mesmo anno ;

4º, finalmente, a prova apresentada por Paula Lins, de haver comprado os terrenos em questão a possuitores provisorios, de nenhum direito o investiu, por isso que, não tendo taes possuidores titulos legais, devem ser considerados — intrusos.

Conven, portanto, que providencias para que fique sem effeito a venda de que se trata, sobre a qual, e nos termos acima expostos, se resolverá depois que a Intendencia do Municipio onde taes terrenos se acham situados declarar que reusa ou já recusou acceptal-os, desistindo assim da renda proveniente do respectivo aforamento á mesma pertencente, por força da lei n. 3348 de 29 de outubro de 1887, declaração que vos servireis promover e enviar a este Ministerio. — *Ruy Barbosa.*

N. 129 — EM 21 DE AGOSTO DE 1890

O gozo do favor concedido pelo art. 8º do decreto n. 108 A, de 30 de dezembro de 1889, depende do cumprimento da obrigação de contribuir adeantadamente com a quota de um dia do soldo do official correspondente a 13 mezes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1890.

Sr. Ministro — Accusando o recebimento do vosso aviso n. 2323 do 22 do mez proximo passado, em que vos dignastes participar-me que a D. Umbelina Emilia Bastos Nunes, viuva do capitão de mar e guerra Antonio Severiano Nunes, compete o monte-pio de marinha correspondente ao posto de contra-almirante, por contar seu marido mais de 35 annos de serviço, e haver fallecido antes de completar a idade limite para a reforma, cabe-me declarar-vos que, para poder a dita D. Umbelina gozar do favor do art. 8º do decreto n. 108 A, de 30 de dezembro de 1889, é preciso cumprir a obrigação, imposta pelo plano do mesmo monte-pio e decreto n. 3607 de 10 de fevereiro de 1866, de contribuir adeantadamente com a quota de um dia do soldo de contra-almirante correspondente a 13 mezes. — *Ruy Barbosa.* — Sr. Ministro dos Negocios da Marinha.

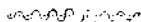


N. 130 — EM 25 DE AGOSTO DE 1890

O filho natural, ainda que legitimado, a não ser por subsequente matrimonio, não tem direito ao soldo de seu pai.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1890.

Sr. Ministro — Devolvendo-vos os inclusos papeis, que vos dignastes transmittir-me com o aviso de 22 de abril proximo passado, em que o cirurgião-mór de divisão graduado, hoje reformado, do Corpo de Saude do Exercito, Dr. José Zacarias de Carvalho, consulta — si o official que se divorciou da mulher e annos depois tem com outra filha, deixa a esta o seu meio soldo, visto não ter direito a elle a viuva divorciada e existir apenas do matrimonio um filho maior, cabe-me declarar-vos que, nos termos da lei de 6 de novembro de 1827 e decreto n. 3607 de 10 de fevereiro de 1866, o filho natural, ainda que legitimado, a não ser por subsequente matrimonio, não tem direito ao meio soldo de seu pai. — *Ruy Barbosa.* — Sr. Ministro dos Negocios da Guerra.



N. 131 — EM 26 DE AGOSTO DE 1890

Podem também ser dados pelos juizes de paz ou delegados de policia os attestados de pobreza, para isenção do sello das licenças e dispensas de impedimento para casar.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda que, de accordo com a proposta feita pelo Ministerio da Justiça, em aviso do 9 deste mez, podem ser também dados pelos juizes de paz ou delegados de policia os attestados de pobreza que actualmente são passados pelos parochos, para se fazer effectiva a isenção do sello das licenças e dispensas de impedimento para casar, nos termos do art. 13, n. 18, do regulamento annexo ao decreto n. 8946 de 10 de maio de 1883. — *Ruy Barbosa*.



N. 132 — EM 29 DE AGOSTO DE 1890

Declara estarem sujeitos ao imposto de transmissão de propriedade, englobadamente com o sitio com que foram offerecidos em hypotheca de um emprestimo de auxilios à lavoura, os objectos do serviço agrícola, os fructos do café colhido, a prata, etc., nelle existentes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1890.

Estou de posse do vosso officio de 8 do corrente mez, em que me communicaes haverdes mandado desenglobar de uma proposta para emprestimo hypothecario, affin de pagarem o imposto de transmissão de propriedade, os objectos do serviço agrícola, os fructos do café colhido, a prata, etc., offerecidos com o sitio denominado «Leitãozinho», inculcando no vosso despacho a applicação dos arts. 25, n. 1, e 26 do regulamento annexo ao decreto n. 5581 de 31 de março de 1874.

Em resposta, declaro-vos que, estando os objectos de que se trata sujeitos áquelle imposto englobadamente com o mencionado sitio, conforme as ordens ns. 187 de 18 de outubro de 1882, 235 de 5 de novembro de 1883 e 159 de 30 de agosto de 1884, conveni que reformeis neste sentido o vosso alludido despacho; e que obsteis a que se effectue o emprestimo pretendido, sem que seja satisfeito integralmente o imposto devido por occasião da compra do sitio de que se trata, em 1883, o qual

constitue onus real, *ex-vi* do art. 7º, § 1º, do citado regulamento ; dispensada, porém, a multa do art. 42, porque não houve intenção de defraudar a Fazenda, e tão somente má applicação da disposição legal, porquanto, a admitir-se que houvesse denuncia, seria denunciante o próprio devedor que exhibiu a escriptura, dando-se, portanto, o caso a que se refere a ordem n. 298 de 23 de setembro de 1867. — *Ruy Barbosa*. — Sr. Fiscal dos auxilios á lavoura, contractados com o Banco da Lavoura e do Commercio do Brazil.



N. 113 — EM 30 DE AGOSTO DE 1890

Concede isenção de direitos, mediante caução ou prestação de fiança idonea pela importancia destes, ás mercadorias estrangeiras destinadas a figurar na Exposição Universal Permanente do Brazil.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1890.

Communico ao Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro, para os devidos effeitos, que, em deferimento á petição de Fortunato Castagnone e Alfredo de Carvalho Moreira, resolvi conceder-lhes isenção de direitos de importação, de accordo com o § 29 do art. 3º das disposições preliminares da Tarifa em vigor, para as mercadorias estrangeiras que se destinarem a figurar na Exposição Universal Permanente do Brazil, que pretendem fundar, por si ou pela companhia que organisarem, caucionando os respectivos direitos, ou prestando fiança idonea pela importancia destes, a qual deverá ser cobrada, si, dentro do prazo que lhes marcará e que poderá razoavelmente ser prorogado, não forem taes objectos reembarcados integralmente, ou não se provar terem desaparecido por uso ou morte, segundo a sua natureza. — *Ruy Barbosa*.



N. 134 — EM 1 DE SETEMBRO DE 1890

Concede aos vapores da Companhia *Fratelli Lavarello fu Gio Batta* os privilegios e favores de que trata o decreto n. 4955 de 4 de maio de 1872.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1890.

Communico ao Sr. inspector da Alfandega da Capital Federal, para os devidos effeitos, que, conforme pediram A. Fiorita

& Comp., agentes da Companhia *Fratelli Lavarello fu Gio Batta*, no requerimento transmittido com o officio da mesma Alfândega, n. 465 de 26 de agosto proximo findo, foram concedidos aos vapores da referida companhia que navegam entre os portos da Italia e do Rio de Janeiro, com escala pelo de Santos, os privilegios e favores de que gosam os paquetes das linhas regulares de navegação transatlantica, na forma do decreto n. 4955 de 4 de maio de 1872. — *Ruy Barbosa*.

(Identica na mesma data á Thesouraria de Fazenda de S. Paulo.)



N. 135 — EM 2 DE SETEMBRO DE 1890

Recommenda a exacta observancia das instrucções dadas pela Directoria Geral da Contabilidade em 12 de julho de 1887, relativas aos pedidos de supprimento de fundos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda que, nos pedidos de supprimento de fundos, observem, sem discrepancia, as instrucções que lhes foram dadas pela Directoria Geral da Contabilidade em 12 de julho de 1887, e abaixo transcriptas. — *Ruy Barbosa*.

Instrucções a que se refere a circular supra [

Directoria Geral da Contabilidade, 12 de julho de 1887.

Convinho regularisar o movimento de fundos do Thesouro para as Thesourarias de Fazenda, autoriso-me o Sr. Conselheiro Ministro da Fazenda a dar as seguintes instrucções, cujo cumprimento muito recomendo a V. S.:

1.ª As Thesourarias evitarão, tanto quanto for possivel, os pedidos de supprimentos por meio de telegrammas; si, porém, urgidas por força maior, forem obrigadas a servir-se do fio telegraphico, dirigirão os pedidos á Directoria Geral da Contabilidade.

2.ª Os pedidos feitos por officio serão sempre acompanhados de demonstração do estado do cofre, e do orçamento da receita e despesa, affim de qto se possa avaliar bem a conveniencia da remessa de fundos.

3.ª As remessas de dinheiro para converter-se em notas de pequenos valores, nos termos do art. 148 do regulamento de 14

de fevereiro e circular de 15 de outubro de 1885, serão communicadas em officio especial, e não, como muitas vezes tem acontecido, no acto em que se avisa a remessa do saldo disponível.

4.^a Quando as remessas pertencerem a dous exercicios, far-se-ha em officios separados a participação exigida pelo art. 146 do precitado regulamento, sendo de toda necessidade a declaração de que trata o § 2.^o do mesmo artigo.

Deus Guarde a V. S. — J. J. do Rosario. — Sr. Inspector da Thesouraria da Fazenda do...



N. 136 — EM 2 DE SETEMBRO DE 1890

Manda observar o questionario para o exame a que se refere o art. 3.^o do decreto n. 10.349 de 14 de setembro de 1889, que regulou os concursos para os empregos da Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena que, no exame a que se refere a ultima parte do art. 3.^o do decreto n. 10.349 de 14 de setembro de 1889, que regulou os concursos para empregos da Fazenda, se observe o seguinte

Questionario

PRINCIPIOS

1.^o Idéa geral do Direito. Direito Publico particular. Direito publico interno, externo. Direito administrativo. Direito fiscal.

2.^o Idéa geral de lei. Leis naturaes, positivas. Leis que reconhecem ou sancionam direitos naturaes, que prescrevem ou regulam obrigações sociaes; exemplos de umas e outras.

3.^o Leis politicas, fundamentaes, administrativas, fiscaes; exemplos.

4.^o Leis; decretos; regulamentos; portarias; instrucções; avisos; ordens; decisões; circulares; sentido que se liga a cada uma dessas expressões.

5.^o Retroacção das leis, disposições interpretativas; disposições que estabelecem direito novo. Abrogação, derogação e revogação das leis.

APPLICAÇÕES

ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA

6.ª Fazenda publica ou nacional; sua definição e administração; leis que a regulavam na metropole e no Brazil, antes da Constituição Imperial; lei que a organisou no Imperio, depois do systema constitucional; idéas capitais dessa lei.

7.ª A quem compete actualmente a alta administração da Fazenda; attribuições principaes das autoridades competentes.

8.ª Administração da Fazenda nos Estados. Attribuições das Juntas de Fazenda. Do Juizo dos Feitos, sua organização, seus fins e meios de acção.

9.ª Agentes subordinados ás Thesourarias e suas principaes attribuições na administração da Fazenda.

10. Relações entre o Thesouro Nacional e as Thesourarias de Fazenda. Attribuições dos governadores dos Estados em materia fiscal.

ARRECADAÇÃO DAS RENDAS PUBLICAS

11. Rendas publicas e sua definição. Contribuições directas e indirectas; classificação dos impostos do nosso actual systema, de accordo com estas duas categorias.

12. Autoridades que inspeccionam e dirigem a arrecadação das rendas; suas principaes attribuições neste particular.

13. Estações encarregadas da arrecadação das rendas na Capital Federal; nos Estados. Recebedores das rendas internas e suas attribuições.

14. Esphera de acção das Alfandegas e Mesas de rendas para garantia da boa arrecadação das rendas.

15. Da arrecadação das rendas por meio de contracto.

DISTRIBUIÇÃO DAS RENDAS PUBLICAS

16. A quem compete. Attribuições do Thesouro. Limites da competencia das Thesourarias e das demais Estações de Fazenda encarregadas da distribuição das rendas.

17. Despezas com a dívida publica interna e externa; amortização; juros; estações encarregadas deste serviço.

18. Ajudas de custo; casos em que deve ser concedida.

19. Empréstimos do cofre dos orphãos; juros.

Depositos das caixas economicas; capitalisação; pagamento dos juros.

20. Despezas que as Thesourarias podem effectuar, embora não tenham quota especifica na distribuição annual de creditos. Despezas correntes; do exercicio findo; processo de liquidação.

FISCALISAÇÃO DAS RENDAS

21. Autoridades encarregadas da fiscalização das rendas. Atribuições geraes da autoridade judiciaria, como fiscal das rendas. Necessidade da fiscalização.

22. Tomada de contas. Atribuições do Thesouro, como tribunal de contas. Directoria Geral da Tomada de Contas e suas attribuições principaes.

23. Atribuições das Thesourarias, como estações encarregadas de tomar contas aos responsaveis por dinheiros ou valores da nação.

24. Prescripção da divida passiva da nação.

25. Das multas. A multa é imposto ou pena?

Estudo dos differentes casos em que deve ser imposta a multa. Autoridades competentes para a sua comminação.

DIVERSOS

THESOURO E THESOURARIAS

26. Cobrança da divida activa ; disposições geraes.

27. Habilitações á percepção do meio soldo.

DISPOSIÇÕES GERAES

IDÉAS GERAES SOBRE A TARIFA

28. Orçamento, balanço: composição legal dos orçamentos e balanços geraes da nação ; bases para este serviço.

29. Creditos: ordinario, extraordinario, especial, suplementar. Distribuição delles ás Thesourarias dos Estados. Creditos que podem ser abertos pelos governadores dos Estados.

30. Fianças em immoveis, apolices, dinheiro, processo respectivo.

ALFANDEGAS

31. Idéas geraes sobre a tarifa ; generos sujeitos a direitos ; isentos de direitos ; valor official ; razão dos direitos ; peso bruto ; tara ; peso liquido legal ; liquido real ; abatimentos ; formalidades necessarias a um despacho de consumo.

32. Do despacho por factura : mercadorias sujeitas a direitos *ad valorem* ; processo do despacho ; impugnação ; arbitramento ; assemelhação.

33. Conferencia das mercadorias ; mercadorias que podem passar por uma só conferencia ; casos em que é applicavel a multa de direitos em dobro ou a de 1 1/4 % a 5 %.

34. Dos recursos e sua divisão ; casos em que cabem, o ordinario, o de revista ; autoridades *ad quem* ; alçadas das Thesourarias e Alfandegas ; prazo ; perempção ; effeito do recurso.

35. Dos manifestos e sua conferencia.

OBSERVAÇÕES

O exame de legislação constará de duas provas : escripta e oral.

Na prova escripta, o primeiro candidato inscripto tirará à sorte um dos pontos deste programma, o qual será desenvolvido por todos os que fizerem exame nesse dia, de modo claro e citando-se as disposições legais que regem a materia. Cada citação falsa ou falta de citação será considerada como erro.

O que commetter mais de seis erros será inhabilitado, e não poderá entrar em prova oral.

A prova que tiver de quatro a seis erros, terá a nota *suffrível* a que tiver de um a tres, *boa*.

A nota *optima* é reservada para os que não commetterem erro algum.

No julgamento serão levadas em conta a orthographia e a redacção.

Na prova oral, cada candidato discorrerá ou será arguido durante o tempo legal sobre o ponto que a sorte lhe designar.—
Ruy Barbosa.

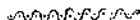


N. 137 — EM 1 DE SETEMBRO DE 1890

Não se devem passar escripturas de transmissão de propriedades agrícolas e industriaes em que se avaliam moveis e semoventes separadamente dos que devem ser considerados immoveis por destino.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1890.

Sr. Ministro — Constando a este Ministerio que alguns tabeliães e escriptvães passam escripturas de transmissão de propriedades agrícolas e industriaes, em que se avaliam moveis e semoventes separadamente dos que devem ser considerados immoveis por destino, occasionando o facto de se cobrar delles sómente o sello proporcional, rogo-vos chaméis a attenção daquelles funcionarios para a disposição do art. 17, § 1º, n. 1, do regulamento annexo ao decreto n. 5581 de 31 de março de 1874, que não deve ter a amplitude que lhe tem sido dada, em prejuizo dos interesses da Fazenda Nacional.—
Ruy Barbosa. — Sr. Ministro dos Negocios da Justiça.

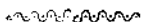


N. 133 — EM 4 DE SETEMBRO DE 1890

Indica o modo por que deve proceder a Recebedoria desta Capital no acto de realizar a cobrança do imposto de transmissão de propriedade de uma fazenda situada no Estado de Minas Geraes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1890.

Havendo Felipe Pivatelli pedido para pagar na Recebedoria do Rio de Janeiro o imposto de transmissão de propriedade devido pela compra, que fez a Calogeras Irmãos & Comp. e a Pandia Calogeras e sua mulher, da fazenda denominada «Planície», situada no municipio de Philadelphia, no Estado de Minas Geraes, e tendo sido deferido o seu requerimento por despacho de 2 de abril ultimo, recommendo ao Sr. administrador da mesma Recebedoria que, no acto de realizar a cobrança do dito imposto, exija que o referido Pivatelli prove, com documento que faça fé, quantos litros de café em côco foram vendidos juntamente com as machinas, carros, gado e tropa da fazenda, e o preço em que foi estimado; assim como quaes as machinas a que se refere a escriptura e a quantidade do gado e tropa que entrou na venda; devendo-se excluir do pagamento do imposto o café, e cobrar-se somente, sobre o valor que de direito tiverem, e na razão de 6 %, o devido pelas machinas, moveis e semoventes comprehendidos no preço de 40:000\$, e restituído o sello proporcional que houver sido pago por esses objectos.—*Ruy Barbosa.*



N. 139 — EM 8 DE SETEMBRO DE 1890

As cadernetas das Caixas Economicas podem ser acceptas em garantia de fianças prestadas á Fazenda Nacional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os devidos effeitos, que as cadernetas das Caixas Economicas, garantidas pelo Governo Federal, podem ser acceptas em garantia de fianças de responsaveis á Fazenda Nacional. — *Ruy Barbosa.*



N. 140 — EM 10 DE SETEMBRO DE 1890

Declara que a criação do imposto sobre sahida de navios é da competência da União.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1890.

Reclamando a *United States and Brasil Mail Steam Ship Company*, na petição transmittida a este Ministerio pelo da Agricultura, Commercio e Obras Publicas com aviso n. 95 de 30 de agosto proximo findo, contra o imposto sobre sahida de navios, estabelecido pelo art. 20 das disposições permanentes da lei do orçamento desse Estado, actualmente em vigor, cabe-me declarar-vos que, na forma do art. 6º, n. 2, do decreto n. 510 de 22 de junho ultimo, a criação de tal imposto é da competência do Governo da União, e que, em vista do art. 9º do mesmo decreto, não podem os Estados tributar de qualquer modo, ou embaraçar com qualquer difficuldade ou gravame regulamentar ou administrativo, actos, instituições ou serviços estabelecidos pelo dito Governo. — *Ruy Barbosa*. — Sr. Governador do Estado do Pará.



N. 141 — EM 10 DE SETEMBRO DE 1890

Dá provimento a um recurso sobre classificação de tecido de algodão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda do Estado do Piahy que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso, transmittido com officio n. 28 de 15 de março proximo passado, interposto por Benedicto Rodrigues Madeira Brandão, da decisão da dita Thesouraria, confirmatoria do despacho da Alfandega da cidade da Parnahyba, que classificou como tendo mais de doze fios em cinco millimetros quadrados, para pagar a taxa de 2\$ por kilogramma, na forma da 2ª parte do art. 514 da tarifa em vigor, a mercadoria por elle submettida a despacho, pela nota n. 613 de 18 de novembro de 1889, como — riscados de algodão lisos até doze fios em cinco millimetros quadrados —, da de 1\$, também por kilogramma, de accordo com a 1ª parte do referido artigo, — resolveu reformar a decisão recorrida affirm de ser a mercadoria de que se trata classificada como — brins e riscados de algodão entrancados —, comprehendidos no art. 477 da citada tarifa e sujeitos á ultima das mencionadas taxas. — *Ruy Barbosa*.



N. 142 — EM 11 DE SETEMBRO DE 1890

Eleva a percentagem dos cobradores da Recebedoria do Rio de Janeiro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1890.

Communico ao Sr. administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro que, attendendo ao que me requereram os cobradores externos da mesma repartição e á informação prestada pelo dize Sr. administrador no officio n. 85 de 2 deste mez, resolvi elevar a 8 % a percentagem que percebem os encarregados da cobrança da cidade, e a 10 % os da legua além da demarcação. — *Ruy Barbosa.*



N. 143 — EM 13 DE SETEMBRO DE 1890

Isenta do imposto de transporte os bilhetes de passagem de ida e volta para as aguas mineraes de Lambary e de Cambuquira.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 13 do setembro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda de Minas Geraes, para os devidos effeitos, que, attendendo ao que lho requisitou o Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em aviso n. 91 do 1º deste mez, resolveu isentar do imposto de transporte os bilhetes de passagem de ida e volta, validos por 60 dias, para as aguas mineraes de Lambary e de Cambuquira; afim de facilitar ás classes menos abastadas o uso das mesmas aguas. — *Ruy Barbosa.*



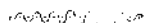
N. 144 — EM 15 DE SETEMBRO DE 1890

Manda cumprir o disposto no regulamento de 19 de maio de 1883, na parte relativa ao sello das nomeações de lentes, substitutos e professores da Escola Militar do Rio Grande.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 15 do setembro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio do Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda do Rio Grande do Sul, n. 75, de 10 de julho ultimo, em que

communica a resolução, tomada em Junta, de mandar abonar aos officiaes do Exército ultimamente nomeados para os logares de lentas, substitutos e professores da Escola Militar do mesmo Estado os respectivos vencimentos, independente do pagamento do sello de taes nomeações, fundando-se para isso no art. 308 do decreto de 12 de abril, que deu nova organização à dita escola, ordena-lhe que, relativamente ao assumpto, cumpra o disposto no regulamento de 19 de maio de 1883, o qual só pôde ser alterado por acto deste Ministerio. — *Ruy Barbosa.*

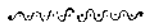


N. 145 — EM 16 DE SETEMBRO DE 1890

Requerita que as quantias apprehendidas em lances de jogo sejam directamente recolhidas ao Thesouro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1890.

Sr. Ministro — Tendo sido remettida ao Thesouro Nacional, como bens de defuntos ou ausentes, pelo juiz da 1.^a Vara desta Capital, com guia de 24 do mez passado, a quantia de 28206, como saldo resultante da de 355390, apprehendida em uma banca de jogo, e sendo mais acertado classificar as quantias dessa procedencia como — receita eventual—, rogo-vos providencias para que sejam ellas recolhidas directamente ao Thesouro, por intermedio do thesoureiro da Policia. — *Ruy Barbosa.* — Sr. Ministro dos Negocios da Justica.

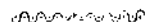


N. 146 — EM 16 DE SETEMBRO DE 1890

Communica que os vapores da Companhia « Lloyd Brasileiro » estão isentos do imposto de transmissão de propriedade e da matricula.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1890.

Communico ao Sr. administrador da recebedoria do Rio de Janeiro que os vapores da Companhia « Lloyd Brasileiro » estão isentos do imposto de transmissão de propriedade e da matricula, nos termos do art. 2.^o do decreto n. 208 de 19 de fevereiro do corrente anno, segundo declarou o Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em aviso n. 78 de 31 de julho ultimo. — *Ruy Barbosa.*



N. 147 — EM 18 DE SETEMBRO DE 1890

Indica as disposições que regem a organização das Caixas Economicas e as penas em que incorrem os infractores de taes disposições.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo conhecimento de que algumas companhias anonymas tem pretendido estabelecer Caixas Economicas, não organisadas de conformidade com as disposições legais que estatuem sobre esta especie de estabelecimentos de credito, considerados de beneficencia, porque proporcionam ás classes operarias e outras menos favorecidas da fortuna meio seguro de formarem peculio, accumulando as sobras, por diuinitas que sejam, do producto do seu trabalho, sendo por isso taes estabelecimentos protegidos pela Republica, que garante a restituição das quantias nelles depositadas o os respectivos juros; e, attendendo á conveniencia de providenciar para que se vulgarisem, quanto possivel, as alludidas disposições,— declara aos Srs. inspectores das Thesourarias da Fazenda que:

1.º As Caixas Economicas não se podem organisar sem authorisação do Governo Federal, segundo prescreve o decreto n. 164 de 17 de janeiro do presente anno, art. 1º, § 1º, n. 3; e, não só quanto á sua constituição, como quanto ao seu regimen, são reguladas pelo direito anterior ao mesmo decreto, por força do art. 131 do de n. 8821 de 30 de dezembro de 1882;

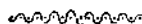
2.º Considera-se Caixa Economica o estabelecimento que, sob qualquer denominação, praticar as operações de depositos a que se referem a lei n. 1083 de 22 de agosto, art. 2º, §§ 14 a 16, e decreto n. 2711 de 19 de dezembro de 1860, Cap. V, leis n. 1507 de 26 de setembro de 1867, art. 36, n. 1, e n. 3313 de 16 de outubro de 1886, art. 6º, regulamentadas pelo decreto n. 9738 de 2 de abril de 1887; e que, consequentemente:

Será dirigido e administrado gratuitamente por directores nomeados pelo Governo Federal;

Não poderá fazer outra operação que não seja a de receber dinheiro a premio, em conta corrente de movimento; sendo os saldos dos depositos recebidos entregues á Estação Fiscal que o Ministro da Fazenda designar, e devendo os contractos e estatutos estipular a taxa do juro a pagar, a capitalisação deste, e que não vencerá juro qualquer importancia do mesmo depositante, excedente de 4:000\$000;

3.º A sociedade ou estabelecimento que, sob qualquer titulo ou denominação, fôr operações de Caixa Economica, sem prévia authorisação do Governo, incorre na pena de dissolução e na multa

de 1 a 5 % do capital social, ou de 1:000\$ a 5:000\$, si não tiver capital, ficando solidariamente responsáveis pela multa os seus directores (lei citada de 1860, art. 2º, §§ 1º e 6º, decreto n. 3974 de 5 de outubro de 1867, Res. de Cons. da Secção de Justiça do Conselho de Estado de 17 de outubro de 1885). — *Ruy Barbosa.*



N. 148 — EM 18 DE SETEMBRO DE 1890

Approva, com alterações, os estatutos da Caixa Beneficente dos jornalheiros da Alfandega do Rio de Janeiro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1890.

Communico ao Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro, em resposta ao seu officio n. 493 de 5 deste mez, que ficam approvados os estatutos, que o acompanharam, da Caixa Beneficente dos Jornalheiros da mesma Alfandega, fazendo-se, porém, nelles as alterações precisas no sentido de se declarar que é voluntaria a contribuição de 5 % das multas e apprehensões, arrecadadas para os empregados, e que, nos casos de retirada do serviço, os jornalheiros contribuintes receberão toda a importancia com que houverem contribuido, deduzidas as beneficencias que tiverem recebido. — *Ruy Barbosa.*

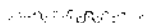


N. 149 — EM 20 DE SETEMBRO DE 1890

Approva a criação de uma Collectoria de rendas geraes no municipio de Santa Rita de Cassia, Estado de Minas Geraes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda do Estado de Minas Geraes que fica approvada a deliberação que tomou em sessão da Junta, segundo deu conta em seu officio n. 100, de 4 do corrente mez, de estabelecer uma Collectoria de rendas geraes no municipio de Santa Rita de Cassia, creado por decreto de 26 de fevereiro proximo passado; e recommenda-lhe o fiel cumprimento da circular do Thesouro Nacional n. 217, de 16 de junho de 1873. — *Ruy Barbosa.*



N. 150 — EM 22 DE SETEMBRO DE 1890

Faz diversas observações relativas a uma exposição de decisões tomadas por uma Thesouraria de Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente a exposição das decisões de que tratam os arts. 2º e 5º do decreto n. 4644 de 24 de dezembro de 1870, tomadas pela Thesouraria de Fazenda do Paraná, no semestre de janeiro a junho do corrente anno, por ella remetida à Directoria Geral das Rendas Publicas com officio n. 17 de 16 do ultimo daquelles mezes, declara ao Sr. inspector da dita Thesouraria:

1º, que, referindo-se os artigos citados a decisões favoraveis, não deviam figurar na alludida exposição as contrarias aos reclamantes, visto ficar-lhes salvo o direito de recorrerem, quando com ellas não se conformem;

2º, que, das favoraveis, ficam approvadas as referentes a Generoso do Espirito Santo, Martinho José Corrêa e Brasilino de Moura, bem como ao collector da Capital do mesmo Estado, Francisco Pereira Alves, por não ter provocado recurso da parte deste; cumprindo, entretanto, que em casos identicos se observe o disposto na ordem n. 82, de 20 de março de 1872, em virtude da qual são as finças dos exactores arbitradas segundo o tempo em que a renda se demora em seu poder, quer as entradas se façam por semestres ou trimestres, quer por mezes como se pratica no Thesouro;

3º, que não pôde ser approvada a deliberação concernente à restituição da percentagem e juros de 9%, mandada fazer ao ex-collector de S. José da Boa-Vista, João Baptista Estevão de Siqueira, por não se considerar motivo de força maior, independente da vontade do exactor, o facto de não haver sido realisado em tempo o recolhimento da renda, pela pessoa que disso foi por elle encarregada;

4º, que, relativamente à reclamação de Alfredo Aurelio de Freitas & Comp., não podia a decisão da Thesouraria ser tomada *por equidade*, não só porque esta cabe exclusivamente ao Tribunal do Thesouro, como também porque, si foi apresentada dentro dos 30 dias de que trata o art. 33 do regulamento annexo ao decreto n. 9870 de 22 de fevereiro de 1888, não era caso de equidade, mas de justiça; e si, ao contrario, foi provado o nenhum fundamento para o lançamento, deveria a decisão ser dada de acordo com a excepção 2ª do mencionado artigo;

5º, finalmente, que não podendo a Thesouraria deferir, fundada no art. 36 do regulamento, as reclamações de Theodoro

Spreger, Constante da Rocha Camargo e Luiz de Paula Queiroz, cumpre que preste a tal respeito informações que habilitem o Thesouro a conhecer si podem ellas ter cabimento no art. 33.
— *Ruy Barbosa.*



N. 151 — EM 25 DE SETEMBRO DE 1890

Declara ter direito um cirurgião-mór reformado da Armada á restituição do sello que pagou pela sua nomeação de director do Hospital de Marinha.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1890.

Sr. Ministro — Em resposta ao vosso aviso n. 2650 de 25 do mez passado, com o qual vos dignastes transmittir-me o requerimento, que vos devolve, do Dr. Bento de Carvalho e Souza, cirurgião-mór graduado reformado da Armada, pedindo restituição do sello que pagou pela nomeação de director do Hospital de Marinha, cabe-me declarar-vos que sendo, como é, a gratificação de director do Hospital substitutiva do antigas vantagens militares, o requerente tem direito á restituição que pretende — *Ruy Barbosa.* — Sr. Ministro dos Negocios da Marinha.



N. 152 — EM 25 DE SETEMBRO DE 1890

Declara não poderem ser prestadas as informações pedidas pelo juiz da 1ª vara de ausentes da Capital Federal, relativas ao recolhimento feito por uma Collectoria, de quantia pertencente ao espolio de um finado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1890.

Em resposta ao vosso officio de 4 deste mez, em que pedis informações relativas ao recolhimento, feito pela Collectoria de Nova Friburgo, do saldo do producto da venda de um terreno

pertencente ao espolio do finado Hermann Luiz Gade, cabe-me declarar-vos que não pôde ser satisfeito o vosso pedido :

1.º Porque o producto da venda de que se trata foi arrecadado e depositado por outro juizo, que não é o da vossa jurisdição;

2.º Porque, tendo de pagar o imposto devido no Estado do Rio de Janeiro, só está sujeito nesta Capital ao sello proporcional ;

3.º Finalmente, porque é expressamente prohibido dar-se, para qualquer fim, certidão, documento, informações ou esclarecimentos extrahidos da escripturação dos bens de defuntos e ausentes, existente no Thesouro Nacional. — *Ruy Barbosa*. — Sr. Juiz da 1ª Vara de Ausentes da Capital Federal.



N. 153 — EM 25 DE SETEMBRO DE 1890

Manda escripturar em — Depositos — a importancia do producto da venda em hasta publica, de diversos volumes armazenados em uma Alfandega, e declara que é de 10 e não de 5 dias o prazo para a venda de mercadorias no caso das de que se trata.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, visto o officio n. 48, de 7 de agosto proximo passado, em que o Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda de Matto Grosso dá conhecimento a este Ministerio da resolução, tomada pelo da Alfandega de Corumbá, de mandar vender em hasta publica, mediante edital com 5 dias de prazo, varios volumes ali armazenados, uns por abandono e outros por se ignorar a quem pertenciam — recommenda-lhe, não só que mande estornar para — Depositos — a importancia de 1:444\$100, producto da referida venda, escripturado naquella Alfandega em — Receita Extraordinaria —, attendendo a que parte delle, ao menos, pôde ainda ser reclamada por quem de direito ; como tambem que faça constar ao respectivo inspector que, na forma do art. 280, combinado com o de n. 283, n. 1, e paragrapho unico, ns. 1 e 4 da Consolidação das Leis das Alfandegas, é de 10 dias e não de 5 o prazo para a venda em hasta publica de mercadorias no caso das de que se trata, o que cumpre seja de futuro observado. — *Ruy Barbosa*.



N. 154 — EM 25 DE SETEMBRO DE 1890

Reforma a decisão de uma Alfandega sobre multa de direitos em dobro indevidamente imposta em um despacho de tecido, para o fim de ser applicada a de 1 1/2 a 5 %, pela differença de qualidade.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda do Estado de Pernambuco que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso, transmittido com o officio n. 43, de 2 de abril proximo passado, interposto por Manoel da Cunha Lobo, da decisão da Alfandega que impoz-lhe a multa de direitos em dobro, na forma do art. 504 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, por haver encontrado na conferencia interna de uma caixa, n. 159, vinda de Liverpool no vapor inglez *Detambre*, e submettida a despacho pela nota n. 150 de 4 de janeiro de 1889, um acrescimo de 26 kilogrammas de brim de linho adamassado, mencionado na 5ª addição; verificando, outrossim, a falta de 30 kilogrammas de panno de algodão listrado constante da 6ª addição, — resolveu, attendendo a que não houve differença de peso, mas de qualidade, reformar a decisão recorrida, a fim de ser applicada a multa de 1 1/2 a 5 % a que está sujeito o recorrente, nos termos do art. 503, § 6º, da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas. — *Ruy Barbosa*.



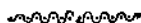
N. 155 — EM 25 DE SETEMBRO DE 1890

Infere um recurso sobre classificação de caixas de papelão, para navalhas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1890.

Communico ao Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro que o Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o recurso, transmittido com o seu officio n. 472 de 29 de agosto ultimo, interposto pelos negociantes Campo Verde & Mattos, da decisão da mesma Alfandega, que mandou classificar como—semelhantes ás caixas para oculos—, a fim de pagarem a taxa de 4\$500 por kilogramma, na forma da 3ª parte do art. 1069 da tarifa em vigor, as 69 dúzias de caixas de papelão vazias, para navalhas,

que submeteram a despacho como sujeitas á taxa de 650 réis, do citado artigo, — resolveu tomar conhecimento do recurso, para indeferir-o, e mandar que em casos identicos seja a mercadoria de que se trata despachada de accôrdo com aquella classificação, na conformidade do parecer da Commissão da Tarifa. — *Ruy Barbosa.*



N. 156 — EM 26 DE SETEMBRO DE 1890

Dá provimento a um recurso sobre pagamento de direitos de importação indevidamente cobrados de varias mercadorias acompanhadas de carta de guia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1890.

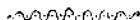
Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda do Estado de S. Pedro do Rio Grande do Sul, ter sido presente ao Tribunal do Thesouro o recurso, que acompanhou o officio n. 46, de 12 de abril de 1889, interposto por José Pina & Comp., da decisão da dita Thesouraria sustentando a da Mesa de Rendas Geraes de Bagé que, em virtude de telegramma recebido do ex-Delegado Fiscal nesse Estado, José Baptista de Castro e Silva, sujeitou ao pagamento de direitos de importação varias mercadorias que Angelo Corrêa de Mello lhes remetteu de Sant'Anna do Livramento, com carta de guia da respectiva Mesa de rendas e a declaração de terem sido pagos os direitos devidos na Alfandega de Uruguayana; e que o referido Tribunal:

Considerando que os direitos de consumo das mercadorias em questão foram opportuna e legalmente satisfeitos na Alfandega de Uruguayana, como os recorrentes provaram perante a Thesouraria de Fazenda;

Considerando que a retenção das mercadorias de que se trata foi motivada, não pela falta de pagamento dos direitos de importação a que estavam sujeitas, mas pela inobservancia, por parte do então administrador da Mesa de Rendas de Sant'Anna do Livramento, Octaviano O. X. Caripuna, de ordem expressa do delegado fiscal, que, entretanto, só a deu, como consta de sua informação, em circumstancias anormaes e a bem dos interesses do fisco;

Considerando que aos recorrentes, portanto, não cabe nem podia caber a responsabilidade da falta commettida no exercicio de suas funções por aquelle agente fiscal, que foi punido com a exoueração do cargo que exercia;

Resolven dar provimento ao mencionado recurso, a fim de ser restituída aos recorrentes a importância de quaesquer direitos que porventura tenham pago pela mercadorias de que se trata.
— *Ruy Barbosa.*

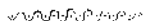


N. 157 — EM 29 DE SETEMBRO DE 1890

Declara que o pessoal das Delegacias da Inspectoria Geral das Terras e Colonização, nos Estados, deve perceber os vencimentos marcados nos das antigas Inspectorias especiaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. inspectores das Thesourarias da Fazenda, para a devida execução, que, na conformidade do aviso do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, n. 2251, de 12 do corrente mez, o pessoal das Delegacias da Inspectoria Geral das Terras e Colonização, nos diversos Estados, deve perceber os vencimentos já autorizados em relação ás antigas Inspectorias especiaes, devendo-se, portanto, abonar ao que for contemplado segundo o regulamento em vigor, os vencimentos dos respectivas tabeellas. — *Ruy Barbosa.*



N. 158 — EM 29 DE SETEMBRO DE 1890

As vantagens que competem aos exactores da Fazenda Nacional, nos casos de renda inferior á lotada, devem ser calculadas pela lotação anterior.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, deferindo o requerimento, que acompanhou o officio da Thesouraria da Fazenda das Alagoas, n. 79, de 28 de agosto proximo passado, em que o administrador e o escrevão da Mesa de rendas do Pilar reclamam contra a porcentagem que ultimamente lhes foi arbitrada, declara ao Sr. Inspector da dita Thesouraria que, nos termos das circulares, ns. 12 e 21, de 4 de fevereiro e 19 de março ultimos, devem as vantagens dos exactores da Fazenda, nos casos de renda inferior á lotada, ser cal-

culadas pela lotação anterior, e não pelo termo médio dos tres ultimos exercicios, como, em relação aos requerentes, proceden a mesma Thesouraria. — *Ruy Barbosa.*

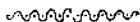


N. 159 — EM 29 DE SETEMBRO DE 1890

Indefere o requerimento do administrador de uma Mesa de rendas pedindo aposentadoria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda de Sergipe, afim de o fazer constar a Antonio José de Almeida Motta, administrador da Mesa de rendas de S. Christovão, que foi indeferido o requerimento, encaminhado a este Ministerio com officio do Governador do mesmo Estado, de 21 de agosto proximo passado, em que, allegando ter mais de 30 annos de serviço publico, pedia ser aposentado com o vencimento annual de 1:800\$, que está percebendo conforme a lotação de 24 do abril de 1885; visto que sua pretensão nem se funda em direito, nem tem precedente que justifique o deferimento. — *Ruy Barbosa.*



N. 160 — EM 30 DE SETEMBRO DE 1890

Declara quaes as machinas e o material que podem gosar da isenção de direitos, pedida para uma fabrica de tecidos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1890.

Sr. Ministro — Em resposta ao vosso aviso n. 34 de 12 deste mez, com o qual vos dignastes transmittir-me o requerimento, que vos devolvo, de Joaquim Rodrigues Antunes e Alvaro Teixeira Ramos, pedindo isenção de direitos para as machinas e todo o material necessario á fabrica de tecidos e officinas, que pretendem estabelecer no municipio de S. Bernardo, no Estado de S. Paulo, cabe-me informar-vos que, em these, só pôde ser-lhes garantida a isenção de direitos para as machinas comprehendidas no art. 1043 da tarifa, e, na forma dos §§ 9º e 10º do

art. 8º da lei de 20 de outubro de 1887, para as machinas eapparelhos destinados á primeira installação, e para o material importado, que não tenha similar no paiz, nem seja genero commum de commercio; uma vez que se provem com attestado do engenheiro competente o preenchimento daquelles requisitos e a necessidade do dito material. — *Ruy Barbosa*. — Sr. Ministro dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.



N. 161 — EM 2 DE OUTUBRO DE 1890

Declara competir á viuva de um official do Exercicio meio soldo deste, salvo si ficar provado que ella perdeu o direito ao dito beneficio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1890.

Sr. Ministro — Restituindo-vos o requerimento que vos dignastes transmittir-me com o vosso aviso de 22 do mez passado, em que Francisco Brazil de Oliveira pede que ás suas netas Maria e Francisclina, filhas do finado tenente do 11º batalhão de infantaria Manoel Brazil de Oliveira, seja pago o meio soldo do mesmo official, por isso que, quando este falleceu, achava-se desde muitos annos separado de sua mulher, D. Rodesina da Silveira Brazil, cabo-me declarar-vos que, nos termos do decreto n. 3697 de 10 de fevreiro de 1866, devem as referidas menores, por seu tutor, habilitar-se á percepção do dito meio soldo perante a Thesouraria da Fazenda do Ceará, onde residem; cumprindo-me, entretanto, ponderar-vos que, existindo viuva, compete-lhe o beneficio de que se trata, salvo si ficar provado que esta perdeu o direito a elle. — *Ruy Barbosa*. — Sr. Ministro dos Negocios da Guerra.



N. 162 — EM 2 DE OUTUBRO DE 1890

Não devem ser recolhidas nas Repartições publicas moedas de ouro portuguezas do 85 e 16\$000.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo conhecimento de que, em remessas de dinheiro feitas por

algumas Thesourarias foram encontradas moedas de ouro portuguezas, dos valores de 8\$ e 16\$, recommenda aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda que providenciem para que não sejam mais recebidas taes moedas, visto não se acharem comprehendidas na tabella annexa ao decreto n. 391 C, de 10 de maio ultimo, como já não o haviam sido na que acompanhou a circular n. 68, de 28 de dezembro de 1867. — *Ruy Barbosa.*

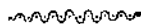


N. 163 — EM 6 DE OUTUBRO DE 1890

As Camaras Municipaes só compete o fôro dos terrenos de marinha, e não o laudemio devido pela transferencia de taes terrenos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda da Parahyba que fica approvedo o seu procedimento, de que dá conta em officio n. 74, de 10 de setembro proximo passado, de convidar a Intendencia Municipal da Capital a recolher aos cofres publicos geraes a importancia do laudemio, que arrecadou, proveniente da transferencia dos predios ns. 29 e 31 da rua do Visconde de Inhauma, edificados em terrenos de marinha; visto que, na forma do art. 8º, n. 3, da lei n. 3348 de 20 de outubro de 1887, ás Camaras Municipaes só compete o fôro de taes terrenos e não o laudemio devido pelas transferencias, como foi explicado pela circular n. 120, de 14 de dezembro do dito anno; convido, portanto, que a Thesouraria prosiga nas diligencias encetadas para haver da Intendencia do que se trata a importancia de mencionado laudemio, pertencente ao Estado. — *Ruy Barbosa.*



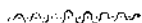
N. 164 — EM 6 DE OUTUBRO DE 1890

Approva o acto de uma Thesouraria de Fazenda sobre abono de percentagem a um chefe de secção de uma Alfandega addido a outra.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda do Ceará que fica approvedo o seu acto, de que dá conta em officio n. 69,

de 21 de agosto ultimo, mandando pagar ao chefe de seção extinto da Alfandega do Maranhão João José Fernandes da Silva, que se acha servindo, como addido, na desse Estado, em virtude do telegramma deste Ministerio de 18 de junho, a porcentagem calculada pela tabella que vigorava anteriormente ao decreto n. 391 B, de 10 de maio do corrente anno, em lugar da gratificação por esto creada em substituição à mesma porcentagem; visto não haver no referido decreto disposição expressa relativamente ao caso de que se trata, o ser de caracter provisorio a medida tomada a respeito daquella empregado.— *Ruy Barbosa.*



N. 165 — EM 9 DE OUTUBRO DE 1900

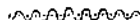
Determina que não sejam admittidos nas Repartições do Ministerio da Fazenda collaboradores ou quaesquer outros empregados ou jornaleiros, além do numero mencionado nos quadros do pessoal, nem se permita empregado algum servindo como addido fóra da Repartição a que pertencer.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1900.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, considerando que as ultimas reformas dos quadros das Thesourarias de Fazenda e das Alfandegas dotaram-nas com o pessoal sufficiente para os trabalhos do seu expediente, tornando absolutamente desnecessaria a pratica, anteriormente seguida, de se admittirem collaboradores para auxiliarem o serviço, ou de se chamarem empregados de Repartições differentes para servirem na qualidade de addidos;

Considerando que qualquer dessas providencias está, e tem sido prohibida por disposição expressa, por ser abusiva e inconveniente, não só pelo excesso de despesa que acarreta, mas ainda pela anarchia e desorganisação que causam aos quadros fixados em lei:

Determina aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda que não admittam nas mesmas Repartições e nas que lhes forem subordinadas, collaboradores ou quaesquer outros empregados ou jornaleiros, além do numero marcado nos quadros do seu pessoal, nem permitam funcionario algum servindo como addido fóra da Repartição a que pertencer, salvo, quanto ao primeiro caso, si a despesa correr por conta dos vencimentos dos respectivos empregados, e, quanto ao segundo, si o addido perder a gratificação *pro labore*, na fórma das disposições em vigor.— *Ruy Barbosa.*



N. 166 — EM 9 DE OUTUBRO DE 1890

Dá provimento a um recurso sobre classificação de filó.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Estado de Pernambuco que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso, transmittido com officio n. 56, de 27 de março proximo passado, interposto por Bernet & Comp., da decisão da dita Thesouraria confirmatoria da da Alfandega que classificou como «filó de algodão bordado», para pagar a taxa de 10\$ por kilogramma, na forma do art. 491 da tarifa em vigor, a mercadoria submettida a despacho pela nota n. 1052, de 8 de janeiro do corrente anno, com a declaração de ignorarem o conteudo, — resolveu dar-lhe provimento, afim de mandar classificar a mercadoria de que se trata como «filó de algodão, ponto de malha, liso, pesando mais de 4 kilogrammas em 100 m²», para pagar a taxa de 4\$ por kilogramma, de accordo com o citado artigo. — *Ruy Barbosa.*

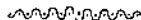


N. 167 — EM 9 DE OUTUBRO DE 1890

Manda restituir a uma companhia a importancia dos direitos de expediente que pagou pelo machinismo destinado á installação de sua fabrica.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1890.

Communico ao Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro, que, attendendo ao que me requereu a Companhia Manufactora de Rendas e á informação prestada pelo mesmo Sr. inspector, no officio n. 531, de 2 do corrente mez, resolvi, á vista do disposto no § 10 do art. 8º, da lei n. 3348 de 20 de outubro de 1887, que seja restituída á dita companhia a importancia dos direitos de expediente, que pagou pelo machinismo que recebeu de Liverpool, pelo vapor inglez *Nasmith*, com destino á installação da fabrica. — *Ruy Barbosa.*



N. 168 — EM 10 DE OUTUBRO DE 1890

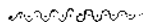
Indica as moedas que devem ser recebidas em pagamento dos direitos de importação, e as que devem ser rejeitadas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente a representação da Thesouraria Geral do mesmo Thesouro, de 29 do mez proximo passado, declara aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda, para que o façam constar aos das Alfandegas:

1^o, que só devem ser recebidas, em pagamento dos direitos de importação, as moedas designadas na tabella que acompanhou o decreto n. 391 C, de 10 de maio, na circular n. 35 de 11 de junho e na ordem de 5 de julho ultimos, com exclusão das libras esterlinas cunhadas no reinado de George III;

2^o, que devem ser rejeitadas as que estiverem deformadas por golpes, furos ou qualquer outro defeito.— *Ruy Barbosa.*

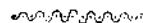


N. 169 — EM 10 DE OUTUBRO DE 1890

Determina que haja o maior cuidado no troco das notas, afim de que não passem para o Estado obrigações contrahidas pelos Bancos emissores.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda que providenciem afim de que as Repartições que lhes são subordinadas empreguem o maior cuidado no troco das notas, de modo a evitar que, por falta dos necessarios exames, passem para o Estado obrigações contrahidas pelos bancos, relativamente ás notas por estes emittidas.— *Ruy Barbosa.*



N. 170 — EM 11 DE OUTUBRO DE 1890

A entrega dos dinheiros pertencentes a espolios e recolhidos aos cofres do Estado só pôde ser feita aos herdeiros legalmente habilitados, e não aos curadores.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1890.

Sr. Ministro— Accuso o recebimento do vosso aviso do 21 de agosto ultimo, remettendo-me, para ser tomado na devida consideração, o officio em que o juiz de ausentes da 1.^a vara desta Capital pede se marque dia e hora para mandar proceder á arrecadação da quantia de 1:100\$5, pertencente ao espolio de Antonio Dias da Rocha, proveniente de obras por este executadas na caixa d'agua da Escola Militar, e cujo pagamento fôra por vós requisitado em 8 de julho antecedente.

Em resposta, cabe-me declarar-vos que deixei de mandar cumprir aquelle aviso, por não permittir a decisão n. 99 de 28 de setembro de 1887 que, em caso algum, os dinheiros, que já estiverem nos cofres do Estado, sejam entregues aos curadores; devendo-se aguardar a apresentação do herdeiro legalmente habilitado, para se effectuar a entrega, a exemplo do que já se praticava com relação aos dinheiros de orphãos, em virtude dos avisos de 18 de janeiro de 1859, 7 de março de 1862 e 3 de dezembro de 1863.—*Ruy Barbosa*.— Sr. Ministro dos Negocios da Guerra.



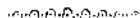
N. 171 — EM 16 DE OUTUBRO DE 1890

Os creditos das diversas verbas de despeza da Republica não podem ser augmentados com as importancias correspondentes ao producto das rendas publicas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1890.

Sr. Ministro — Accusando o recebimento do vosso aviso n. 4087, de 30 do mez proximo passado, em que requisitaeis a annullação na verba « Soccorros publicos », de 1890, da quantia de 1:186\$098, recolhida ao Thesouro Nacional pelo inspector geral interino de saude dos portos, em 30 de agosto antecedente, e proveniente da desinfecções feitas em diversos vapores no Lazareto da Ilha Grande, cabe-me declarar-vos que, sendo aquella quantia renda do Estado, *ex-vi* dos art. 147 e 158 do

decreto n. 9554, de 3 de fevereiro de 1886, não pôde ser effectuada a referida annullação, por não permittir o art. 39 da lei n. 628, de 17 de setembro de 1851, ainda em vigor, que os creditos das diversas verbas de despesa da Republica sejam augmentados com a importancia correspondente ao producto das rendas publicas.—*Ruy Barbosa*.—Sr. Ministro dos Negocios do Interior.

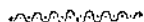


N. 172 — EM 16 DE OUTUBRO DE 1890

Declara não ser conveniente adoptar a medida proposta pelo administrador interino da Recebedoria, de passar a numeração dos predios a ser feita pelos lançadores da mesma Repartição.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1890.

Declaro ao Sr. administrador interino da Recebedoria do Rio de Janeiro, que não convem adoptar-se a medida, proposta no offcio de 25 do mez passado, de ser derogado o art. 4º do decreto n. 152, de 16 de abril de 1842, que incumbia à Ilma. Camara Municipal, hoje Conselho de Intendencia Municipal desta cidade, o serviço de numeração dos predios, passando a ser feito pelos lançadores da mesma Recebedoria; visto não haver vantagem alguma na derogação proposta, convindo antes que, quando a dita Intendencia não enviar em tempo nota das alterações havidas, mande o Sr. administrador collectas alli por empregado da Repartição a seu cargo.—*Ruy Barbosa*.



N. 173 — EM 17 DE OUTUBRO DE 1890

Indefere um requerimento reclamando contra uma decisão do Tribunal do Thesouro, que não tomou conhecimento de um recurso, por estar dentro da alçada.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1890.

Communico ao Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro, para os devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o requerimento em que C. Abranches & Comp. reclamaram contra a decisão do mesmo Tribunal, de 31 de maio ultimo, communicada à dita Alfandega pela portaria n. 92, de

11 do mez seguinte, que não tomou conhecimento, por estar dentro da alçada, do recurso que interpuzeram contra a classificação de «unoscotel ou liquoro-so» dado ao vinho que submetteram a despacho como «secco, engarrafado», resolveu manter a citada decisão, por não haver fundamento para revista, e ser applicavel ao caso o disposto no art. 15, n. 1, do decreto n. 355 A, de 25 de abril do corrente anno, afim de ser remettida a referida reclamação ao Sr. inspector para, á vista da competência estabelecida pelo citado decreto, resolver sobre ella, confirmando ou reformando o seu despacho.—*Ruy Barbosa.*



N. 171 — EM 17 DE OUTUBRO DE 1890

Reforma a decisão de uma Alfandega sobre classificação de meias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda do Estado do Pará que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso, transmittido com o seu officio n. 124 de 25 de abril proximo passado, interposto por Azovelo & Comp., da decisão da Alfandega do dito Estado que classificou como «de seda e algodão», sujeitas á taxa de 24\$000, por kilogramma, na forma do art. 641 da tarifa em vigor, dez duzias de pares de meias submettidas a despacho pela nota n. 748, de 5 de novembro de 1889, como «de algodão, curtas de mais de 0m,20 no pé», para pagarem a de 1\$100, por par, — resolveu, tomando conhecimento d'elle, reformar a decisão recorrida, afim de ser a mercadoria de que se trata classificada no art. 504 da citada tarifa, combinado com o art. 14, observação 3ª, das respectivas disposições preliminares. — *Ruy Barbosa.*



N. 175 — EM 17 DE OUTUBRO DE 1890

Dá provimento a um recurso sobre classificação de sapatos com sola de borracha.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda do Estado da Bahia que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso,

transmittido com o seu officio n. 65, de 13 de agosto proximo passado, interposto por Alves & Comp., da decisão da Alfandega do dito Estado que classificou como « de tecido de algodão, de mais de 0^m,22 », para pagar a taxa de 1\$400, cada par, na forma do art. 36 da tarifa em vigor, 35 pares de sapatos, com sola de borracha, submettidos a despacho, pela nota n. 3035, de 16 de junho anterior, como « chinelas de lona para banho », sujeitas a de duzentos réis, de accordo com o art. 591 da citada tarifa, — resolveu dar-lhe provimento, mandando que a mercadoria em questão seja despachada *ad valorem*. — *Ruy Barbosa*.



N. 176 — EM 20 DE OUTUBRO DE 1890

Estão sujeitos sómente ao sello fixo de 2\$900 os titulos de nomeação dos collectores, administradores das Mesas de rendas e seus escrivães, demittidos contra sua vontade e novamente nomeados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda que os collectores e administradores das Mesas de rendas, e respectivos escrivães, estão comprehendidos na disposição da circular de 17 de julho ultimo, que explicou a de 6 de agosto de 1888, para o fim de pagarem unicamente o sello fixo de 2\$000 pelos titulos de suas nomeações, no caso de terem sido demittidos dos mesmos logares contra a sua vontade, e novamente nomeados. — *Ruy Barbosa*.



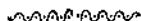
N. 177 — EM 23 DE OUTUBRO DE 1890

Declara não ter direito a irmã de um official da Armada ao monte-pio de marinha.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1890.

Sr. Ministro — Restituindo-vos o requerimento, que me transmittistes com o vosso aviso n. 3004, de 1 de mez corrente, em que D. Leonor Maria de Sá pede a continuação do paga-

mento do monte-pio que lhe era abonado, quando solteira, na qualidade de irmã do fallecido 1º tenente da Armada Frederico Dias de Sá, cabe-me declarar-vos que a requerente não pôde ser attendida, não só porque o plano de 23 de setembro de 1795 só o concede ás irmãs solteiras dos officiaes de marinha, enquanto se conservarem nesse estado, como também porque não lhe aproveita a disposição do art. 27 do decreto n. 695, de 28 de agosto ultimo, a que se soccorre, o qual só se refere as familias dos officiaes do Exercito.— *Ruy Barbosa*.— Sr. Ministro dos Negocios da Marinha.



N. 178 — EM 23 DE OUTUBRO DE 1890

Dá provimento a um recurso sobre pagamento do valor official e dos direitos de mercadorias extraviadas de dous volumes descarregados, com indicio de arrombamento, de bordo de um vapor pertencente a uma companhia de navegação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1890.

Ray Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul que o mesmo Tribunal resolveu dar provimento ao recurso, transmittido com o seu officio n. 4, de 26 de julho proximo passado, interposto pela Companhia Lloyd Brasileiro, por seu agente na cidade do Rio Grande, da decisão da Alfandega dessa cidade que a condemnou a pagar á Fazenda Nacional, não só os direitos das mercadorias extraviadas de dous volumes, ns. 1087 e 1113, descarregados com indicio de arrombamento, de bordo do vapor nacional *Desterro*, como também o valor official de taes mercadorias aos respectivos consignatarios, Guilherme Pietscher & Comp.; porquanto, não estando provado quem foi o autor do roubo, seria arbitrio tornar responsivel a companhia pelo pagamento dos respectivos direitos, quando sobre o ponto de que se trata nada dispoz a Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, nem tinha a Inspectoria da referida Alfandega competencia para mandar que a mencionada companhia indemnizasse os donos da mercadoria do valor dos objectos extraviados.— *Ruy Barbosa*.



N. 179 — EM 24 DE OUTUBRO DE 1890

Indefere um recurso sobre cobrança de direitos de mechas de pão toseco importadas para uma fabrica de phosphoros.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1890.

Communico ao Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro que o Tribunal do Thesouro Nacional resolveu indeferir o recurso, transmittido com o seu officio n. 512, de 17 do mez passado, interposto pela Companhia fabrica de Phosphoros de Segurança *Gracioso*, da decisão da mesma Alfandega, que mandou cobrar direitos *ad valorem*, na razão de 48 % de accordo com o art. 15 das disposições preliminares da tarifa em vigor, pelas mechas de pão toseco, que pretendia despachar pagando a taxa de 15 %, também *ad valorem*; porquanto, nos termos do § 2º do art. 15 do decreto n. 355 A, de 25 de abril ultimo, da decisão da Alfandega não cabia recurso para o referido Tribunal, mas arbitrariamente, que a parte podia requerer, desde que com ella não se conformasse. — *Ruy Barbosa*.



N. 180 — EM 25 DE OUTUBRO DE 1890

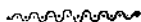
Declara não ter direito a viúva de um official reformado do Corpo de Fazenda da Armada ao monte-pio correspondente á metade do soldo de capitão-tenente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1890.

Sr. Ministro — Estou de posse de vosso aviso n. 2981, de 30 do mez proximo passado, em que vos dignastes declarar-me que o monte-pio de Julia Maria da Costa Mattos, viúva do official de 2ª classe reformado do Corpo de Fazenda da Armada, Joaquim José Alves de Mattos, é o que corresponde ao posto de capitão-tenente, e não o do 1º tenente, por ter-se reconhecido, em 21 de julho de 1876, que a reforma do dito official deveria ter sido dada naquello posto e com o respectivo soldo, por contar 35 annos e oito mezes de serviço, não se tendo rectificado o decreto que o reformou, por haver elle fallecido antes de estar verificado o seu direito.

Em resposta, cabe-me declarar que a referida D. Julia já intentou essa pretensão perante o Ministerio a meu cargo, e foi indeferida, por despacho de 26 de abril de 1878, porque, baseando-se na concessão do monte-pio de marinha na contribuição effectuada,

e tendo a do official de quem se trata sido feita na razão do posto de 1º tenente, nenhum direito lhe assiste á metade do soldo de capitão-tenente, nos termos do plano de 23 de setembro de 1795.
— *Ruy Barbosa*. — Sr. Ministro dos Negocios da Marinha.



N. 181 — EM 28 DE OUTUBRO DE 1890

Requisita providencias no sentido de serem acceptas as letras hypothecarias em garantia de fianças.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1890.

Tendo a Junta Commercial do Estado do Pará, segundo informa o presidente do Banco Emissor do Norte, em telegramma de 25 do corrente mez, recusado acceptar letras hypothecarias do mesmo banco em garantia da fiança de um agente de leilões; cabe-me solicitar-vos deis as necessarias providencias no sentido de ser cumprida por aquella Junta a disposição do art. 17 do decreto n. 169 A, de 19 de janeiro deste anno. — *Ruy Barbosa*. — Sr. Ministro dos Negocios da Justiça.



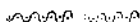
N. 182 — EM 28 DE OUTUBRO DE 1890

Declara competir ao Conselho Fiscal da Caixa Economica promover judicialmente, quando de outro modo não o consiga, a indemnisação de prejuizo a ella causado pelos seus agentes ou empregados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1890.

Estou de posse do vosso officio de 24 de junho proximo passado, no qual me participaes haver terminado o exame a que, pelo motivo de achar-se alcançado o ex-administrador da Mesa de Rendas da cidade de Macahé, José Carlos de Almeida Torres Tibagy, mandou o Conselho Fiscal proceder na escripturação da agencia da Caixa Economica a cargo do dito administrador, verificando-se haver este desfalcado o cofre na importancia de quarenta e dous contos cento e dez mil e trinta réis (42:110\$030), com a cumplicidade do ex-escriptuario Gustavo de Lacerda Werneck, que deixou de lançar nos livros operações effectuadas e commetteu outras faltas.

Inteirado do mesmo officio, declaro-vos, em resposta, que a Caixa Economica, embora fundada pelo Governo, de conformidade com a lei n. 1083, de 22 de agosto de 1866, não tem o caracter de Repartição publica, como diversas ordens o declararam; competindo, portanto, ao Conselho Fiscal, no uso das attribuições conferidas pelo art. 53, ns. 14 e 15, do regulamento de 2 de abril de 1887, e de accordo com os avisos n. 402 de 15 de novembro de 1867 e n. 339 de 20 de setembro de 1872, promover judicialmente, quando de outro modo não consiga, a indemnisação do prejuizo causado por seu agente naquella cidade, e communicar á autoridade competente os actos culposos d'elle e do referido ex-escriptuario, para que estes sejam legalmente punidos. — *Ruy Barbosa*. — Sr. Presidente do Conselho Fiscal da Caixa Economica e Monte de Soccorro da Capital Federal.

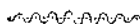


N. 183 — EM 1 DE NOVEMBRO DE 1890

Da providencia a um recurso sobre classificão de papel.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda da Bahia ter sido presente ao mesmo Tribunal o recurso, annexo ao seu officio, n. 72, de 10 de setembro ultimo, interposto por Lima Irmãos & Comp., da decisão da dita Thesouraria confirmatoria da da Alfandega, pela qual foi classificado como—para escrever—, sujeito a taxa de 220 réis, conforme o art. 666 da tarifa em vigor, o papel que submeteram a despacho em 30 de abril, como—proprio para embrulho, sem impressão—, da taxa de 80 réis, do citado artigo; e que o referido Tribunal considerando-o—de revista—por não estar ainda em execução naquello Estado, quando foi proposta a despacho a alludida mercaderia, o decreto n. 355 A, de 25 de abril do corrente anno—, resolveu dar-lhe providencia, para o fim de ser o papel de que se trata despachado de conformidade com a classificão dos recurrentes, attenta a sua inferior qualidade e falta de lustro que o tornam impróprio para escrever.—*Ruy Barbosa*.



N. 184 — EM 1 DE NOVEMBRO DE 1890

As precatórias de levantamento de dinheiros de defuntos e ausentes, para pagamento de imposto, devem ser expedidas a favor do thesoureiro da Recebedoria e acompanhadas de guia em duplicata.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1890.

Para que seja reformado, nos termos da ordem n. 228, de 19 de junho de 1866, incluso vos devolvo o precatório, expedido por esse Juizo ao thesoureiro da Recebedoria do Rio de Janeiro, a favor do Dr. Antonio Pedro de Alencastro Junior, testamenteiro do espolio do finado Cesar Augusto Torres, para levantamento da quantia de 6:309\$559, destinada ao pagamento do imposto de transmissão devido pelo mesmo espolio; visto dispôr aquella ordem que os precatórios de levantamento de dinheiros de defuntas e ausentes, para pagamento de imposto, sejam expedidos a favor do dito thesoureiro e acompanhados de guia em duplicata. — *Ruy Barbosa*. — Sr. Juiz de Ausentes da 2ª vara desta Capital.



N. 185 — EM 4 DE NOVEMBRO DE 1890

Communica que foram concedidos aos vapores da Companhia de Navegação Norte-Sul os favores e regalias outorgados pelo decreto n. 4955, de 4 de maio de 1872.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os devidos effeitos, que aos vapores da Companhia de Navegação Norte-Sul foram concedidos os favores e regalias outorgados pelo decreto n. 4955, de 4 de maio de 1872, ás companhias de linhas regulares de navegação transatlantica, uma vez que se mostre habilitada a desempenhar o serviço nas mesmas condições das que já gosam de taes vantagens. — *Ruy Barbosa*.



N. 186 — EM 4 DE NOVEMBRO DE 1890

Autorisa a inscrição de uma companhia e o recebimento do sello sobre a quantia equivalente a 10 % da 1.^a chamada de seu capital.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1890.

Tendo provado a Companhia Manufactora de Productos de Chumbo, com documento passado pelo Banco Federal do Brazil, que desde o dia 24 de setembro ultimo começou a fazer entradas por conta da primeira chamada de seu capital, autoriso o Sr. administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro para fazer a inscrição da mesma companhia e receber o sello sobre a quantia de 15:000\$, equivalente a 10 % da dita chamada, visto reger-se ella pela lei anterior ao decreto de 13 de outubro proximo passado. — *Ruy Barbosa.*



N. 187 — EM 5 DE NOVEMBRO DE 1890

As nomeações de agentes postaes, de 3.^a e 4.^a classes, e de ajudantes dos de 3.^a, estão sujeitas ao sello do § 5.^o, n. 7, da tabella A, do regulamento de 19 de maio de 1883.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. inspectores das Thesourarias da Fazenda que as nomeações de agentes postaes de 3.^a e 4.^a classes e de ajudantes dos de 3.^a, estão sujeitas ao sello do § 5.^o, n. 7, da tabella A do regulamento annexo ao decreto n. 8946, de 19 de maio de 1883, visto serem de mera commissão taes logares, segundo informa a Directoria Geral dos Correios no officio transmittido pelo Ministerio da Instrução Publica, Correios e Telegraphos com aviso n. 1417 de 24 de setembro proximo passado; ficando assim alterada a decisão deste Ministerio constante do aviso dirigido ao da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 12 de abril do corrente anno, que declarou sujeitas ao sello do § 5.^o, n. 1, da citada tabella, as nomeações dos agentes do Correio, com excepção dos de 4.^a classe, quando tivessem vencimento menor de 200\$, annualmente. — *Ruy Barbosa.*



N. 188 — EM 8 DE NOVEMBRO DE 1890

Dá provimento a um recurso sobre imposto de transmissão de propriedade.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1890.

Communico ao Sr. administrador interino da Recebedoria do Rio de Janeiro que o Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o recurso, transmittido com o officio n. 65, de 26 de julho deste anno, interposto por D. Maria da Gloria Brandão, do despacho da mesma Recebedoria que a obrigou ao pagamento do imposto de transmissão de propriedade sobre a quantia de 6:331\$300 que de mais recebeu para solução de despezas, legados e reposições de sua meação, e na qualidade de herdeira dos remanescentes da terça de seu marido e de um filho seu, fallecido no correr do inventario a que procedeu por morte de seu marido, — resolveu dar-lhe provimento, para o fim de declarar a recorrente isenta do referido imposto, á vista do n. 2 do art. 23 do regulamento de 31 de março de 1874. — *Ruy Barbosa*.



N. 189 — EM 10 DE NOVEMBRO DE 1890

Declara ter sido bem cobrado o sello sobre o capital de uma sociedade agricola, sem attenção á especie em que fôra feita a entrada de cada socio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1890.

Tenho presente vosso officio em que, tratando do emprestimo pretendido por Francisco Coelho de Magalhães Sobrinho e outro, consultaes si é ou não devido o imposto de transmissão de propriedade, em vez do sello, que foi pago, pela fazenda, bemfeitorias e escravos que entraram na constituição do capital da sociedade agricola por elles formada.

Em resposta, cabe-me declarar-vos que, na fôrma do art. 23, n. 6, do regulamento de 31 de março de 1874, e do n. 8 do § 1º da tabella A do regulamento de 19 de maio de 1883, foi bem cobrado o sello sobre o capital social, sem attenção á especie em que é feita a entrada de cada socio. — *Ruy Barbosa*. — Sr. Fiscal do serviço de auxilios á lavoura no Banco da Lavoura e do Commercio.



N. 190 — EM 11 DE NOVEMBRO DE 1890

Corrige diversos enganos na tarifa mandada executar pelo decreto n. 836, de 11 de outubro deste anno.

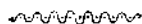
Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda, para que mandem fazer a necessaria rectificação, que na tarifa mandada executar por decreto n. 836, de 11 de outubro proximo passado, occorreram os seguintes enganos :

Art. 336. — Valerianatos de alcaloides — Gramma — Em vez de 10 réis, leia-se 100.

Art. 821. — Facas para mesa, com cabos de madreperola — Duzia — Em vez de 800 réis, leia-se 2\$800.

Art. 1050. — Cachimbos de ambar — Kilogramma — Em vez de 500 réis, leia-se 5\$000. — *Ruy Barbosa.*



N. 191 — EM 12 DE NOVEMBRO DE 1890

Indica o caso em que podem ser accoitas reclamações sobre lançamento do imposto de industrias e profissões, ainda que apresentadas fóra do prazo legal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda que, de conformidade com a decisão do mesmo Tribunal, constante da portaria n. 92, expedida nesta data á Recebedoria do Rio de Janeiro, podem as Repartições arrecadadoras de impostos internos resolver sobre as reclamações que lhes forem dirigidas contra o lançamento do imposto de industrias e profissões, ainda que apresentadas fóra do prazo legal, comtanto que os interessados provem haver fechado os seus estabelecimentos antes do exercicio a que se refira o dito imposto. — *Ruy Barbosa.*



N. 192 — EM 14 DE NOVEMBRO DE 1890

Os empregados nomeados até à data da publicação do decreto n. 10.349 de 14 de setembro de 1889, devem prestar as provas exigidas pelo art. 20 e a de pratica da Repartição.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1890.

Communico ao Sr. administrador interino da Recebedoria do Rio de Janeiro que foi indeferido o requerimento, transmittido com o seu officio n. 111, de 29 de setembro proximo passado, em que os praticantes da mesma Repartição pediam permissão para concorrerem aos logares de 2ª entrancia, de accordo com o disposto no art. 28 do decreto n. 10.349 de 14 de setembro do anno passado, allegando não lhes ser applicavel o art. 30 desse decreto; visto que os empregados nomeados até à data da publicação do mesmo decreto devem prestar as provas exigidas pelo art. 20 e a de pratica da Repartição, estando isentos somente da de legislação de Fazenda. — *Ruy Barbosa.*



N. 193 — EM 19 DE NOVEMBRO DE 1890

Declara que só podem gosar da isenção de direitos os machinismos e objectos importados para as obras de esgotos da cidade de Santos, dependendo, os destinados ao custeio, de concessão do Congresso Nacional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1890.

Em resposta ao vosso officio n. 1, de 27 de agosto proximo passado, com o qual me transmittistes os papeis relativos à isenção de direitos pedida pelo Conselho de Intendencia Municipal da cidade de Santos para os materiaes destinados às obras de esgotos da mesma cidade, cabe-me declarar-vos, afim de que o façaes constar ao referido Conselho, que, de conformidade com o decreto legislativo n. 1734, de 6 de outubro de 1869, e art. 9º da lei n. 3349, de 20 de outubro de 1887, só podem ser despachados livres de direitos de importação os machinismos e objectos que vierem para aquelle fim, preenchidos os requisitos exigidos nas instrucções de 26 de abril de 1887 e no decreto n. 974 A, de 4 do corrente mez.

Quanto aos materiaes destinados ao custeio do serviço de que se trata, só poderá ser-lhe concedida isenção de direitos pelo Congresso, ao qual se deverá dirigir o dito Conselho, por não se achar para isso autorizado o Governo, á vista do disposto no art. 8º da lei n. 3313 de 16 de outubro de 1886.— *Ruy Barbosa*. — Sr. Governador do Estado de S. Paulo.



N. 194 — EM 21 DE NOVEMBRO DE 1890

As reclamações sobre cobrança de sello só podem ser tomadas em consideração, em grão do recurso devidamente interposto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1890.

Sr. Ministro — Restituindo-vos os inclusos papeis que vos dignastes transmittir-me com o vosso aviso de 24 do mez passado, relativos á representação do commandante da Escola Militar do Rio Grande do Sul, contra o acto da Thesouraria de Fazenda do mesmo Estado, exigindo da nomeação do capitão Manoel Theophilo Barreto Vianna para lente cathedratico da referida Escola o sello de 9 % da tabella A, § 5º, do regulamento de 19 de maio de 1883, cabe-me declarar-vos que, tratando-se de acto da competencia da dita Thesouraria, só em grão do recurso, devidamente interposto, pôde este Ministerio tomar conhecimento de qualquer reclamação a respeito da cobrança do imposto de que se trata; accrescendo que esse procedimento está de accordo com a ordem de 4 do dito mez de outubro, expedida áquella Thesouraria, em solução á consulta que fez relativamente ao art. 308 do decreto de 12 de abril ultimo, o qual reorganizou o ensino nas escolas do Exército.— *Ruy Barbosa*. — Sr. Ministro dos Negocios da Guerra.



N. 195 — EM 27 DE NOVEMBRO DE 1890

Declara não poder ser deferida a reclamação da viuva de um official do Exército contra o acto que cassou-lhe o monte-pio deixado por seu pai, para abonar-lhe o meio soldo do seu finado marido.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1890.

Sr. Ministro — Restituindo-vos o incluso requerimento e mais papeis, que me transmittistes com o vosso aviso n. 3218 de 25

de outubro ultimo, em que D. Marianna da Costa Barros Velloso Lessa reclama contra a decisão do Ministerio a meu cargo, cassando-lhe o monte-pio deixado por seu pae, para abonar-lhe o meio soldo de seu finado marido, o tenente-coronel José Antonio da Fonseca Lessa, cabo-me informar-vos que não pôde ser deferida a mesma reclamação, em vista do disposto no art. 4º da lei de 6 de novembro de 1827, e no art. 10, § 5º, do decreto n. 3607 de 10 de fevereiro de 1866. — *Ruy Barbosa*. — Sr. Ministro dos Negocios da Marinha.



N. 196 — EM 28 DE NOVEMBRO DE 1890

Dá provimento a um recurso sobre despacho do ferragens.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communicou ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda do Estado de Pernambuco que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso, transmittido com o officio n. 156 de 29 de setembro proximo passado, interposto por Vianna, Castro & Comp., da decisão pela qual a Alfandega do dito Estado negou-lhes a restituição dos direitos que de mais pagaram por 222 kilogrammas de «fechos pedrezos de ferro», sujeitos à taxa de 200 réis, na forma do art. 786 da tariffa em vigor, encontrados na conferencia da sahida em duas das cinco caixas que submeteram a despacho com a declaração de conterem «fechaduras de ferro de uma só volta», da taxa de 320 réis por kilogramma, de accordo com o art. 785 da citada tariffa, resolveu dar-lhe provimento, afim de se effectuar a restituição reclamada pelos recorrentes; visto ter sido dispensada a primeira conferencia, estando a mercadoria sujeita a mais de uma taxa na tariffa. — *Ruy Barbosa*.



N. 197 — EM 28 DE NOVEMBRO DE 1890

Dá provimento a um recurso sobre cobrança de sello devido pela integração do capital de uma companhia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1890.

Communico ao Sr. administrador interino da Recebedoria do Rio de Janeiro que o Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o recurso, transmittido com o seu officio n. 146 de 4

do mez corrente, interposto pela Companhia de Estradas de Ferro e Navegação do Norte do Brazil, da decisão da mesma Recebedoria, exigindo-lhe o pagamento do sello, na importancia de 11.760\$, pela integralisção do seu capital, que foi elevado de 14.000.000\$ a 21.000.000\$, resolveu dar-lhe provimento, affin de ser cobrado o mencionado imposto, unicamente sobre o capital que for sendo effectivamente recolhido aos cofres da companhia pelos respectivos accionistas. — *Ruy Barbosa.*



N. 198 — EM 2 DE DEZEMBRO DE 1890

Dá provimento a um recurso sobre restituição de quantia de mais paga a titulo do imposto de transmissão de propriedade dos remanescentes dos bens pertencentes a um espolio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1890.

Communico ao Sr. administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro que o Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o recurso, transmittido com o officio n. 39 de 29 de maio deste anno, interposto pelo Barão da Tefé, na qualidade do inventariante do espolio do finado José Ignacio da Rocha, do despacho da mesma Recebedoria, negando-lhe a restituição da quantia de seis contos quatrocentos quarenta e sete mil quatrocentos setenta e oito réis (6:447\$478), sendo 5:397\$318 proveniente do imposto de transmissão de propriedade e taxa adicional de 5 %, que allegou de mais ter pago sobre a differença entre a somma de 353:173\$007, em que foram calculados os remanescentes dos bens do mesmo finado, e a de 250:365\$019 em que se verificou posteriormente importarem taes remanescentes, — resolveu dar-lhe provimento para o fim de se fazer a restituição reclamada pelo recorrente, menos quanto à parte do imposto relativa aos titulos de bancos e companhias, attenta a disposição do art. 20 do decreto n. 2708, de 15 de dezembro de 1890. — *Ruy Barbosa.*



N. 199 — EM 2 DE DEZEMBRO DE 1890

Dá provimento a um recurso sobre valor locativo arbitrado a um theatro para pagamento do imposto predial.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1890.

Communico ao Sr. administrador interino da Recebedoria do Rio de Janeiro que o Tribunal do Thesouro Nacional, tomando

conhecimento do recurso, transmittido com o seu officio n. 87 de 3 de setembro ultimo, interposto por Pedro Ferreira de Oliveira Amorim, da decisão da mesma Recebedoria, que não attendeu á sua reclamação contra o valor locativo de 20:000\$ annuaes, arbitrado ao theatro Sant'Anna, de sua propriedade, para pagamento do imposto predial no exercicio de 1891, resolveu dar-lhe provimento, além de ser o dito valor reduzido a 12:000\$, tambem annuaes, com a clausula, porém, de não se fazer deducção alguma nos casos de vacancia, salvo occorrença extraordinaria devidamente provada.— *Ruy Barbosa*.



N. 200 — EM 4 DE DEZEMBRO DE 1890

Requisita providencias afim de cessar a praxe, seguida por uma Secretaria de Estado, de não se cobrar sello dos contractos nella celebrados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1890.

Sr. Ministro — Constando de uma certidão, passada pela Secretaria desse Ministerio, e apresentada pelo Dr. Antonio Coelho Rodrigues, que não foi pago o sello devido do contracto por elle feito com o Governo, para a confecção doCodigo Civil, como já não o haviam sido os celebrados com o Dr. Teixeira de Freitas e senador Nabuco, para fim identico, por não ser praxe, diz a certidão, exigir-se semelhante imposto de contractos dessa natureza; e sendo tal procedimento prejudicial aos interesses da Fazenda Nacional e contrario ás disposições em vigor; assim vol-o communico, para que vos digneis providenciar no sentido de fazel-a cessar.— *Ruy Barbosa*.— Sr. Ministro dos Negocios da Justiça.



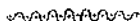
N. 201 — EM 4 DE DEZEMBRO DE 1890

Dá provimento a um recurso sobre restituição do imposto predial de mais cobrado de um predio pertencente a uma companhia de tecidos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1890.

Communico ao Sr. administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro, para os devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro Nacional, tomando conhecimento do recurso que acompanhou o

seu officio n. 140, de 28 de outubro proximo passado, interposto pela Companhia Fiação e Tecidos Aliança, do despacho da mesma Recebedoria indeferindo o requerimento em que pedia fosse cobrado o imposto do seu predio da rua das Laranjeiras n. 153, na razão de 12 %, nos termos do decreto de 18 do dito mez de outubro,—resolveu dar-lhe provimento, para o fim de mandar restituir á reclamante a differença entre as taxas de 12 % e 22 %, que pagou, a contar do dia 22 daquelle mez, data em que começou a vigorar o citado decreto, de accordo com a disposição do art. 1º, n. 1, do de 12 de julho do corrente anno, sob n. 572.—*Ruy Barbosa.*

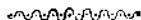


N. 202 — EM 4 DE DEZEMBRO DE 1890

Indefere um recurso sobre pagamento do imposto predial, devido da 4ª parte de um predio permutado por outro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1890.

Communico ao Sr. administrador interino da Recebedoria do Rio de Janeiro que o Tribunal do Thesouro Nacional resolveu indeferir o recurso, transmittido com o seu officio n. 83, de 30 de agosto ultimo, interposto pelo engenheiro Antonio Joaquim da Costa Couto, da decisão que o sujeitou ao pagamento do imposto predial, relativo ao exercicio de 1885-1886, devido pela 4ª parte do predio da rua dos Invalidos n. 48, que permutou pelo da rua General Camara n. 251, em 1888; visto estar a decisão recorrida de conformidade com o disposto nos decretos n. 7051 de 18 de outubro de 1878, n. 169 A de 19 de janeiro, art. 5º, § 3º, e n. 370 de 2 de maio ultimo, art. 239.—*Ruy Barbosa.*



N. 203 — EM 6 DE DEZEMBRO DE 1890

Dá provimento a um recurso sobre classificação de flandella, e recomenda a observancia do disposto no art. 17 do decreto n. 355 A, de 25 de abril deste anno.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communico ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda do Estado de S. Paulo que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso,

transmittido com o officio n. 138, de 16 de outubro proximo passado, interposto por Americo Martins dos Santos, da decisão pela qual a dita Thesouraria confirmou a da Alfandega da cidade de Santos, negando-lhe a restituição da quantia de 415\$660, proveniente do direitos que de mais pagou pelo tecido contido em duas caixas marca S. M. F. & C., ns. 53 e 54, e submittido a despacho pela nota n. 1209 de 14 de maio do corrente anno, com a declaração de «flanella de lã entrançada», pesando 287 kilogrammas, para pagar a taxa de 3\$600 por kilogramma, na forma do art. 537 da tarifa em vigor, o que na conferencia da sahida, unica que teve a mercaderia, verificou-se ser «flanella lisa», com o peso de 292 kilogrammas, sujeita a taxa de 2\$200, de accordo com o citado artigo, resolveu dar-lhe provimento, afim de se restituir ao recorrente o que de mais pagou e exigir-se delle tão somente a multa do expediente pela differença de qualidade, visto ter sido indevidamente dispensada a conferencia interna, que teria mostrado essa differença e evitado o excesso na cobrança dos direitos; e mandar recommendar á Thesouraria a observancia do disposto no art. 17 do decreto n. 355 A, de 25 de abril deste anno. — *Ruy Barbosa.*



N. 204 — EM 6 DE DEZEMBRO DE 1890

Indefere a reclamação de um empregado extinto, sobre abono de gratificação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria da Fazenda do Estado do Maranhão que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o requerimento, transmittido com o officio n. 103, de 6 de setembro proximo passado, no qual o chefe de serção, extinto, da Alfandega, addido á dita Thesouraria, Francisco Bernardino Dalmacio Dias da Silva, reclamava contra o acto desta ultima Repartição decidindo que competia-lhe a gratificação *pro labore* calculada sobre a renda verificada, e não pela que se acha lotada, assim como exigindo-lhe a restituição do que de mais recebera nesta razão; visto estar o acto de que se trata, de conformidade com o disposto no art. 3º do decreto n. 391 B, de 10 de maio, no art. 7º do de n. 248 de 6 de março, e no art. 2º do de n. 172 de 21 de janeiro do corrente anno. — *Ruy Barbosa.*



N. 205 — EM 11 DE DEZEMBRO DE 1890

Communica não ter direito uma companhia de estrada de ferro á restituição da quantia que pagou por um guindaste e um pulso-metro importados para o seu serviço.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1890.

Sr. Ministro — Em resposta ao vosso aviso n. 90, de 30 de agosto ultimo, cabe-me communicar-vos que, conforme já foi decidido pela ordem n. 28, expedida á Thesouraria da Fazenda de Santa Catharina em 19 de março de 1886, a Companhia de estrada de ferro D. Theroza Christina não goza mais do favor da isenção de direitos para os materiaes que importar para o seu serviço, por já estar a mesma estrada entregue ao trafego: pelo que, não pôde ser attendido o pedido feito pela mesma companhia, e que vos dignastes transmittir-me com o supracitado aviso, de ser-lhe restituída a importancia de um conto quarenta mil e vinte e cinco réis (1:040\$025) que pagou na Alfandega do Desterro, por um guindaste e um pulso-metro importados para o serviço de que se trata. — *Ruy Barbosa*. — Sr. Ministro dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.



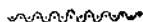
N. 206 — EM 16 DE DEZEMBRO DE 1890

Declara nenhum direito assistir a duas filhas de um capitão do Exército ao meio soldo deste.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. inspector da Thesouraria da Fazenda do Estado do Espirito Santo que nenhum direito assiste a DD. Anna Luiza da Penha Monjardim e Leticia Hortencia da Penha Monjardim ao meio soldo de quinze mil réis, repartidamente, que, conforme o officio da mesma Thesouraria, n. 62, de 27 de novembro de 1885 e processo que o acompanhou, lhes foi mandado provisoriamente abonar como filhas do finado capitão do Exército José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, visto que, segundo declara o Ministerio da Guerra em aviso de 7 de agosto de 1889 e consta da fé de officio ao mesmo annexa, o referido official, promovido a

alferes em 1813, não tinha vinte annos de serviço quando, em 1831, foram extinctos os corpos de milicias, nem foi reformado; devendo, portanto, o Sr. inspector providenciar para que os cofres publicos sejam pelas ditas senhoras embolsados do que indevidamente tem recebido.— *Ruy Barbosa.*



N. 207 — EM 17 DE DEZEMBRO DE 1890

Dá provimento a um recurso sobre revalidação de sello.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1890.

Communico ao Sr. administrador interino da Recebedoria do Rio de Janeiro que o Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o recurso, transmittido com o seu officio n. 161, de 26 de novembro ultimo, interposto pela Companhia Melhoramentos da Cidade de Petropolis, do despacho da mesma Recebedoria que exigiu-lhe a revalidação do sello proporcional, que deixou de ser pago no prazo legal, sobre a quantia de 270:000\$, differença entre a entrada de 10 % do seu capital já realisado e o valor de 1.500 ações de 200\$ integralisadas,— resolveu dar-lhe provimento para o fim de ser cobrado o sello devido, mais a multa de 50 %, nos termos do decreto n. 1115 A, de 29 de novembro ultimo.— *Ruy Barbosa.*



N. 208 — EM 19 DE DEZEMBRO DE 1890

Dá provimento a um recurso sobre revalidação de sello.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1890.

Communico ao Sr. administrador interino da Recebedoria do Rio de Janeiro, para os devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o recurso, transmittido com o seu officio n. 169, de 5 do corrente mez, interposto pelo Banco Colonizador e Agricola, do despacho que o sujeitou ao pagamento da revalidação do sello devido pela 5ª entrada do seu capital, por ter excedido 72 dias o prazo prescripto no § 3º do art. 31 do regulamento annexo ao decreto n. 8946 de 19 de maio de 1883, resolveu dar-lhe provimento para o fim de ser cobrado o mesmo sello, mais a multa de 40 %, nos termos do decreto n. 1115 A, de 29 de novembro ultimo.— *Ruy Barbosa.*



N. 209 — EM 19 DE DEZEMBRO DE 1890

Approva o procedimento da Alfandega do Rio de Janeiro mandando continuar o recebimento de cheques sobre os bancos, em pagamento de direitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1890.

Declaro ao Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro, em resposta ao officio de 13 do corrente mez, sob n. 622, que fica approved o seu procedimento, mandando continuar nessa Alfandega o recebimento de cheques sobre os bancos estabelecidos na praça desta Capital, em pagamento dos direitos aduaneiros, como permite o paragrapho unico do art. 536 da Consolidação das Leis das Alfandegas, e remetter os mesmos cheques em conta corrente ao Banco do Brazil. — *Ruy Barbosa.*



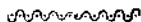
N. 210 — EM 20 DE DEZEMBRO DE 1890

Os officios communicando a concessão de licença pelas Thesourarias da Fazenda devem vir acompanhados dos documentos comprovativos da necessidade da licença e das respectivas informações.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda do Maranhão, em resposta ao officio n. 136, de 25 de outubro ultimo, que fica approved o seu acto concedendo, na forma do decreto n. 781, de 25 de setembro do corrente anno, 30 dias de licença ao praticante da Alfandega do mesmo Estado, Ubaldo Benedicto Serejo da Silva.

Observa-lhe, porém, que as licenças que os antigos prebendados de provincia podiam dar a empregados de Fazenda, sem prévia autorisação deste Ministerio, obedeciam a condições de inadiavel urgencia, determinadamente a de estar o funcionario atacado de *beri-beri*; o que, no caso vertente, não pôde ser apreciado, por isso que ao citado officio deixaram de acompanhar os documentos comprovativos da necessidade da licença e as informações a que o mesmo se refere. — *Ruy Barbosa.*



N. 211 — EM 22 DE DEZEMBRO DE 1890

Manda pôr em pratica as instrucções expedidas pelo Ministerio da Marinha em 24 de janeiro de 1888, regulando o modo de se effectuar o pagamento ás guarnições dos navios da Armada.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1890.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda, conforme requisitou o Ministerio dos Negocios da Marinha em aviso n. 2703 de 4 do corrente mez, que ponham em pratica as instrucções de 24 de janeiro de 1888, abaixo transcriptas, regulando o modo de pagamento ás guarnições dos navios da Armada. — *Ruy Barbosa.*

Instrucções a que se refere a circular supra

1.^a Secção — N. 130 — Rio de Janeiro — Ministerio dos Negocios da Marinha, 24 de janeiro de 1888.

Ilm. e Exm. Sr. — Attendendo ao que representou a Contadoria da Marinha em officio n. 36, de 13 do corrente, acerca da demora que resulta aos pagamentos dos officiaes da Armada e classes annexas, bem como das praças embarcadas, em vista do processo estabelecido nos arts. 103 a 106 do regulamento e decreto n. 4542 A, de 30 de junho de 1870, resolvi, de accordo com a mesma Contadoria, que de ora em diante se observe, como experiencia, sobre semelhantes pagamentos, as seguintes instrucções:

1.^a Sem alterar o que se acha disposto no art. 103, deverão os navios organizar uma nota, de conformidade com o modelo junto, das importancias a pagar, a qual será, com as respectivas folhas de pagamento, apresentada na Contadoria, para as necessarias conferencias.

2.^a Depois de authenticadas as folhas pelo contador, irão à Pagadoria, na forma do art. 105, e ahí receberá o official de fazenda do navio a importancia total, de que passará recibo na citada nota, assignando tambem o immediato.

3.^a Ao official de fazenda, uma vez de posse daquella somma, incumbe realisar os pagamentos, observadas as disposições do art. 105, que não contrariem o que ora se determina, sendo depois entregues as folhas na Pagadoria com as competentes quitações passadas, segundo o proceituado no referido artigo, para seguir-se a conferencia e mais processos pelos empregados a que forem distribuidas e ainda pelo escrivão da Pagadoria.

4.^a Nessa occasião resgatará o official de fazenda o seu recibo e, si porventura houver deixado algum official ou praça de receber os vencimentos, as respectivas importancias serão restituídas à Pagadoria.

5.^a Na Contadoria ficarão todos os livros de soccorros para proceder às averbações dos pagamentos realizados e notas para os descontos ou abonos das quantias indevidamente pagas ou não recebidas.

6.^a Aos secretarios das divisões e aos immediatos dos navios soltos compete conferir as folhas antes de sua apresentação na Contadoria.

7.^a Este processo deverá ficar concluido impreritavelmente até ao dia 15 de cada mez.

Para exacta observancia do que fica estabelecido, V. Ex. expedirá as ordens que dependerem dessa Repartição.

Deus Guarde a V. Ex. — *Carlos Frederico Castrioto*. — Sr. Ajudante General da Armada.

Rubrica do commandante.

NAVIO X

Folhas dos soldos dos officiaes relativos ao mez de	1:200\$000
..... de 1888.....	3:500\$000
Folhas das gratificações relativas ao mesmo mez	
Folhas dos soldos das praças do Corpo de Imperiaes	
Marinheiros.....	980\$000
Folhas dos soldos das praças do Batalhão Naval	340\$000
Folhas das gratificações das praças do Batalhão Naval	340\$000
Folhas das gratificações das praças do Corpo de Imperiaes Marinheiros.....	320\$000
	<hr/>
	6:880\$000

Importa em seis contos oitocentos e oitenta mil réis.—
Bordo, etc., em.....de.....de 188...

F.

Official de fazenda.

Confere a somma supra.— C. da Marinha em.....de.....de 188...

F.

Escriptuario.

Recebi do Sr. F..., pagador da Marinha, a importancia acima para pagamento dos vencimentos dos officiaes e praças do navio X, relativos ao mez de.....

Pagadoria da Marinha em.....de.....de 188...

F.

Immediato.

F.

Official de fazenda.

CCCCCCCC

N. 212 — EM 24 DE DEZEMBRO DE 1890

A entrega de quantias excedentes á alçada dos juizes de ausentes só pôde ser effectuada mediante precatoria legal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1890.

Em resposta ao vosso officio de 12 de novembro proximo findo, com o qual, transmittindo-me os autos originaes de habilitação dos herdeiros do finado padre Pedro José Duarte, requisitaes a entrega aos ditos herdeiros, ou aos seus procuradores, da quantia de vinte e um contos quatrocentos mil quatrocentos noventa e seis réis (21:400\$496), pertencente áquelle finado, arrecadada por esse Juizo e recolhida ao Thesouro Nacional; cabe-me declarar-vos que a referida entrega só se pôde effectuar á vista de precatoria legal, como determina a lei de 24 de outubro de 1832, e de conformidade com o art. 58 do regulamento de 15 de junho de 1859, visto exceder a mencionada quantia á alçada desse Juizo. — *Ruy Barbosa*. — Sr. Juiz do Orphãos e Ausentes da comarca do Campos dos Goytacazes.



N. 213 — EM 2 DE JANEIRO DE 1891

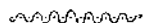
Declara que, para se effectuar a entrega do espolio de um subdito italiano, é necessaria a apresentação dos documentos a que se refere o art. 3º do regulamento anexo ao decreto n. 855 de 8 de novembro de 1851.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1891.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Tenho presente o vosso aviso n. 75 de 25 de novembro do anno proximo passado, transmittindo por cópia os apontamentos que vos dirigiu a Legação Italiana, á vista dos quaes a mesma Legação solicita a entrega ao Consulado da sua nacionalidade do producto liquido do espolio de Dominico Faustinelli, fallecido no municipio de Iguaçu e recolhido ao Thesouro Nacional pelo respectivo collector, em 4 de julho de 1879, na importância de 279\$769.

Em resposta, cabe-me declarar-vos que, tendo expirado o prazo da Convenção Consular com a Italia, promulgada pelo decreto n. 6382 de 30 de maio de 1877, e existindo a reciprocidade a que se refere o decreto n. 855 de 8 de novembro de 1851, conforme consta de um dos ditos apontamentos, torna-se necessario, para se effectuar a entrega do espolio de que se

trata, que o agente consular prove, com documentos sufficientes e devidamente legalizados, qual o grão de parentesco entre aquella finado e seu herdeiro ou herdeiros, como processua o art. 3º do regulamento que baixou com esse decreto, afim de que o Thesouro possa cobrar previamente o imposto de transmissão devido da herança, o qual, no caso de não ser possível a apresentação dessa prova, deverá ser pago pelo maximo da taxa, sem prejuizo para a Fazenda Nacional, como determina o aviso n. 401 de 29 de agosto de 1863. — *Ruy Barbosa.*



N. 214 — EM 5 DE JANEIRO DE 1891

Dá provimento a um recurso sobre multa de direitos em dobro imposta pelo accrescimo encontrado em um despacho de « rhum ».

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1891.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria da Fazenda do Estado do S. Paulo que o mesmo Tribunal — tomando conhecimento do recurso de revista, transmittido pela dita Thesouraria com officio n. 167 de 9 de dezembro do anno proximo findo, interposto por Americo Martins dos Santos, da decisão pela qual a Alfandega da cidade de Santos negou-lhe a restituição da multa de direitos em dobro, na importancia de 51\$, que lhe foi imposta pelo accrescimo de 36 litros encontrado em 50 caixas contendo « rhum », engarrafado, que submetteu a despacho pela nota n. 2263 de 17 do mez anterior, — resolveu dar-lhe provimento, alim de se effectuar a restituição pedida pelo recorrente; porquanto, sendo de 28 litros somente o accrescimo de que se trata, e inferior a 50\$ a importancia dos respectivos direitos, calculados á razão de 1\$500, não estava elle sujeito á referida multa, á vista do disposto no art. 504 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas das Rendas. — *Ruy Barbosa.*



N. 215 — EM 8 DE JANEIRO DE 1891

Dá provimento a um recurso sobre restituição do imposto de transmissão de propriedade cobrado de uma herança.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1891.

Communico ao Sr. administrador interino da Recebedoria do Rio de Janeiro, para os devidos effeitos, que, tendo sido presente ao Tribunal do Thesouro Nacional o recurso, transmittido com o

seu officio n. 20 de 27 de janeiro de 1890, interposto por D. Amelia da Silva Vidal da Cunha, inventariante e meeira dos bens do seu casal, por fallecimento de seu marido, Antonio Ferreira da Cunha, do despacho da mesma Recebedoria que negou-lhe a restituição da quantia de 5:100\$, proveniente do imposto de transmissão de propriedade, pago em 17 de dezembro de 1875 por dous herdeiros collateraes do seu finado pae, Dr. Feliciano José Vidigal de Medeiros, de quem foi reconhecida filha e unica herdeira, por accordãos da Relação de 22 de março de 1878, — o referido Tribunal resolveu dar-lhe provimento, para o fim de se lhe restituir a mencionada quantia, deduzida, porém, a taxa de 0,1 % do valor dos predios sitos nesta Capital, e a porcentagem dos empregados da Recebedoria, de conformidade com a ordem de 22 de julho de 1839; porquanto, tendo a recorrente requerido a restituição em 25 de novembro de 1885, e devendo o prazo de cinco annos, a que se refere o art. 34, n. 3, do regulamento annexo ao decreto n. 5581 de 31 de março de 1874, ser contado de 15 de março de 1881, data do accordão que confirmou o de 23 de março de 1880, pelo qual foi-lhe adjudicada a herança de que se trata, não se acha prescripto o seu direito á restituição pedida, como entendeu a mesma Recebedoria. — *Ruy Barbosa.*



N. 216 — EM 12 DE JANEIRO DE 1891

Os papeis que basearam as concessões de aforamento de terrenos de marinha feitas antes da lei n. 3348 de 20 de outubro de 1887, devem ficar archivados nas repartições que os processaram.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1891.

Ruy Barbosa, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda do Estado de Pernambuco que fica approvado o seu acto, de que dá conta em officio n. 216, de 25 de novembro ultimo, deixando de entregar á Intendencia Municipal, como lhe foi ordenado pelo governador do mesmo Estado, todos os livros, plântas e documentos referentes a terrenos de marinha; porquanto, embora o direito de aforamento de taes terrenos passasse ás Municipalidades, por força da lei n. 3348 de 20 de outubro de 1887, não devem os papeis que basearam concessões anteriores á dita lei sahir das Repartições que os processaram.

Assim se procedeu no Thesouro por occasião de dar cumprimento áquella lei, remettendo-se sómente, quer á antiga Camara Municipal da Côrte, quer a da Capital da extincta Provincia do Rio de Janeiro, relações de todos os foreiros, com as declarações necessarias. — *Ruy Barbosa.*



N. 217 — EM 17 DE JANEIRO DE 1891

Resolve uma consulta do administrador da Recebedoria sobre cobrança de taxa adicional de 5 %.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1891.

Tenho presente o officio do Sr. administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro, n. 157 de 20 de novembro ultimo, consultando si, tendo-se adiado, por conveniencia do serviço, para o mez de dezembro o lançamento que devia ser feito em outubro, em vista do decreto n. 804 de 4 de outubro do anno passado, é cobravel a taxa adicional de 5 % sobre o imposto predial do 2º semestre do exercicio de 1890, arrecadado na zona outrora isenta della; e si não estão sujeitos a referida taxa os actos ou titulos anteriores a 15 daquelle mez e cujos responsaveis, quer voluntariamente, quer para preencher formalidades essenciaes, ou por outro qualquer motivo, deixaram de satisfazer em tempo os impostos a que estavam sujeitos os ditos titulos ou actos.

Em resposta declaro-lhe :

1.º Que não é devida a taxa adicional, do imposto predial relativo ao dito semestre lançado na mencionada zona, porque, quando se fez o lançamento, já vigorava o citado decreto, que a aboliu ;

2.º Que essa taxa só é exigivel nos casos em que o regulamento não dava ao contribuinte o direito de demorar o pagamento do imposto, visto constituir tal demora infracção regulamentar. — *Ruy Barbosa*.



N. 218 — EM 19 DE JANEIRO DE 1891

Resolve uma consulta do vice-governador do Estado do Paraná sobre terrenos de marinha.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1891.

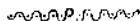
Sr. Ministro dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas — Em solução a consulta feita pelo vice-governador do Paraná, e constante do vosso aviso n. 102 de 27 de novembro ultimo, cabe-me declarar-vos :

Quanto ao 1º quesito—E' terreno de marinha o que está situado á margem do rio Iguaçu naquello Estado e comprehendido entre o preamar maximo e o médio, nos termos do aviso de 13

de julho de 1827, das instrucções de 14 de novembro de 1832 e decreto n. 4105 de 22 de fevereiro de 1868, e uma parallela traçada a 15 braças craveiras ou 33 metros.

Quanto ao 2º—E' de 7 braças craveiras ou 15^m,4 a extensão da área destinada à servidão publica.

Quanto ao 3º—A' vista do que dispõem o citado decreto n. 4105 de 22 de fevereiro de 1868, § 1º, do art. 2º, e a lei n. 1507 de 26 de setembro de 1867, art. 39, nenhuma duvida resta de que ha servidão publica sobre os terrenos de marinha; e que, conseguintemente, salvo o caso figurado no dito art. 39, isto é, de concessões legitimas, feitas até à data da mencionada lei n. 1507, não se pôde verificar posse, ainda que immissional, de proprietario que prejudique tais servidões.—*Ruy Barbosa*.



N. 219 — EM 19 DE JANEIRO DE 1891

Indefere um recurso sobre lançamento do imposto de industrias e profissões de uma casa de generos alimenticios.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1891.

Communico ao Sr. administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro, para os devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro Nacional resolveu indeferir o recurso, transmittido com o seu officio n. 149 de 7 de novembro ultimo, interposto por Cosme de Souza Ramos & Filho, do despacho da mesma Recebedoria, que não attendeu á sua reclamação, contra a inclusão na 2ª classe, para o pagamento do imposto de industrias e profissões no exercicio de 1891, da sua casa de negocio de generos alimenticios, á rua General Pedra n. 113; visto não ser sufficiente, para reformar a decisão recorrida, o balanço exhibido pelos recorrentes.—*Ruy Barbosa*.



N. 220 — EM 23 DE JANEIRO DE 1891

Declara não ter direito a irmã de um official da Armada ao monte-pis deste.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1891.

Sr. Ministro dos Negocios da Marinha. — Restituindo-vos o requerimento e mais papeis, que vos dignastes transmittir-me como vosso aviso n. 3658 de 26 do mez passado, relativos à

pretensão de Joanna Octaviana da Rocha ao monte-pio de seu irmão irmão, o capitão de fragata reformado da Armada João Carlos do Souza Jacques, cabe-me declarar-vos que a requerente não pôde ser deferida, porque esse beneficio só é concedido ás irmãs solteiras dos officiaes de marinha, e depois de provado que estes não deixaram viúvas, filhos ou mães; acrescendo ainda que os documentos por ella apresentados não constituem a habilitação exigida pelo decreto n. 1367 de 10 de fevereiro de 1866.— *T. de Alencar Araripe.*

— — — — —

N. 221 — EM 30 DE JANEIRO DE 1891

Os pagamentos de fornecimentos e de serviços prestados mutuamente pelas Repartições e estabelecimentos do Estado devem ser feitos por jogo de contas.

Ministério dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1891.

Sr. Ministro dos Negocios da Instrução Publica, Correios e Telegraphos — Acuso recebido o vosso aviso n. 151 de 19 do corrente mez, requisitando que se pague ao thesoureiro da Repartição Geral dos Telegraphos a quantia de 344\$700, proveniente da collocação de campainhas electricas no Gabinete e nas demais secções da Secretaria do Ministerio a vosso cargo.

Em resposta, e antes de mandar cumprir o citado aviso, relevo que vos pondera, para que vos digneis resolver como entenderdes acertado, que, sendo os pagamentos de fornecimentos e serviços que se prestam mutuamente as Repartições e estabelecimentos do Estado, effectuados por jogo de contas, não ha motivo que justifique essa excepção em favor da Repartição Geral dos Telegraphos, constituindo-se uma norma especial de proceder que destoa da que se observa com relação á Casa da Moeda, á Estrada de Ferro Central do Brazil, á Casa de Correção, ao Laboratorio Chimico e Pharmaceutico Militar e outros estabelecimentos industriaes da Republica.— *T. de Alencar Araripe.*



N. 222 — EM 4 DE FEVEREIRO DE 1891

Resolve uma consulta da Thesouraria de Fazenda do Amazonas, sobre attribuições dos procuradores dos Feitos da Fazenda nos Estados da União.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1891.

Tristão de Alencar Araripe, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o telegramma de 29 de janeiro proximo lido, em que o Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda do Estado do Amazonas consulta—si, com o exercicio do procurador seccional do mesmo Estado, ficam extinctas as funcções do procurador dos Feitos da Fazenda, declara-lhe que, competindo aos procuradores seccionaes, na forma do art. 24 do decreto n. 848 de 11 de outubro de 1890, as mesmas attribuições, mais ampliadas, dos antigos procuradores da Corda, que functionavam em todos os districtos de Relações, independentemente dos procuradores fiscaes, e requeriam em nome da Fazenda Nacional somente em 2ª instancia, são as ditas attribuições inteiramente distinctas das dos procuradores dos Feitos da Fazenda; que continuam a ser representantes immediatos da mesma Fazenda nos Estados da União.— *T. de Alencar Araripe.*



N. 223 — EM 12 DE FEVEREIRO DE 1891

Approva a creação de tres Collectorias de rendas geraes no Estado do Espirito Santo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1891.

Tristão de Alencar Araripe, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda do Estado do Espirito Santo que fôr approvado o acto, do que dá conta em seu officio n. 84, de 26 de dezembro ultimo, creanto em sessão da Junta Collectorias de rendas geraes nas villas do Rio Pardo, do Calçado e de S. Pedro de Itabapoana, cujos rendimentos foram lotados em 6:340\$, dos quaes serão deduzidos 30 % para percentagem aos empregados de cada uma das referidas estações; e aguarda as demais informações exigidas na circular n. 217 de 16 de junho de 1873.— *T. de Alencar Araripe.*

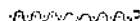


N. 224 — EM 17 DE FEVEREIRO DE 1891

Declara não ter direito a filha casada de um official do Exército ao meio soldo de seu finado pai.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1891.

Sr. Ministro dos Negocios da Guerra — Restituindo-vos os papeis que vos dignastes transmittir-me com o aviso de 20 do mez passado, relativos ao pedido que faz D. Maria da Luz Machado Vieira, do meio soldo do seu finado pai, o coronel Fernando Machado de Souza, cubo-me declarar-vos que, por despacho de 4 de dezembro de 1890, já foi indeferida identica pretensão da requerente, porque, sendo casada por occasião do fallecimento de seu pai, conceden-se o dito meio soldo á sua mãe, D. Angelica Rosa da Fontoura Machado, revertendo para seu irmão Alfredo, unico habilitado para gozar desse favor quando esta contrahiu segundas nupcias; e, nos termos do decreto n. 3607 de 10 de fevereiro de 1866, não é permitida a reversão de reversão de meio soldo. — *T. de Alencar Araripe.*



N. 225 — EM 20 DE FEVEREIRO DE 1891

As embarcações construidas em paiz estrangeiro por conta de cidadãos brasileiros estão sujeitas aos direitos de importação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1891.

Communico ao Sr. inspector da Thesouraria da Fazenda do Estado de Matto Grosso que fica approvada a deliberação tomada pela Alfandega de Corumbá e confirmada pela mesma Thesouraria, segundo consta do officio n. 76, de 8 de dezembro ultimo, de sujeitar ao imposto de importação as embarcações construidas em paiz estrangeiro, por conta de cidadãos brasileiros; visto estar esse acto de accordo com as ordens ns. 308, de 17 de agosto de 1866, 380 e 612, de 22 de julho e 17 de novembro de 1889. — *T. de Alencar Araripe.*



N. 226 — EM 20 DE FEVEREIRO DE 1891

Os filhos naturaes dos officiaes do Exército, não legitimados por subseqüente matrimonio, não tem direito ao meio soldo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1891.

Sr. Ministro dos Negocios da Guerra. — Devolvendo-vos os inclusos papeis, que vos dignastes transmittir-me com o aviso de 27 de janeiro ultimo, relativos a pretensão da Baroneza de S. Sepê ao meio soldo de seu fallecido pae, o marechal de campo reformado Luiz Manoel de Lima e Silva, cabe-me declarar-vos que, sendo a requerente filha natural legitimada desse official, não tem direito ao dito meio soldo, porque a lei só o concede aos filhos legitimos ou legitimados por subseqüente matrimonio. — *T. de Alencar Araripe.*

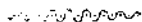


N. 227 — EM 23 DE FEVEREIRO DE 1891

Devem ser aceitas as declarações para inscrição no montepio obrigatorio, embora feitas depois do primeiro dia de contribuição.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1891.

Declaro ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda do Paraná, em resposta ao seu telegramma de 31 de janeiro ultimo, que, não obstante exigir o art. 27 do decreto n. 942 A, de 31 de outubro do anno passado, que as declarações para o montepio sejam feitas no primeiro dia do mez de contribuição, póde a Alfandega de Paranaguá aceitar as dos respectivos guardas e fazer os descontos a partir de novembro do dito anno, visto não comminar o citado regulamento pena alguma para o caso de falta de cumprimento daquella disposição. — *T. de Alencar Araripe.*



N. 228 — EM 23 DE FEVEREIRO DE 1891

O delegado e os empregados de Fazenda que servem nos concursos não têm direito a gratificação.

Ministério dos Negócios da Fazenda — Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1891.

Declaro ao Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda do Estado da Bahia, em resposta ao officio n. 218 de 16 de dezembro ultimo, endereçado a Directoria Geral da Contabilidade, que o delegado, assim como os empregados de Fazenda que servem nos concursos, não têm direito a gratificação, a qual é abonável apenas aos professores incumbidos dos exames; e que, consequentemente, da folha annexa áquelle officio só deve ser paga a quantia de 920\$, para o quê fôra concedido á mesma Thesouraria o necessario crédito pela verba de Despezas eventuaes, do exercicio de 1890. — *T. de Alencar Arárippe.*

T. de Alencar Arárippe

